

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - UFSCAR
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS - CECH
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

MANUELA MARTINS DA COSTA AQUINO

**A CONSTRUÇÃO DO AGRÁRIO-AMBIENTAL *NO* E *DO* MST:
O ASSENTAMENTO MÁRIO LAGO COMO SÍNTESE DE UM PROJETO EM
CONSTRUÇÃO**

SÃO CARLOS

2024

MANUELA MARTINS DA COSTA AQUINO

**A CONSTRUÇÃO DO AGRÁRIO-AMBIENTAL *NO E DO* MST:
O ASSENTAMENTO MÁRIO LAGO COMO SÍNTESE DE UM PROJETO EM
CONSTRUÇÃO**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), como requisito para obtenção do título de Doutora.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins

Financiamento: CAPES

SÃO CARLOS

2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado da candidata Manuela Martins da Costa Aquino, realizada em 19/02/2024.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins (UFSCar)

Prof. Dr. Fábio José Bechara Sanchez (UFSCar)

Prof. Dr. Henrique Carmona Duval (UFSCar)

Prof. Dr. Frederico Daia Firmiano (UNESP)

Profa. Dra. Jade Percassi de Carvalho (UNIFESP)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Com imensas saudades
Meus avós Alcides e Mirtes e a minha madrinha Vana
Em memória a família Sem Terra
Neusa Paviato, Jurandir, dona Zeza e Ronaldão

AGRADECIMENTOS

Como diz Mauro Iasi, o conhecimento caminha feito lagarta e para o seu voo é preciso tanto o casulo como a asa. Este caminhar, por mais que muitas das vezes pareça só, jamais é solitário, mas fruto de uma construção coletiva, de apoios, dores e descobertas. Neste trabalho foram muitas mãos que, somando-se à minha, tornaram possível esse desafio de romper as cercas do conhecimento.

Meus pais, Zei e Cacá, pelo amor e apoio incondicional em todas as horas.

Filipe, companheiro de todas as horas, o qual, sem ele, este meu caminhar não seria possível.

Ao RURAS onde pude apreender e compartilhar aprendizados e das amigas para a vida que ganhei nesse trilhar: Ana, Jéssica e Weldja.

Dos professores e professoras que fizeram este voo ser possível. Meu orientador Rodrigo Martins pela dedicação na construção desse trabalho. Fábio e Joelson, que me apoiaram durante esta construção com valorosas contribuições. Henrique, por aceitar participar dessa construção. Frede e Jade, amigos e camaradas que tenho o prazer de compartilhar tantas trincheiras, sem os quais não teria conseguido.

Ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que me possibilitou os espaços de luta e formação. Em especial aos companheiros e companheiras da regional de Ribeirão Preto por toda sua ousadia.

Agradecimento institucional

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A fala da terra
(Pedro Terra)

A Liberdade da Terra não é assunto de lavradores.
A Liberdade da Terra é assunto de todos quantos se alimentam dos frutos da Terra
Do que vive, sobrevive, de salário.
Do que não tem casa. Do que só tem o viaduto.
Dos que disputam com os ratos os restos das grandes cidades.
Do que é impedido de ir à escola.
Das meninas e meninos de rua.
Das prostitutas.
Dos ameaçados pelo Cólera.
Dos que amargam o desemprego.
Dos que recusam a morte do sonho.
A Liberdade da Terra e a paz no campo têm nome: Reforma Agrária.
Hoje viemos cantar no coração da cidade.
Para que ela ouça nossas canções e cante.
E reacenda nesta noite a estrela de cada um.
E ensine aos organizadores da morte
e ensine aos assalariados da morte
que um povo não se mata
como não se mata o mar
sonho não se mata
como não se mata o mar
a alegria não se mata
como não se mata o mar
a esperança não se mata
como não se mata o mar
e sua dança.

RESUMO

Esta tese tem como objetivo principal analisar a construção agrário-ambiental do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, compreendendo que este Movimento elabora uma concepção original de questão ambiental em sua articulação com a questão agrária. Partimos destes dois grandes temas: a questão ambiental e a questão agrária, no entendimento que são parte constituinte da história brasileira, história essa marcada por espoliações e violência, em específico nas suas apropriações pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista. Mas também no entendimento de uma história de luta e resistências. Mais do que a opção em não abordar estes temas em separado, nossa intenção é fazer esta construção e diálogo entre eles a partir do MST. Partimos do entendimento de que não podemos excluir a terra e o seu uso como um dos elementos constituintes da acumulação por espoliação dos bens naturais. Na finalidade de trazer questões concretas para a investigação, analisamos o assentamento Mário Lago como parte integrante da concepção agrário-ambiental no e do MST. Sua escolha se deu pela sua localização no município de Ribeirão Preto - SP, cidade tida como referência do êxito do agronegócio, com preponderância do setor sucroalcooleiro e por ser o primeiro em São Paulo que teve sua desapropriação marcada pela questão ambiental, em específico relacionada ao aquífero Guarani. Nossa hipótese é de que para as famílias organizadas no MST, a luta pela terra é uma totalidade que abrange as demandas por acesso justo à terra, à água e aos bens naturais. Assim, tanto a incorporação questão ambiental como a questão agrária surgem primeiramente a partir da experiência da luta, a partir daquilo com o que as famílias sem terra se confrontam em sua experiência prática de luta pela terra. Esta experiência passa a ser elaborada teoricamente e vai sendo incorporada pelo movimento não apenas no plano teórico, mas em seu conteúdo programático de reforma agrária. Nosso entendimento final é que o MST possui uma elaboração própria sobre a questão agrário-ambiental, que articula questões teóricas e práticas. Porém, em contínua construção, o que é próprio de um sujeito coletivo que está em movimento.

Palavras-chave: acumulação por espoliação; agrário-ambiental; bens naturais; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

ABSTRACT

This thesis has as its main objective to analyze the agrarian-environmental construction of the Landless Rural Workers Movement, understanding that this Movement develops an original conception of environmental issues in its articulation with the agrarian issue. We start from these two major themes: the environmental issue and the agrarian issue, understanding that they are a constituent part of Brazilian history, a history marked by plunder and violence, specifically in its appropriations through the development of the capitalist mode of production. But, also, in understanding a history of struggle and resistance. More than the option of not addressing these themes separately, we intend to carry out this construction and dialogue between them based on the MST. We start from the understanding that we cannot exclude land and its use as one of the constituent elements of the accumulation through the spoliation of natural assets. To bring concrete questions to the investigation, we analyzed the Mário Lago settlement as an integral part of the agrarian-environmental conception in and of the MST. It was chosen due to its location in the municipality of Ribeirão Preto - SP, a city considered a reference for the success of agribusiness, with a preponderance of the sugar and alcohol sector, and because it is the first in São Paulo that had its expropriation marked by environmental issues, specifically related to Guarani aquifer. We hypothesize that for families organized in the MST, the struggle for land is a totality that encompasses demands for fair access to land, water, and natural assets. Thus, both the incorporation of the environmental issue and the agrarian issue arise primarily from the experience of struggle, from what landless families are confronted with in their practical experience of fighting for land. This experience begins to be elaborated theoretically and is incorporated by the movement not only on a theoretical level but in its programmatic content of agrarian reform. Our final understanding is that the MST has its elaboration on the agrarian-environmental issue, which articulates theoretical and practical issues. However, it is still under construction, which is characteristic of a collective subject that is in movement.

Keywords: accumulation through spoliation; agrarian-environmental; natural assets; Landless Rural Workers Movement.

RESUMEN

Esta tesis tiene como objetivo principal analizar la construcción agrario-ambiental del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra, con la comprensión que este Movimiento desarrolla una concepción original de la cuestión ambiental en su articulación con la cuestión agraria. Partimos de estos dos grandes temas: la cuestión ambiental y la cuestión agraria, entendiendo que son parte constitutiva de la historia brasileña, una historia marcada por el saqueo y la violencia, específicamente en sus apropiaciones a través del desarrollo del modo de producción capitalista. Pero también en la comprensión de una historia de lucha y resistencia. Más que la opción de no abordar estos temas por separado, nuestra intención es realizar esta construcción y diálogo entre ellos a partir del MST. Partimos de la comprensión de que no podemos excluir la tierra y su uso como uno de los elementos constitutivos de la acumulación mediante el expolio de los activos naturales. Para traer preguntas concretas a la investigación, analizamos el asentamiento de Mário Lago como parte integral de la concepción agrario-ambiental en y del MST. Fue elegida por su ubicación en el municipio de Ribeirão Preto - SP, ciudad considerada referencia por el éxito del agronegocio, con preponderancia del sector sucroalcoholero y porque es la primera en São Paulo que tuvo marcada su expropiación por cuestiones ambientales, específicamente relacionadas con el acuífero guaraní. Nuestra hipótesis es la de que para las familias organizadas en el MST, la lucha por la tierra es una totalidad que abarca demandas de acceso justo a la tierra, el agua y los activos naturales. Así, tanto la incorporación de la cuestión ambiental como la cuestión agraria surgen principalmente de la experiencia de lucha, de lo que enfrentan las familias sin tierra en su experiencia práctica de luchar por la tierra. Esta experiencia comienza a elaborarse teóricamente y es incorporada por el movimiento no sólo a nivel teórico, sino en su contenido programático de reforma agraria. Nuestra comprensión final es que el MST tiene su propia elaboración sobre la cuestión agrario-ambiental, que articula cuestiones teóricas y prácticas. Sin embargo, aún está en construcción, lo cual es característico de un sujeto colectivo que está en movimiento.

Palabras clave: acumulación por expolio; agrario-ambiental; activos naturales; Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Sistematização dos Congressos Nacionais do MST	23
Figura 1 – Participação na reunião da Cooperativa Mãos da Terra em 30/03/2022	25
Figura 2 – Participação na reunião da Cooperativa Comuna da Terra em 26/09/2022	26
Quadro 2 – Entrevistados	27
Figura 3 – Cartaz do I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	46
Gráfico 1 – Evolução Exportações do Agronegócio no Brasil: 1990-2003	56
Gráfico 2 – Composição do valor das exportações no Brasil, segundo valor adicionado: 1964-2004	56
Figura 4 – Principais marcos sobre a questão ambiental	59
Figura 5 – MST rumo ao 2º Congresso Nacional – Nossas reivindicações (1990)	65
Figura 6 – Capa Jornal Sem Terra, 1997	70
Gráfico 3 – Comparação de ocupações e assentamentos por períodos de governo	73
Gráfico 4 – Exportações do Brasil, 2002.	77
Gráfico 5 – Exportações do Brasil, 2010.	78
Figura 7 – Cartaz 4º Congresso MST	83
Figura 8 – Cartaz 5º Congresso Nacional do MST	85
Quadro 3 – PDS em São Paulo	91
Figura 9 – Mapa da Fazenda da Barra, 1984	94
Figura 10 – Mapa da Fazenda da Barra, 2000.	94
Figura 11 – Mapa da Fazenda da Barra, 2021.	95
Figura 12 – Mapa do Assentamento Mário Lago	99
Figura 13 – Mangueira que segue até a casa	118
Figura 14 – Mangueira exposta	118

Figura 15 – Mapa da divisão territorial do município de Ribeirão Preto	126
Figura 16 –Agrofloresta no lote do entrevistado 5	127
Figura 17 – Invasão policial na ENFF	129
Figura 18 – Marcha Lula Livre	131
Quadro 4 – Programação do Curso	141

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Conflitos Agrários no Brasil	51
Tabela 2 – Taxas médias anuais de crescimento do PIB	55
Tabela 3 – Dados gerais sobre as FNRA	134

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAG - Associação Brasileira de Agronegócio
ABRA - Associação Brasileira da Reforma Agrária
AGU - Advocacia-Geral da União
ALESP - Assembleia Legislativa de São Paulo
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDRU - Concessão de Direito Real de Uso
CIMI - Comissão Indigenista Missionária
CIMI - Comissão Indigenista Missionária
CNNB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CPMI - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DAEE - Departamento de Água e Energia Elétrica de Ribeirão Preto
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENFF – Escola Nacional Florestan Fernandes
FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FAPEAL – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas
FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS Ministério do Desenvolvimento Social
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NuPer - Núcleo de Pesquisa e Extensão Rural
PA - Projeto de Assentamento

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PCdoB - Partido Comunista do Brasil
PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PDS - Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PIC - Projeto Integrado de Colonização
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária
PP - Partido Progressista
PRA - Plano de Recuperação de Assentamento
PRB - Partido Republicano Brasileiro
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PT – Partido dos Trabalhadores
RURAS – Grupo de Pesquisa CNPq Ruralidades, Ambiente e Sociedade
SAF – Sistemas de Agrofloresta
TAC - Termo de Ajuste de Conduta
UNICA – União da Indústria da Cana-de-Açúcar

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	16
1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	23
1.2 ORGANIZAÇÃO DA TESE	27
2 A QUESTÃO AGRÁRIO-AMBIENTAL NA PERSPECTIVA ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO DO CAPITAL	29
2.1 O AMBIENTAL E O AGRÁRIO NO CONTEXTO DE MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA BRASILEIRA	37
2.2 A LUTA PELA TERRA E O SURGIMENTO DO MST	44
3 A QUESTÃO AGRÁRIO-AMBIENTAL NO MST	55
3.1 O MST E OS NOVOS DESAFIOS NA LUTA PELA TERRA	64
4 A QUESTÃO AGRÁRIO-AMBIENTAL DO MST	76
4.1 A REFORMA AGRÁRIA ENQUANTO LUTA DE CLASSES	82
4.2 DE ONDE FALAMOS: O MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO NO CONTEXTO DE UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	87
4.3 O CAMPO EM DISPUTA: A FAZENDA DA BARRA	93
5 O AGRÁRIO-AMBIENTAL COMO PARTE INERENTE AO PROGRAMA AGRÁRIO DO MST	110
5.1 ONDE ÀS ÁGUAS E A TERRA SE ENCONTRAM: O ASSENTAMENTO MÁRIO LAGO EM RIBEIRÃO PRETO	112
5.2 SEMEANDO OS PRÓPRIOS CAMINHOS NO ASSENTAMENTO	121
6 A PRÁXIS DO MST A PARTIR DO SEU PROJETO AGRÁRIO-AMBIENTAL	128
6.1 AS FEIRAS NACIONAIS DA REFORMA AGRÁRIA (FNARA)	132
6.2 O PLANO NACIONAL PLANTAR ÁRVORES PRODUZIR ALIMENTOS SAUDÁVEIS	137
6.3 CURSO NACIONAL DE QUESTÃO AMBIENTAL	139
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
REFERÊNCIAS	150
APÊNDICE A – Roteiro de entrevista	158
ANEXO A – Auto de Vistoria INCRA e Ministério Público, 2000	160

1 APRESENTAÇÃO

Anuência

1

Brasil
vem de brasa.
O pau-brasil é vermelho.
Herdeiros
somos todos vermelhos.

2

Desde os primórdios queimamos
e cortados, esartejados
com nossas peles
tingimos tecidos tintos.

Tintos
escorremos em sangue fino
vinho de padaria
e liquefeitos nos rios
secos na terra preta
indígena
nos afogamos em nosso tingimento.

3

Exterminados na floresta densa
descemos todos tintos
baratos
e penetrados na terra
tornamo-nos espíritos pesados
apenados por desejar justiça
e igualdade

e apenados pelo tráfico
pelo inverno tropical
pelo agrohídrominerionegócio
com ajuda do Estado burguês
subalterno, anuente
nos desaparecem.

Filipe Augusto Peres

Esta tese tem como objetivo principal analisar a construção agrário-ambiental do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, compreendendo que este Movimento elabora uma concepção original de questão ambiental em sua articulação com a questão agrária. Partimos destes dois grandes temas: a questão ambiental e a questão agrária, no entendimento que são parte constituinte da história brasileira, história essa marcada por espoliações e violência, em específico nas suas apropriações pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista. Mas também no entendimento de uma história de luta e resistências.

Mais do que a opção em não abordar estes temas em separado, nossa intenção é fazer esta construção e diálogo entre eles a partir do MST.

A opção de utilizar a construção da questão agrário-ambiental no e do MST faz alusão ao processo da construção da Educação do Campo no MST, conceito amplamente difundido dentro e fora deste movimento. Tomamos para essa tese emprestado esse trilhar no e do Campo para a nossa construção agrário-ambiental, por entendê-lo enquanto um processo histórico que se materializa a partir de questões concretas desses sujeitos e que, ao longo deste processo vivido, também vai se concebendo teoricamente. Assim como hoje existe consolidado o conceito da Educação do Campo difundida e assimilada para além do próprio MST, entendemos que caminhamos na construção dos mesmos passos para a incorporação de uma leitura específica deste movimento social sobre a sua concepção da questão agrário-ambiental. E, neste processo de construção, o ponto de partida são as questões concretas dos territórios, acampamentos e assentamentos, passando por um processo de elaboração prático-teórico que se funde em uma elaboração própria que este movimento social tem construído ao longo dos seus 40 anos.

A necessidade expansionista articulada pelo par acumulação-espoliação do capital na atualidade explicita a intenção deste se apropriar cada vez mais dos bens naturais. O que antes se apresentava apenas como a disputa dos territórios e no Brasil a histórica contradição em torno da questão agrária, o último período revelou que o monopólio por partes do planeta não está apenas na apropriação da terra, mas sim dos muitos bens naturais, entre eles a água, o ar, os minérios.

A acumulação como condição *sine qua non* do modo de produção capitalista não é e não será dirigida pela crescente satisfação das reais necessidades humanas. As crises provocadas por essa contínua busca de expansão se tornam estruturais e ampliam suas consequências de forma global em uma escala de tempo que se torna permanente. O que está em risco são a produção e reprodução da vida que cada vez mais coloca em risco a vida no planeta.

Desta forma, a mundialização do capital diminui as barreiras geográficas e aumenta o fluxo de capital, possibilitando as empresas atuar mundialmente, ampliando seu controle em diferentes territórios. As especificidades deste processo no contexto brasileiro reforçam a primarização da economia centrada na acumulação por espoliação e na superexploração dos bens naturais. Neste contexto, o agro-hidro-minério-negócio brasileiro é um dos elementos constituintes e prioritários da economia brasileira e articula diferentes setores.

O debate em torno da questão agrária há muito é consolidado no meio acadêmico e em parte nos movimentos sociais. Entretanto, mais recentemente, de igual importância tem sido o debate em torno da questão ambiental nas ciências humanas, aqui destacando a sociologia. Este último também acompanha o debate político e social pautado pelos movimentos ambientalistas e movimentos sociais, tendo como referência a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, durante a Rio-92. Como nos aponta Martins e Cunha (2020), o tema de investigação das ruralidades e meio ambiente perpassa por diferentes construções e reflete mudanças institucionais com o surgimento de novos espaços políticos de participação da sociedade civil no tocante da gestão dos recursos naturais e do espaço rural.

As novas institucionalidades socioambientais surgem da dialética de uma pressão dos movimentos sociais e da sociedade em torno da importância ambiental e de suas participações nas arenas de decisão ao mesmo tempo em que interesses do campo empresarial também disputam estes espaços como forma de pautarem seus interesses na agenda política.

Conselhos de meio ambiente e comitês e consórcios de bacias hidrográficas, por exemplo, tornaram-se objetos de estudos voltados às disputas de classes e grupos sociais pela primazia no uso de recursos ambientais específicos, com forte preferência pelos conflitos em torno da terra e da água (Martins e Cunha, 2020, p. 9).

A investigação sobre a relação entre a apropriação dos bens naturais não pode excluir a terra e o seu uso como um dos seus elementos constituintes. Como também temos que compreender a importância do Estado, apontado por Marx ainda no século XIX, e que continua presente nos dias atuais. O Estado é a entidade política capacitada por meio de suas instituições para regular as regras contratuais e mediar os conflitos entre as classes sociais e os interesses das diferentes frações do capital. Acreditar que o Estado se tornou desnecessário é um equívoco. A sua complexidade enquanto objeto de estudo nos exige a busca de elementos mais essenciais, o que implica compreender o papel diferenciado das diversas instituições e a sua relevância na agenda política.

O Estado, entendido aqui em um sentido gramsciano, contribui com elementos importantes para análise de como a fração da classe dominante, por meio de seus interesses, busca hegemonizar seu projeto econômico e político. Gramsci (2001) utiliza o conceito de Estado Ampliado, o qual designa uma separação metodológica entre sociedade política e sociedade civil. A sociedade política refere-se ao Estado propriamente dito, seu núcleo estratégico, e a sociedade civil seria o espaço privilegiado da luta de classes em que se manifesta a partir do domínio dos aparelhos privados de hegemonia, a criação do consenso.

O avanço na concepção de Estado em Gramsci é a compreensão de novos mecanismos de dominação. Não descarta que a coerção esteja presente no Estado, mas que o uso da violência varia de acordo com o grau que a sociedade civil está organizada e as formas que

utiliza para obter, por meio do consenso, a reprodução da dominação de classe. Assim, o Estado não pode ser apenas repressão, ou seja, monopólio do uso da violência, mas também controla a produção, difusão e aceitação de valores e normas de comportamento. Neste sentido, na medida em que as relações se tornam mais complexas, a dominação não se concretiza apenas pelo uso da violência, mas esta, também, se efetiva pela criação do consenso. É a partir do controle das instituições que o Estado passa a ser também educador, ensinando o indivíduo como pensar e agir, por meio dos aparelhos privados de hegemonia (família, igreja, escola, cultura), como descreve o autor:

Se todo Estado tende a criar e a manter certo tipo de civilização e de cidadão (e, portanto de convivência e de relações individuais), tende a fazer desaparecer certos costumes e a difundir outros, o direito será o instrumento para esta finalidade (ao lado da escola e de outras instituições e atividades). Na realidade, o Estado deve ser concebido como, “educador” na medida em que tende precisamente a criar um novo tipo ou nível de civilização (Gramsci, 2000, p. 28).

No século XX, Gramsci observa que a luta política já não mais se tratava somente da burocracia administrativa e policial, o Estado vai além da aparelhagem estatal (sociedade política), incorporando a ele, a função de dominação e direção da sociedade. (Fontes e Pronko, 2012). Portanto, as dimensões que o Estado assume não pode se limitar aos instrumentos de governo. Estas dimensões se complexificam através da multiplicidade dos organismos da sociedade civil onde se manifesta a livre iniciativa dos cidadãos, seus interesses, suas organizações, sua cultura e seus valores, em que se estabelecem as bases do consenso e da hegemonia. (Gramsci, 2001).

Os temas socioambientais, agrários, institucionalidade e interesses de classes são amplos e complexos. Deste modo, iremos a partir da teoria e para finalidade de análise buscar os elementos e suas manifestações no concreto real. Como já mencionado, para compreender a construção agrário-ambiental, elaboraremos a partir de um movimento específico o MST. Como é um movimento organizado nacionalmente, e no intuito de trazer questões concretas dessa construção, nossa opção é igualmente analisar o assentamento Mário Lago como parte integrante deste todo. Este assentamento tem sua escolha por diversas razões, uma delas é por estar localizado no município de Ribeirão Preto - SP, referência no êxito do agronegócio, com preponderância do setor sucroalcooleiro. Destaca-se também sua importância de análise no referente aos bens naturais ao passo que possui importantes áreas de afloramento do Aquífero Guarani.¹

¹ O Aquífero Guarani está localizado na América do Sul e ocupa uma área de aproximadamente 1,2 milhões de km². Ele está inserido na Bacia Geológica Sedimentar do Paraná, e ultrapassa as fronteiras do Brasil, da

Ainda temos no município de Ribeirão Preto entidades de classe representativas como a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), ambas criadas nos anos 1990, as quais possuem forte presença na disputa da agenda ambiental, principalmente mediante o Comitê de Bacias do Rio Pardo (CBH-Pardo) e do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA), pautando assim os interesses da expansão do setor sucroalcooleiro da região.

As disputas de classes no município envolveram tanto a questão agrária como a questão ambiental. A saber, o assentamento Mário Lago foi o único no estado de São Paulo que teve sua desapropriação relacionada à questão ambiental e mais especificamente a água, como também representa todo um embate à preservação ambiental aliado a produção de alimentos, sem a presença de agrotóxicos. O assentamento se localiza na antiga Fazenda da Barra, onde desde 1992 constatou-se a presença de crimes ambientais relacionados ao setor sucroalcooleiro, tendo a preservação do Aquífero Guarani um dos fatores fundamentais para a sua desapropriação e a construção de um projeto de assentamento da reforma agrária com bases agroecológicas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

A minha aproximação com o assentamento se deu no ano de 2006, enquanto cursava a graduação de Ciências Sociais na UFSCar. No período, minha monografia abordou a temática da questão agrária e o Estado, mais especificamente sobre as audiências públicas para a realização do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) firmado entre os assentados e assentadas do PDS da Barra, o Ministério Público e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Em 2011, indicada pelo MST, realizei a especialização em Trabalho, Educação e Movimentos Sociais, curso realizado em parceria com a Fundação Osvaldo Cruz e o MST. Nesta, aprofundei o estudo sobre as ações do agronegócio em seus componentes ideológicos, a partir de um projeto desenvolvido nas escolas da região de Ribeirão Preto, intitulado “Projeto Agronegócio na Escola”.

Após este período me afastei da academia e me dediquei às tarefas junto ao MST, entre as quais contribuí no curso de Pedagogia da Terra (UFSCar), durante três anos atuei na Escola Nacional Florestan Fernandes e quando retornei as tarefas junto ao MST SP participei da direção estadual pelo setor de educação.

Volto à universidade em 2017, ano que ingressei no mestrado na UNESP com um estudo sobre “Os impactos socioambientais da mineração: um estudo sobre o polo

Argentina, do Paraguai e do Uruguai. Trata-se de um aquífero poroso, confinado por cerca de 90% da sua área total, sendo que apenas 10% da sua área aflora na superfície do terreno.

mineroquímico em Cajati - SP”. Este me aproximou das leituras e me reafirmou a urgência de um aprofundamento na temática ambiental, seus impactos e crimes.

Após dez anos do término da minha graduação retorno a UFSCar em 2019, agora no programa de pós-graduação em Sociologia. O intuito inicial era continuar os estudos realizados no mestrado sobre a temática da mineração aprofundando-a em um estudo sobre a composição da fração de classe do setor mineral e suas estratégias de atuação. Contudo, alguns fatores comprometeram a continuidade desta pesquisa. Entre eles a pandemia, que inviabilizou a possibilidade de campo e gerou um afastamento do objeto. Minha maior aproximação ao Grupo de Pesquisa Ruralidades, Ambiente e Sociedade (RURAS); a participação no projeto “Nas franjas do progresso. Efeitos socioambientais da produção canavieira nos estados de Alagoas e São Paulo” (FAPESP/FAPEAL); e atuação no projeto “Terra, Agroecologia e Universidade: articulando saberes, trocando experiências e construindo conhecimentos” (NuPER/CNPq) acabaram por me reaproximar da temática da questão agrária e da questão socioambiental. Assim, no segundo semestre de 2021, a pesquisa desenvolvida neste texto foi tomando seus contornos como um novo tema de estudo e encontrando a sua síntese de investigação do agrário-ambiental.

Sob o olhar da Sociologia, este texto é fruto de um reencontro com a universidade e com o vivenciar das experiências de luta pela terra tanto no MST como no assentamento Mário Lago, o que exigiu uma mediação muitas vezes desafiadora da pesquisadora pela sua proximidade com o objeto de estudo. Mais do que isso, essa trajetória reafirma a necessidade da continuidade de estudos sobre a centralidade da temática agrário-ambiental. Durante o mestrado fiz um levantamento sobre as barragens e suas categorias de risco a partir dos relatórios da Agência Nacional de Águas (ANA) responsável pelos Relatórios de Segurança de Barragens, no mesmo dia em que terminei a tabela ocorreu o crime em Brumadinho-MG². Hoje, ao terminar esta tese acompanho mais uma vez o crime da Braskem em Maceió-AL³. Passamos pela crise hídrica (2014), pelo crime de Mariana (2015)⁴, o Dia Da Queimada (2020), o Garimpo ilegal e os crimes contra os Yanomami, entre tantos outros que expressam

² Em 25 de janeiro de 2019 houve o rompimento da barragem da Mina do Feijão (Brumadinho-MG) pertencente a empresa Vale, resultando em 272 mortes e sendo considerado um dos maiores crimes ambientais relacionados a mineração.

³ A extração de sal-gema pela Braskem em Alagoas desocupou mais de 14 mil imóveis e expulsou mais de 55 mil pessoas de suas casas.

⁴ Em 5 de novembro de 2015 houve o rompimento da barragem do Fundão em Mariana - MG, pertencente a empresa Samarco. Fato que resultou em dezenove pessoas mortas, mais de mil pessoas desabrigadas e danos ambientais que ainda não podem ser calculados

a necessidade de mais aprofundamento teórico e também ações concretas para com a nossa Casa Comum.

Este trabalho vem neste sentido, de somar nestes estudos a partir de uma perspectiva conjunta agrário-ambiental com base na luta pela terra do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O objetivo geral do trabalho é analisar a construção agrário-ambiental do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, compreendendo que este Movimento elabora uma concepção original de questão ambiental em sua articulação com a questão agrária.

Partimos da hipótese que para as famílias organizadas no MST à luta pela terra é uma totalidade que abrange as demandas por acesso justo a terra, à água e aos bens naturais. Assim, tanto a incorporação questão ambiental como a questão agrária surge primeiramente a partir da experiência da luta, daquilo com o que as famílias sem terra se confrontam em sua experiência prática de luta pela terra. Esta experiência passa a ser elaborada teoricamente e vai sendo incorporada pelo movimento não apenas no plano teórico, mas em seu conteúdo programático de reforma agrária.

Para tal estudo, partimos da história do MST nos referenciando nos seus Congressos Nacionais e na experiência do Assentamento Mário Lago, por entender que neste cenário podemos encontrar uma síntese de múltiplas determinações que podem nos ajudar na compreensão de movimentos mais gerais de disputa em torno da questão agrário-ambiental e do território.

Os objetivos específicos a serem desenvolvidos são:

- a) Compreender a construção e a elaboração da concepção da questão agrário-ambiental pelo MST;
- b) Compreender a construção política da luta pelo território no Assentamento Mário Lago como parte da síntese da elaboração agrário-ambiental do MST.

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A opção metodológica para a compreensão dos objetivos propostos tem como base os métodos qualitativos de pesquisa social. Deste modo, os procedimentos têm como referências principais: a pesquisa e a revisão bibliográfica; o levantamento documental; a inserção no campo de pesquisa e a realização de entrevistas qualitativas semiestruturadas.

No tocante a pesquisa bibliográfica, esta se desenvolveu principalmente no campo da Sociologia e das Ciências Sociais. Em uma ampla pesquisa em que buscamos os principais temas abordados entre eles: a questão agrária, a questão ambiental, o modo de produção capitalista e seus desdobramentos da acumulação por espoliação e os trabalhos sobre o MST, em especial, a sua territorialização na região de Ribeirão Preto e sobre o Assentamento Mário Lago.

O levantamento documental foi realizado principalmente a partir dos documentos do MST como cartilhas, boletins e o Jornal Sem Terra. Entre estes se priorizou os documentos desenvolvidos pelo Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente, pois neles podemos encontrar o desenvolvimento das abordagens sobre os temas aqui propostos desde as primeiras elaborações sobre os assentamentos, desenvolvimento da cooperação, as Comunas Urbanas e da Terra, até as formulações sobre a agroecologia e os cuidados com os bens comuns. Outros documentos utilizados foram referentes aos Congressos Nacionais do MST e seu Programa Agrário, por entender que estes expressam a síntese teórica e política de cada período do movimento. Os Congressos Nacionais do MST também foram utilizados na construção de uma linha histórica durante o desenvolvimento do texto, articulando o contexto político e econômico brasileiro com as elaborações em cada período do Movimento. Esta cronologia está apresentada no Quadro a seguir:

Quadro 1 – Sistematização dos Congressos Nacionais do MST

Congresso	Data	Local	Delegados (as)	Lema
I Congresso Nacional	29 a 31 de janeiro 1985	Curitiba	1500	Terra para quem nela Trabalha
II Congresso Nacional	8 a 10 de maio de 1990	Brasília	Mais de 5 mil delegados	Ocupar, produzir e resistir!
III Congresso Nacional	24 a 27 de julho de 1995	Brasília	5.226	Reforma Agrária uma Luta de todos!
IV Congresso Nacional	7 a 11 de agosto de 2000	Brasília	11.000	Por um Brasil sem latifúndios!
V Congresso Nacional	11 a 15 de junho de 2007	Brasília	17.500	Reforma Agrária, por Justiça Social e Soberania Popular!
VI Congresso Nacional	10 a 14 de fevereiro de 2014	Brasília	16.000	Lutar! Construir Reforma Agrária Popular!

Fonte: Elaborado pela autora

Por fim, utilizamos os documentos e reportagens do site do MST que possui um grande acervo e nos possibilitou reconstruir essa trajetória bem como narrar fatos mais recentes. Sendo os principais: os Boletins Sem Terra do início do MST, o Jornal Sem Terra, os Programas Agrários e a Sistematização de experiências agroecológicas do MST.

Ainda na análise documental buscamos levantar normas e legislações, documentos de órgãos públicos como o INCRA e o Ministério Público relacionado, em especial, com o Assentamento Mário Lago. Entre estes utilizamos o Termo de Ajuste de Conduta firmado entre os assentados da Barra, Ministério Público e INCRA e o Plano de Recuperação de Assentamento.

Também realizamos pesquisa de campo no Assentamento Mário Lago. Esta se iniciou no segundo semestre de 2021, período no qual conseguimos elaborar um novo tema de pesquisa como já apresentado. Sua continuidade seguiu até o final do ano de 2022 por meio de observações principalmente realizadas através de vivências, em visitas, em participação nas atividades da comunidade, e na participação nas reuniões de coordenação do Assentamento e das Cooperativas Mãos da Terra e Comuna da Terra. Toda observação a partir das vivências foram registradas em caderno de campo e utilizadas como base de investigação. A pesquisa de campo ocorreu também durante visitas do Grupo RURAS ao assentamento e durante o Curso de Agentes Populares de Agroecologia.

Esta tese é fruto, sobretudo de uma pesquisa participante, elaborada a partir da concepção de que a ciência não é neutra e que sua contribuição deve estar a serviço também das classes populares e de uma ação transformadora da realidade social. Assim, tanto o campo realizado, as entrevistas, as observações partem da participação ativa tanto dos Sem Terras envolvidos durante a pesquisa como da minha própria trajetória ao longo de quase dezoito anos no MST. Segundo Brandão (2006), a pesquisa participante na América Latina surge dos movimentos populares como proposta de contribuir para seus projetos emancipatórios.

Em outra direção a própria investigação social deve estar integrada em trajetórias de organização popular e, assim, ela deve participar de amplos processos de ação social de uma crescente e irreversível vocação popular. Uma articulação de ações de que a pesquisa participante é um entre outros instrumentos. Um instrumento científico, político e pedagógico de produção partilhada de conhecimento social e, também, um múltiplo e importante momento da própria ação popular. Esta alternativa de investigação social é “participante” porque ela própria se inscreve no fluxo das ações sociais populares. Estamos em uma estrada de mão dupla: de um lado a participação popular no processo da investigação. De outro, a participação da pesquisa no correr das ações populares (Brandão, 2006, p. 10-11).

Por entender que a presença desses sujeitos na pesquisa é um fator importante para dar voz aos que muitas vezes são silenciados, durante a pesquisa de campo também foram

realizadas entrevista as quais buscaram identificar a visão dos próprios assentados e assentadas sobre as questões levantadas neste estudo.

A entrevista como coleta de dados sobre um determinado tema científico é a técnica mais utilizada no processo de trabalho de campo. Através dela os pesquisadores buscam obter informações, ou seja, coletar dados objetivos e subjetivos. Os dados objetivos podem ser obtidos também através de fontes secundárias tais como: censos, estatísticas, etc. Já os dados subjetivos só poderão ser obtidos através da entrevista, pois que, eles se relacionam com os valores, às atitudes e às opiniões dos sujeitos entrevistados (Boni e Quaresma, 2005, p. 74).

Figura 1 – Participação na reunião da Cooperativa Mãos da Terra em 30/03/2022



Fonte: Acervo da autora

Figura 2 – Participação na reunião da Cooperativa Comuna da Terra em 26/09/2022



Fonte: Acervo da autora

As entrevistas foram construídas de forma qualitativa e a partir dos sujeitos que são referências dentro do assentamento e que foram apontadas pela própria coordenação do assentamento. As indicações iniciais foram de oito interlocutores onde pude realizar apenas cinco entrevistas qualitativas, sendo que duas foram realizadas de forma simultânea por opção das próprias entrevistadas. Todas as pessoas entrevistadas assinaram um termo de consentimento da sua utilização para estes fins. Cabe ressaltar que as entrevistas foram realizadas no ano de 2021, período com restrições devido à pandemia da COVID-19, o que limitou o acesso ao campo. Outro fato importante é que a pesquisa foi tomando outros contornos no seu trilhar, assim quando realizadas as entrevista elas mesmas contribuíram para apontar outras questões no desenvolvimento da tese, assim, o objetivo inicial foi incorporando outros elementos que não estavam postos no início da pesquisa.

No total das cinco pessoas entrevistadas quatro delas fazem parte do assentamento desde a época do acampamento. Para fins de não identificação utilizaremos a referência ao longo do texto seguindo a ordem cronológica em que as entrevistas foram realizadas.

Quadro 2 – Entrevistados

Entrevistado(a)	Ano em que foi morar no assentamento	Função ou atividade exercida	Data da entrevista
Entrevistado 1	2004	Produtor agroflorestal e cooperado da Cooperativa Comuna da Terra	20/06/2021
Entrevistada 2	2003	Participou da Direção Regional e da Coordenação do assentamento	29/07/2021
Entrevistada 3	2005	Produtora agroflorestal e cooperada da Cooperativa Mãos da Terra	29/07/2021
Entrevistado 4	Não morador do assentamento (filho de assentados)	Formado pelo curso médio técnico em Agroecologia realizado pelo MST e UNICAMP, trabalhou na assistência técnica no assentamento Mário Lago.	20/09/2021
Entrevistado 5	2005	Produtor agroflorestal e cooperado da Cooperativa Comuna da Terra	29/11/ 2021

Fonte: Autora

Por fim, também como pesquisa de campo participamos do I Curso Nacional de Questão Ambiental realizado pelo MST na Escola Nacional Florestan Fernandes, de 25 de abril a 3 de maio de 2022. Este curso teve como objetivo organizar de forma mais sistemática sua própria leitura da questão ambiental a partir do debate e das estratégias de lutas populares. Nossa participação foi de suma importância, não apenas na sistematização que abordamos no último capítulo, mas principalmente pela bibliografia e perspectivas que nos auxiliaram na construção desta pesquisa como um todo. Durante o curso também apresentamos a pesquisa para pessoas do MST e pudemos dialogar sobre os caminhos e a importância da elaboração sobre a temática aqui proposta, assim nosso intuito é que também possamos contribuir com a nossa devolutiva para os debates do Movimento.

1.2 ORGANIZAÇÃO DA TESE

A construção do texto está organizada em cinco capítulos. No primeiro, “A questão agrário-ambiental na perspectiva acumulação por espoliação do capital”, trouxemos dois temas centrais: a questão agrária e a questão ambiental, que vão perpassar toda a tese. A proposta é uma leitura do modelo de desenvolvimento com base na acumulação por espoliação e seus desdobramentos em especial para o campo brasileiro. A periodicidade abrange desde o processo de Revolução Verde e da modernização conservadora no Brasil até o final dos anos 1980, período em que abordamos o surgimento do MST.

O segundo capítulo, “A questão agrário-ambiental no MST”, permeado pelo contexto das políticas neoliberais de privatizações, formação de grandes conglomerados com capital transnacional e ataque aos direitos sociais, expomos a questão ambiental na perspectiva da centralidade dos sujeitos do campo e de seus territórios. E a partir dos II e III Congressos Nacionais do MST desenvolvendo o que chamamos de agrário-ambiental no MST, ou seja, o início da convergência destes temas em que o significado da luta pela terra incorpora a questão ambiental, no fazer-se classe do MST.

Adentramos o terceiro capítulo, “A questão agrário-ambiental do MST”, que discorre sobre as transformações da transnacionalização do capital e a ofensiva do agronegócio e de seus atores, como no caso da CPMI do MST, em 2003. Neste capítulo também apresentamos o debate das Comunas e dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável dos assentamentos como parte do projeto agrário-ambiental do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Em seguida tratamos do município de Ribeirão Preto e do Assentamento Mário Lago como uma síntese dos conflitos agrário-ambientais e enquanto experiência prática dos assentamentos de um novo tipo.

O quarto capítulo, “O agrário-ambiental como parte inerente ao Programa Agrário do MST”, desenvolvemos a concepção de Reforma Agrária Popular referendada no VI Congresso Nacional do MST. E a partir da proposta da agroecologia e da agrofloresta no assentamento Mário Lago buscamos refletir sobre os avanços e desafios colocados para a construção de um novo modelo agrário-ambiental.

O último capítulo, “A práxis do MST a partir do seu projeto agrário-ambiental”, elencamos algumas atividades realizadas atualmente pelo MST por entender estas como incorporação teórica e prática da concepção agrário-ambiental, analisando as agendas e pautas que o Movimento tem debatido, assim como as suas articulações políticas, sendo elas as Feiras Nacionais da Reforma Agrária, o Plano Nacional Plantar Árvores Produzir Alimentos Saudáveis e o Curso Nacional de Questão Ambiental.

Nas considerações finais, realizamos um balanço dos objetivos propostos e das hipóteses levantadas, além dos principais conclusões e apontamentos realizados durante o trabalho.

2 A QUESTÃO AGRÁRIO-AMBIENTAL NA PERSPECTIVA ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO DO CAPITAL

A segunda metade do século XX consolida novas agendas no cenário internacional, fruto das alterações geopolíticas consequentes da II Guerra Mundial. Uma significativa transformação do mercado financeiro, agora em escala global, se soma a uma concentração de poder em instituições financeiras, novos instrumentos e mercados, o que coloca em outro patamar a acumulação capitalista no âmbito da flexibilidade geográfica e temporal. Entendendo o capital não como um conjunto de instituições e sim como um processo de circulação, produção e realização que visa sempre à maior acumulação, este, necessariamente, deve se expandir seja em busca de novos territórios de exploração e mercado ou em criar/reformar relações sociais da produção (Harvey, 2000). Ou, segundo Marx (2017), o capital enquanto uma relação social entre as pessoas que são intermediadas por coisas. Assim o capital não é uma coisa em si, mas uma relação histórica de produção.

No Brasil como em outros países que passaram por sistemas coloniais, neocoloniais e de dependência a questão ambiental não está dissociada da questão agrária e sempre estiveram no cerne de suas estruturas econômicas. Deste modo, aqui optaremos por abordar como agrário-ambiental. No tocante à literatura e aos movimentos organizados pela sociedade e relacionados à questão ambiental, como veremos adiante, a sua maioria tem como ponto de partida os centros urbanos. Entendemos que estes não podem contribuir para o apagamento e esvaziamento do processo de exploração constante da natureza e do uso sistemático da violência entre os povos originários e as comunidades camponesas que estão no centro destas questões. Florestan Fernandes (2008), ao estudar o capitalismo agrário no Brasil, já apontava a espoliação sistemática da economia agrária como parte constituinte do desenvolvimento capitalista, que tem sua ação direta sobre a natureza ao se converter em uma bomba de sucção de riqueza para outros setores da economia e concomitantemente se torna uma moeda que destrói os sujeitos e sua força de trabalho. A questão a ser destacada é que para os países com a economia centrada na exploração nos bens da natureza o processo de acumulação originária coexiste com as formas mais avançadas de tecnologia.

Marx nos aponta que a utilidade das coisas, seus usos e valores atribuídos devem partir de uma perspectiva histórica. Os seres humanos movidos por suas necessidades elementares como alimentar-se e vestir-se sempre se relacionaram com a natureza. Esta

relação teve de ser mediada por uma atividade especial, o trabalho, que direcionado a um fim transforma os elementos naturais às necessidades humanas específicas.

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza, e, portanto, da vida humana (Marx, 2017, p. 120).

Desse modo, a primeira necessidade humana é a produção dos meios de vida materiais imediatos (comer, beber, abrigar-se). O trabalho se caracteriza como um processo entre o homem e a natureza, em que para concretizá-lo, as forças sociais historicamente têm de ser colocadas em movimento a fim de modificar a natureza para atender suas necessidades.

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (Marx, 2017, p. 255).

Esta relação sociometabólica é ontológica ao ser humano, faz parte da própria existência da vida. Ambos são os criadores originais do produto. No desenvolvimento da história, as formas de trabalho foram se transformando e com estas os diferentes modos de produção. Na sociedade capitalista o modo de produção se baseia na extração da mais valia e emerge a categoria mercadoria. Seu mistério consiste em encobrir as características sociais do próprio trabalho humano e assim se apresenta apenas como relação entre coisas. O capital, neste sentido, se apropria e se incorpora nestes dois elementos fundantes.

Uma coisa pode ser valor de uso sem ser valor. É esse o caso quando sua utilidade para o homem não é mediada pelo trabalho. Assim é o ar, a terra virgem, os campos naturais, a madeira bruta etc. Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria. Quem, por meio de seu produto, satisfaz sua própria necessidade, cria certamente valor de uso, mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele tem de produzir não apenas o valor de uso, mas valor de uso para outrem, valor de uso social (Marx, 2017, p. 118).

A natureza neste sentido existe independente da ação humana, mas possui valor de uso sem necessariamente possuir valor. Diferente da definição da matéria-prima, esta fruto de um trabalho anterior, a qual se torna objeto de trabalho torna objeto de trabalho, contudo nem todo objeto de trabalho é matéria prima.

Segundo Foster (2020), a análise ecológica é inseparável da forma-valor e sua relação metabólica desenvolvida por Marx. Por tal motivo, segundo o autor, Marx diferencia a riqueza (natureza e trabalho) de mercadorias criadas a partir da exploração da força de trabalho. Mais do que diferença, a contradição entre riqueza e valor são à base do processo de acumulação e

se associa diretamente à degradação das condições ambientais, e nos auxilia a explicar à ruptura metabólica.

Com o capitalismo e sua reprodução ampliada tanto as forças da natureza como do trabalho social são apropriadas nos processos produtivos. Para explorar a natureza é necessário ao capitalista o organismo humano, trabalhador, responsável pela criação do mais valor. Estes elementos da teoria marxiana são fundamentais para compreensão de uma abordagem a cerca das questões ambientais relacionadas ao modo de produção atual.

As ciências naturais burguesas assumem, cada vez mais, uma forma ecologicamente modernizadora, uma vez que são forçadas a enfrentar a ruptura no metabolismo social provocada pela economia política capitalista e o estranhamento da ciência que isso engendra. As assim chamadas “soluções” tecnológicas, tais como a captura e apreensão de carbono, são propostas e empregadas, de modo geral, sem enfrentar efetivamente a raiz sistêmica do problema ecológico (Foster, 2020, p. 173).

As soluções no discurso de conciliação entre o capitalismo e a possibilidade de preservação ambiental definida como desenvolvimento sustentável ou um capitalismo sustentável, segundo O'Connor (2000), é antes de tudo “uma questão ideológica e política, diante de um problema ecológico e econômico” (p.10). A tendência do capitalismo é, segundo o autor, a autodestruição e a crise, como consequência criam cada vez mais pobres e famintos em todo mundo, ao mesmo tempo em que a natureza está sobre ataque em todos os lugares.

Os danos causados ao meio ambiente pelo caráter expansionista *ad infinitum* do capital, exceção em suas crises cíclicas, certamente não podem ser desconsiderados. Ao mesmo tempo não se resumem a questões técnicas ou quantitativas.

Por isso, é correto assumir que para solucionar o problema ecológico é necessário intervir para desacelerar, parar, reverter e eventualmente dismantelar o moinho, particularmente no centro do sistema. Não obstante, a perspectiva padrão do moinho, se tomada por si própria, tende a reduzir o problema ecológico a um problema quantitativo, retirando a ênfase dos mais qualitativos aspectos da dialética, representados hoje pela promoção de valores de uso especificamente capitalistas e, assim, do desperdício econômico (Foster, 2011, p. 98).

A questão da técnica, maquinaria e intensificação do capital constante na produção e suas consequências são desenvolvidas por Marx em O Capital principalmente na seção IV e no capítulo 13, na qual mais uma vez reforça que a maquinaria ou o avanço da técnica não são as causas do problema e sim a forma que estas são empregadas e a que fim serve, ou seja, é uma questão qualitativa e não apenas quantitativa. Não seria minimamente razoável na atualidade uma defesa em abandonar os meios de produção e objetos de trabalho hoje disponível, pelo menos parte deles, ainda mais se encararmos que estes são fruto do conhecimento coletivo acumulado historicamente pela humanidade. A questão reside em sua apropriação por uma pequena parte da sociedade e para quais objetivos são direcionados seu

uso. No processo de valorização do capital, estas empregam o trabalhador e se confrontam com ele como capital “como trabalho morto a dominar e sugar a força de trabalho viva” (Marx, 2017, p. 495).

O termo “acumulação primitiva ou original do capital” é desenvolvido por Marx em O Capital (2017) no qual dedica um capítulo intitulado “A chamada acumulação primitiva”, definindo-a como parte de um processo histórico que constitui a pré-história do capital marcado pela expropriação dos trabalhadores de suas terras e, portanto de seus meios de subsistência e de trabalho, com o uso de extrema violência. Como processo histórico o autor situa sua análise entre o final do século XV e início do século XVI, no modo de produção feudal e no surgimento da propriedade privada da terra, até o início do século XIX, com o cercamento das terras comuns na Inglaterra. Isto significa que quase quatro séculos foram necessários para consolidar a terra como mercadoria, instaurar a grande exploração agrícola e criar uma massa de proletários oriundos do campo.

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas (Marx, 2017, p. 787).

Os métodos que possibilitaram a incorporação do campo para a agricultura capitalista por meio da expulsão violenta dos camponeses também proporcionaram para a indústria capitalista a oferta que esta necessitava de um grande contingente de trabalhadores livres. Em outras palavras, os camponeses foram obrigados a se submeterem ao sistema do trabalho assalariado. Esta subsunção foi possível pela criação de um arcabouço jurídico que dava legitimidade ao processo de roubo das terras, regulavam a legislação do trabalho fabril e como nem toda mão de obra era absorvida pelo trabalho nas cidades, essa legislação também serviu para criminalizar e submeter essa população considerada vagabunda a punições físicas e condenações ao trabalho escravizado.

A burguesia emergente requer e usa a força do Estado para “regular” o salário, isto é, para comprimi-lo dentro dos limites favoráveis à produção de mais-valor, a fim de prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau normal de dependência. Esse é um momento essencial da assim chamada acumulação primitiva (Marx, 2017, p. 809).

Neste contexto a terra e outros meio de produção não só são expropriados como também concentrados, obrigando a massa da população a se proletarizar e vender a única coisa que lhe restava, sua força de trabalho. Para Marx, se tornou inviável qualquer forma

cooperação, de dominação e da regulação social da natureza, como qualquer possibilidade de desenvolvimento das forças produtivas sociais. Na sua análise em *O Capital* o autor encerra dizendo que não é objeto desta obra os desdobramentos deste processo nas colônias, porém ironiza ao dizer que o segredo que a economia política do Velho Mundo descobre no Novo Mundo é que o modo capitalista de produção e acumulação exige o aniquilamento da propriedade privada fundada no trabalho próprio, ou seja, a expropriação do trabalhador.

Ainda segundo Marx a acumulação primitiva é um processo que se estende por séculos em países percorrendo o mesmo caminho, mesmo que ele mude de coloração local ou siga outra ordem de sucessão. Portanto, ocorreu também em territórios não presentes em suas análises e até por séculos posteriores a sua morte, processo que se expande ao decorrer da história em outras regiões na expropriação dos povos originários na América Latina, na África e em muitos outros rincões deste planeta.

Por não se tratar de uma análise quantitativa e sim qualitativa, a partir dos elementos centrais estabelecidos por Marx, definir a chamada acumulação primitiva, tendo a expropriação dos trabalhadores e apropriação da terra dos camponeses como seu ponto de partida e, assim, podemos extrair esses elementos em outros processos históricos, já que não se deram de forma linear e muito menos concomitantemente.

Como constante movimento histórico, as formas de expansão capitalista têm como consequência na economia agrária a coexistência das diferentes formas capitalistas de mercantilização com formas pré ou subcapitalistas e formas capitalistas de produção. Neste sentido, o conceito de acumulação primitiva tem uma releitura por não se tratar estritamente de um determinado momento histórico, mas sim de uma das formas do modo de produção capitalista. Harvey (2014) aponta para algumas das características da acumulação primitiva marxiana que continuam presentes na geografia histórica do capitalismo até nossos dias. Como é o caso das expulsões de populações de suas terras, a privatização dos bens naturais, como água, e a existência até hoje de trabalho análogo a escravidão.

A desvantagem desses pressupostos é que relevam acumulação baseada na atividade predatória e fraudulenta e na violência a uma “etapa original” tida como não mais relevante ou, como no caso de Luxemburgo, como alguma forma “exterior” ao capitalismo como sistema fechado. Uma avaliação geral do papel contínuo e da persistência das práticas predatórias de acumulação “primitiva” ou “original” no âmbito da longa geografia histórica da acumulação do capital é por conseguinte muito necessária, como observam recentemente vários comentaristas, como parece estranho qualificar de “primitivo” ou “original” um processo em andamento substituirei a seguir esses termos pelo conceito de “acumulação por espoliação” (Harvey, 2014, p. 120).

Para compreendermos o movimento histórico da expansão capitalista no Brasil e seus desdobramentos na questão agrário-ambiental, retomando Florestan (2008), no método em

que se busca a síntese dos processos histórico-sociais deve-se compreender a “explicação do todo como uma realidade complexa, mas concreta e específica” (p. 172). Para tal, não necessitamos retornar ao período colonial em que foram dizimados milhões de povos indígenas e de negros escravizados, contudo alguns elementos são estruturantes da nossa formação até os dias atuais como a constante espoliação da natureza e a violência no campo, e estes devem estar presentes nas análises.

Este problema foi tratado na sociologia brasileira por diversos autores, em especial José de Souza Martins (2010), que dedicou uma pesquisa de mais de vinte anos na qual aborda a questão agrária a partir do problema da renda da terra mediado pela problemática da acumulação primitiva do capital. Segundo ele, no Brasil a expansão do capital nas fronteiras agrícolas foi marcada pela incorporação da superexploração do trabalho com os mecanismos da acumulação primitiva e forjaram a moderna empresa agrícola, extrativista e pecuária.

No Brasil, a renda territorial capitalizada não é essencialmente uma transfigurada herança feudal. Ela é engendrada no bojo da crise do trabalho escravo, como meio para garantir a sujeição do trabalho ao capital, como substituto da expropriação territorial do camponês, que, no advento do capitalismo, criou a massa de deserdados apta a entrar no mercado de trabalho da nova sociedade. Aqui, a propriedade teve a função de forçar a criação da oferta de trabalho livre e barato para a grande lavoura. Foi aqui o meio substituto da acumulação primitiva na produção da força de trabalho, com a mesma função: a expansão do capitalismo só seria possível com o surgimento de uma massa de trabalhadores livres porque livres dos meios de produção para trabalhar por conta própria, sujeitos, portanto, à necessidade de trabalhar para o capital para sobreviver (Martins, 2010, p. 49).

Para trazer a contribuição do autor na sociologia sobre essa temática seria necessário muito mais que estes apontamentos breves, porém para este presente trabalho nos vale o seu pressuposto de que por se tratarem de relações sociais elas não respondem a uma linearidade temporal, podendo coexistir a partir de circunstâncias particulares. Outro elemento importante é o de que a renda capitalista da terra tem o caráter de tributo social, pago por toda a sociedade em função de uma única classe ter o monopólio sobre a terra (Martins, 1981).

A reprodução ampliada do capital confere um modus operandi de exploração e expropriação para sua acumulação que possui especificidades territoriais e temporais. Não são etapas e sim ciclos de expansão do capital que muitas vezes coexistem. Neste sentido, Oliveira (2003) defende que as economias latino-americanas foram criadas como uma reserva de acumulação primitiva do sistema global, assim o “subdesenvolvimento é uma formação capitalista e não simplesmente histórica” (p. 22).

A questão agrário-ambiental, em toda sua complexidade no território brasileiro, é secular. Sua apropriação e expropriação são marcas de nosso processo histórico que produzem um determinado modelo de desenvolvimento do capital em um país dependente, com a

economia fortemente marcada pela exportação dos bens naturais que, ao mesmo tempo, reproduzem as relações sociais, de poder e a luta de classes.

Neste sentido, em diálogo com a literatura adotamos neste trabalho uma releitura do conceito de acumulação primitiva trazendo-a para a contemporaneidade, por não se tratar estritamente de um determinado momento histórico, mas sim de uma das formas do modo de produção capitalista.

Os efeitos da expansão do modo de produção capitalista sobre a natureza começam a ganhar repercussão internacional e é marcado pela publicação da “Primavera de Silenciosa”, Rachael Carson, 1962. Em seu estudo a autora demonstra as consequências do pesticida DDT para os seres humanos e animais, que poderiam levar a modificações genéticas e ao câncer. A partir desta publicação e sua publicização internacional o tema acerca dos limites da intervenção humana na natureza passa a impulsionar diversas lutas dos movimentos sociais dos anos 1960.

Poucos anos depois é lançado o relatório “Limites do Crescimento”, 1968, elaborado pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) a pedido do Clube de Roma. Este se apresenta como um estudo científico e apolítico com a pretensão de relacionar a problemática ambiental aos limites de crescimento. Deste modo, considera inviável a continuidade do crescimento de um modelo econômico o qual depende de bens naturais que por sua vez são finitos. Partindo de cinco variáveis: a população, a produção de alimentos, a produção industrial, a poluição e os recursos naturais não renováveis; aponta para a necessidade de controle do crescimento populacional como única solução.

O relatório é utilizado como base para a 1ª Conferência Mundial sobre meio ambiente, em Estocolmo, realizada pela Organização das Nações Unidas. Esta Conferência marca o início da institucionalização da problemática ambiental na agenda geopolítica internacional (Porto-Gonçalves, 2006). O debate dos impactos ambientais coloca a prova o modelo produtivista de desenvolvimento. Josué de Castro no “Colóquio sobre o meio”, também em Estocolmo, 1972, dialoga diretamente com a narrativa construída pelo relatório do Clube de Roma. A sua crítica se baseia na visão unilateral do conceito de desenvolvimento reduzido como expansão da riqueza material e mensurado-a quantitativamente e não qualitativamente.

Fala-se muito do relatório que o Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) preparou, por inspiração do Clube de Roma, à base de trabalhos de computadores. Este relatório determina limites de crescimento, avaliados levando-se em conta os efeitos nocivos da civilização tecnológica e industrial, ou seja, propõe a fixação de um ponto de estabilização da população e das economias mundiais.

Ora, embora aparentemente o relatório tenha razão - pois a todos nós inquieta a poluição e a degradação do meio - a realidade é que, considerado, globalmente, torna-se inaceitável porque suas conclusões estão falseadas por uma metodologia

pouco científica. O relatório considera que o modelo de desenvolvimento que apresenta, com sua imagem do mundo dentro de um século, é o único válido, o único possível de ser armado com os dados hoje disponíveis sobre a realidade mundial. Este exclusivismo, muito característico da cultura etnocentrista dos países desenvolvidos, demonstra por si só o caráter pouco científico do relatório (Castro, 2003, p. 142-143).

Castro também aponta um erro que perpetua até os dias atuais sobre a problemática ambiental em que coloca as regiões mais ricas ou os centros urbanos como os primeiros a sentirem os efeitos da degradação ambiental. Olvidam-se, portanto, segundo o autor, que estes efeitos antes foram sentidos nas regiões consideradas subdesenvolvidas e que historicamente foi o *primeiro produto do desenvolvimento desequilibrado do mundo*. O relatório também tem um caráter misógino ao apontar como solução o controle populacional, o que recai na culpabilização e em um controle cada vez maior dos corpos das mulheres.

A institucionalização da temática ambiental se inscreve na disputa da dimensão epistêmica, técnica e política que se imbricam (Leff, 2006), e nela também está presente à expulsão de camponeses e povos originários dos seus territórios e a destruição muitas vezes de suas comunidades. A modernização impõe seu ritmo à vida no campo, assim a relação entre o urbano e o rural é complementar. A expulsão dos camponeses também é a exteriorização da precariedade da vida. Como são as consequências das alterações das relações com a natureza, uma vez que a especialização dos processos produtivos afeta cada vez mais a degradação das águas, solos, ar e os riscos se tornam cada vez mais socialmente construídos e não apenas de ordem natural, como os seus efeitos que não se limitam a um espaço geográfico específico.

2.1 O AMBIENTAL E O AGRÁRIO NO CONTEXTO DE MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA BRASILEIRA

A questão agrária e ambiental surge no debate brasileiro como algo cindido. A temática da questão ambiental por seu turno surge no final dos anos 1950 com as entidades ambientalistas sediadas nos centros urbanos e pautadas pelos efeitos da degradação ambiental neste espaço. As duas primeiras entidades ambientalistas têm como características comuns o fato de serem formadas de engenheiros agrônomos e cientistas naturais, tiveram sua atuação voltada para as articulações em âmbito estatal e de cunho conservacionista, sendo elas a

Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN), de 1958, e a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), em 1971. Nos anos seguintes surgiram O Movimento Arte e Pensamento Ecológico (Mape), em 1973, e Associação Paulista de Proteção Natural (APPN), em 1976. Estes se diferenciavam por seus membros serem formados por artistas plásticos, professores universitários de esquerda e jornalistas vinculados aos movimentos contraculturais e suas pautas eram principalmente voltadas aos impactos ambientais em áreas urbanas, seja como consequência da poluição seja pela construção de grandes obras.

A natureza passa a ser ressignificada também pelas transformações nas relações sociais e de poder, mediada a partir de uma fundamentação científica com a criação de parâmetros técnicos, tido como apolíticos. Neste período, por forte atuação de engenheiros e técnicos houve a criação de novas instituições de controle ambiental como é o caso da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo em 1974, e a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente, no Rio de Janeiro, em 1975. Estas foram os espaços de criação de um arcabouço de legislações como “licenciamento ambiental” com o intuito de avaliar os impactos sobre a natureza e da saúde pública a partir de obras de construção, atividades industriais e outros empreendimentos (Lopes, 2006).

O estudo da natureza teve suas origens nas ciências naturais principalmente com os estudos sobre ecologia⁵ no qual sua etimologia significa uma reflexão (*logos* - logia) sobre a casa (*oikos* – habitat). A predominância de cientistas naturais no debate ambientalista das primeiras décadas do pós-guerra (especialmente dos anos 1950 até os 1980) já ultrapassava questões estritamente naturais, incluindo os problemas da poluição industrial e do crescimento populacional. No tocante as ciências sociais, a temática ambiental com ênfase em especial na sociologia rural surgiu com forte influência das ciências naturais e positivistas, assim o conceito de meio ambiente carrega muito da tradição científica hegemônica europeia, “traz as marcas de uma tradição filosófica que opera com a separação entre homem e natureza, consagrada na separação das ciências naturais e ciências humanas” (Porto-Gonçalves, 2012, p. 94).

De acordo com Héctor Ricardo Leis (2001), a problemática ambiental passa a ter algum interesse pelas ciências sociais apenas nos anos 1980, fato que em um primeiro momento se deu pelo não envolvimento da sociedade civil sobre a temática e assim não fez

⁵ Termo ecologia foi utilizado por Ernest Haeckel (1834-1919), alemão que foi discípulo de Darwin (Boff, 2021, p. 321).

parte da agenda de pesquisas. Quando esta engendra as temáticas de pesquisa a faz tardiamente, fruto das mobilizações ambientalistas. Martins e Cunha (2020) fazem um percurso histórico do debate na sociologia referente aos temas das ruralidades e meio ambiente. Segundo os autores, até os anos 1960 o debate se dava em torno da modernização, desde a expansão urbana assim como da industrialização da agricultura. Desta forma, a temática ambiental na sociologia rural se dá a partir dos anos 1970 e 1980.

O fim dos anos 1970 e o início dos anos 1980 marcaram a inscrição da moderna temática ambiental no campo dos estudos rurais. Os processos sociais envolvidos na produção agrícola permaneceram analiticamente associados à dinâmica das relações de classe no campo. Mas a temática ambiental emergiu nesses estudos como fator transversal que inaugurava um novo patamar de relações entre o local e o global (JOLLIVET, 1998). Novos interesses eram forjados não apenas no espaço rural, mas também em relação a este; e novas instituições foram constituídas a fim de normatizar as formas de uso social do meio ambiente rural. Nesse movimento, entrava em jogo a noção de território, a favor das políticas de conservação da biodiversidade, da nova gestão dos recursos terra e água e de requalificação dos espaços rurais — não mais reduzidos à agricultura, mas problematizados em função das atividades econômicas emergentes (Favareto, 2007; Martins, 2014; Schneider, 2004 *apud* Martins e Cunha, 2020, p. 2).

Soma-se neste período o debate sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento, com o deslocamento de indústrias com forte caráter poluidor para os países periféricos. Estes temas foram desenvolvidos a partir da sociologia brasileira, desde a Revolução Verde, a modernização conservadora, o êxodo rural e a degradação ambiental. Esta inserção dos debates ambientais nas ciências sociais acompanhou o período de globalização neoliberal dos anos 1970 que apontava novos desafios em relação à natureza. Os efeitos da expansão capitalista sobre os danos ambientais são sentidos como em nenhum outro momento da história até então. O termo “globalização”, segundo Chesnais, apareceu pela primeira vez na *business schools* norte-americanas por volta de 1980 e a sua referência em torno de uma conduta “global” para as ações estratégicas dos grandes grupos industriais se assimilava, deste ponto de vista, a uma mundialização do capital. Porém, ao contrário de promover uma integração mundial, a globalização mundializou todas as tendências à polarização e à desigualdade a partir da liberalização e desregulamentação dos mercados.

Passa a se instrumentalizar por meio do discurso científico uma relação que é ontológica ao ser humano, a relação ser humano e natureza. No desenvolvimento da história, as formas de trabalho foram se transformando e com estas os diferentes modos de produção.

Para Marx o intercâmbio entre humanidade e natureza é condição permanente da própria vida e da sociedade. Todo o método do materialismo histórico parte do conceito do metabolismo social, que será determinado em cada época pelo desenvolvimento das formas produtivas que o intermeiam. Assim, a ideia de natureza também inclui os seres humanos e

não está apartado destes. Com o capitalismo e sua reprodução ampliada tanto as forças da natureza como do trabalho social são apropriadas nos processos produtivos. Para explorar a natureza é necessário ao capitalista o organismo humano, trabalhador, responsável pela criação do mais valor. Estes elementos da teoria marxiana são fundamentais para compreensão de uma abordagem sobre as questões ambientais relacionadas ao modo de produção atual.

Leff (1995) afirma que esta relação ser humano e natureza na teoria marxiana não se resumem a uma natureza enquanto humanização do mundo e tampouco o homem como subjetividade individual. Deste modo, as relações entre ambos são resultados de práticas sociais concretas.

Para o materialismo histórico, o primado da práxis social em objetivar o real era condição necessária para a superação às tendências racionalistas, idealistas e subjetivas da filosofia. Da mesma forma, a primazia do ser sobre o pensamento é central para uma epistemologia materialista. No entanto, a ciência da história exige algo mais do que esses princípios ontológicos e metodológicos apreender "o real" de seu objeto de conhecimento: os processos de produção social, reprodução e transformação do modo de produção capitalista (Leff, 1995, p. 5, tradução nossa).

A ideia de natureza separada dos seres humanos implica uma concepção da abstração dos próprios seres humanos como se tivessem a opção de não interação entre ambos. Segundo Williams (2011), a própria “ideia de natureza contém uma quantidade extraordinária de história humana” (p. 94). A questão apontada pelo autor na construção moderna sobre a natureza está no fato da omissão ou não da história do trabalho humano e das formas desiguais que existem nessa relação. A natureza foi deslocada para a margem, para o local sem as intervenções da indústria moderna e ao mesmo tempo ela própria se tornou mercantilizada como passível de ser consumida como paisagem ou cenário.

A construção social da ideia de natureza historicamente solidificou dicotomias e alienações no imaginário social que necessitam ser retomadas. A separação entre o atrasado e o moderno, as consequências da espoliação sobre as populações camponesas e povos originários, ainda segundo Williams (2011), “se alienarmos os processos de vida dos quais somos parte, terminamos, mesmo que de forma desigual, alienando a nós mesmos” (p. 113).

O debate em torno da questão ambiental passa pela luta da reapropriação social da natureza (Leff, 2006) e das próprias formas de reprodução das relações sociais. Os produtos e subprodutos desta relação não são acasos naturais, são historicamente construídos por diferentes sujeitos que se relacionam e agem sobre a natureza. Assim, as consequências dessas relações também têm suas peculiaridades e são sentidas de forma desigual, contudo algumas questões nos parecem centrais para uma abordagem mais ampla sobre a questão ambiental.

Em primeiro lugar, como já pontuamos, esta sua não dissociação da questão agrária que é o lócus primário da espoliação da natureza e dos sujeitos que vivem nos espaços rurais; em segundo é a centralidade do trabalho em seus diferentes tempos históricos no processo de interação com a natureza; e, por fim, é a compreensão de como o modo de produção capitalista com seu caráter expansionista vai se apropriando, mercantilizando todas as esferas da vida, e nestas a relação ser humano - natureza.

Por seu turno, a questão agrária em toda sua complexidade no território brasileiro é central para a compreensão a partir de sua apropriação e expropriação como marcas de um processo histórico que produzem um determinado modelo de desenvolvimento do capital em um país dependente. Uma construção histórica que passa pela invasão europeia de seu território com o contínuo saque dos bens naturais, genocídio dos povos originários e mais de 300 anos da escravatura, bem como o uso sistemático da violência. Esta relação não se restringe ao espaço rural, pois o excedente econômico do campo foi transferido para as cidades sendo muitas das vezes os alicerces materiais para sua urbanização, assim a espoliação dos bens naturais a partir da economia agrária foi e ainda são umas das bases da economia brasileira.

Segundo Florestan (2008), estas questões são estruturais e também se manifestaram no horizonte cultural na diferenciação dos papéis de seus agentes econômicos que a partir do excedente da economia agrária passaram a desempenhar novos papéis e funções na economia urbana. Como também é estrutural a própria estratificação no meio rural, na qual há a coexistência de formas capitalistas de mercantilização com formas pré ou subcapitalistas e formas capitalistas de produção. Assim, a modernização da economia agrária não foi sinônimo de uma mudança estrutural, pelo contrário, tende a aprofundar as desigualdades socioeconômicas, culturais e políticas.

O processo da modernização agrícola durante a ditadura civil militar logrou o desenvolvimento do capitalismo no campo e a manutenção da estrutura fundiária, impondo ao mesmo tempo a derrota de qualquer perspectiva da efetivação de uma política de reforma agrária. Com um arcabouço de políticas voltadas para a industrialização, altos investimentos em capitais fixos como redes de energia, estradas que auxiliassem no processo de distribuição das mercadorias, e a construção de indústrias de base se forjou um conjunto de condições gerais de produção as quais acentuaram e reafirmaram a inserção do país na economia mundial a partir da especialização na exportação dos bens naturais. Desse modo, consolida-se a questão agrária brasileira associada ao capital e submetida à lógica da reprodução capitalista ampliada, não só nacionalmente como mundializada.

Segundo Martins (2010), o processo de intervenção do Estado serviu no período para promover e solidificar uma aliança entre terra e capital que retirava a necessidade de um projeto de reforma agrária e incluiu em seus propósitos políticos o interesse por sua propriedade.

Aqui, o grande capital se tornou proprietário de terra, especialmente com os incentivos fiscais durante a ditadura militar. Antes disso, em muitas regiões do Brasil, grandes proprietários de terra haviam se tornado empresários capitalistas, tanto na região canavieira do Nordeste quanto na região cafeeira do Sudeste. [...] Por outro lado, já na ditadura militar, com a política de incentivos fiscais, o capital personificado pelo capitalista, por aquele que pode tomar consciência das contradições que perturbam a reprodução ampliada do capital, foi compensado das irracionalidades da propriedade da terra como titular de renda fundiária (Martins, 2010, p. 100).

Um dos desdobramentos das transformações tecnológicas já nos anos 1950, mas cunhada a partir dos anos 1970, foi a chamada Revolução Verde, processo que se configura pela subordinação da agricultura pela indústria. É a partir dela que se consolida o pacote tecnológico, ou seja, um conjunto de medidas e técnicas que precisam ser articuladas para ampliar a produção e a rentabilidade agrícola. A articulação entre o uso de um conjunto de sementes híbridas, insumos industriais (majoritariamente fertilizantes e agrotóxicos) e maquinários específicos davam corpo ao pacote tecnológico da Revolução Verde e do agronegócio. Este processo não se resume apenas a questão das mudanças técnicas, mas sobretudo econômicas e culturais.

O discurso da modernização agrícola também desempenhou um papel de falsear as tensões que existiam no campo, utilizou-se da retórica de legitimação da modernidade apoiada no discurso da competitividade e do livre comércio a fim de responder as demandas do mercado internacional, resultando na inserção do capital financeiro, propriedade da terra e expropriação dos trabalhadores. Dois movimentos importantes devem ser considerados: primeiro que a mecanização da produção e a incorporação de novas áreas de plantio desempregam um alto contingente de trabalhadores rurais, e segundo que as áreas de latifúndios improdutivos tendem se valorizar especulativamente. (Aly Júnior *et al.*, 2008, p. 328).

Cabe ressaltar que os conflitos existentes no campo ganharam visibilidade nacional principalmente nas duas décadas que precederam o golpe civil militar brasileiro, pela atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e das Ligas Camponesas no Nordeste. Neste período, iniciou-se a construção de uma identidade política camponesa e a reforma agrária passou a ser o ponto chave de diversas lutas, que mobilizavam não só os trabalhadores rurais como demais grupos que se articulavam na defesa das “reformas de base” durante o governo de João

Goulart. A resposta do governo civil-militar aliado às elites econômicas foi à perseguição das Ligas Camponesas e dos demais trabalhadores do campo com a justificativa de se tratar de uma questão de segurança nacional. Também criaram o Estatuto da Terra que, apesar de inúmeros aspectos progressistas, reflexo das lutas que foram travadas no período, instituiu o pagamento das terras desapropriadas por interesse social, classificando o uso e extensões das propriedades. Deste modo, formulou-se um conceito operacional de latifúndio a fim de estabelecer distinções entre terras desapropriáveis e terras não desapropriáveis. Este foi um instrumento que permitiu a expansão da empresa para o campo, marcando a expropriação dos trabalhadores rurais e ao mesmo tempo regulamentou a parceria e o arrendamento das terras (Medeiros, 2007).

Outra medida tomada foi à criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 1970. Este transferiu a questão da estrutura fundiária para a ocupação de terras públicas em fronteiras visando à colonização destes espaços. Por meio de dois principais projetos administrados pelo INCRA, o Projeto Integrado de Colonização (PIC) e o Projeto de Assentamento (PA) focavam em especial as regiões de Altamira e Marabá no Pará, voltando-se para o eixo da rodovia Transamazônica e a região norte de Mato Grosso, além do objetivo de colonizar as fronteiras em favor do grande capital nacional e estrangeiro, visto que muitas terras públicas foram repassadas a grandes grupos empresariais, por meio de licitações, o que também gerou um aumento dos latifúndios improdutivos. O projeto de modernização da agricultura brasileira ofertou créditos e subsídios estatais para a agricultura patronal, a fim de privilegiar os produtos para exportação e aumentar o uso de tecnologias.

As políticas públicas modernizadoras não só beneficiaram latifundiários tradicionais, mas também atraíram investidores de outros setores da economia, que passaram a ver a terra como alternativa interessante de investimento. Os grandes grupos econômicos entraram na produção agrícola ou agroindustrial, imobilizando capitais em terras, esperando, com isso, também se beneficiar da captação dos até então fartos recursos públicos (Mendonça, 2010, p. 119).

O projeto de desenvolvimento pautado pelos governos da ditadura civil-militar e a criação do INCRA com suas políticas de colonização refletiram na exclusão social do campo, no qual os trabalhadores rurais passaram a migrar para os centros urbanos aumentando a população excluída dos direitos mínimos de cidadania. Pelas facilidades oferecidas pelo Estado criou-se uma forte aliança deste com os negócios privados. Estas duas dimensões passam a marcar a história do país: por um lado o processo de aprofundamento das desigualdades sociais e por outro o Estado como principal facilitador deste processo, marcado pelos incentivos dado aos grandes proprietários (Martins, 1984).

O central aqui é a função social que a propriedade da terra assume historicamente no contexto brasileiro, seja na figura do fazendeiro ao se tornar empresário capitalista e servir de base para a urbanização do país, seja na ditadura civil-militar com a criação de condições que perpetuassem a reprodução ampliada do capital através da compensação para os capitalistas da propriedade da terra como titular de renda fundiária. Em todos os casos, o que se inviabilizava era a possibilidade de democratização das terras e uma política de Reforma Agrária, não só do ponto de vista econômico como também de forma ampla no tocante a produção e reprodução da vida. Neste sentido, a luta pela terra também carrega consigo a luta pela inserção e inclusão, pela garantia dos direitos e, portanto, pela dignidade.

Este modelo de desenvolvimento hegemônico do campo e a disputa direta pela terra são históricas e, portanto, sociais. Sua reprodução é fruto de interesses e conflitos. E por ser a luta pela terra social, ela carrega em seu interior uma dimensão mais abrangente, ligadas às dimensões simbólicas, ao alimento, à natureza e para a vida, como disse D. Pedro Casaldáliga em uma entrevista: “o que se pede é uma Reforma Agrária que seja uma Reforma Agrícola também. Porque terra é mais do que terra!”⁶.

2.2 A LUTA PELA TERRA E O SURGIMENTO DO MST

Como já apontado, a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, em 1970, transferiu a questão da estrutura fundiária para a ocupação de terras públicas em fronteiras visando à colonização destes espaços. Por meio de dois principais projetos administrados pelo INCRA, o Projeto Integrado de Colonização (PIC) e o Projeto de Assentamento (PA) tinham em especial as regiões de Altamira e Marabá no Pará voltando-se para o eixo da rodovia Transamazônica e a região norte de Mato Grosso. Aliado a essa política que não garantia as condições necessárias de permanência dos trabalhadores nas regiões, mais o cenário de avanço do capital nas fronteiras agrícolas deixando pelas rodovias centenas de trabalhadores e trabalhadoras rurais à própria sorte e sem nenhuma perspectiva de uma Reforma Agrária, os trabalhadores e trabalhadoras rurais começam a se organizar com o apoio principalmente da ABRA (Associação Brasileira da Reforma Agrária), CUT (Central Única dos Trabalhadores), CIMI (Comissão Indigenista Missionária) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

⁶ Entrevista publicada por Quem tem medo da democracia?, 2012. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/noticias/514851-d-pedro-casaldaliga-o-problema-e-ter-medo-do-medo>.

A região sul do país já sentia os efeitos da expulsão dos pequenos proprietários rurais desde os anos 1970, principalmente a partir da construção da hidrelétrica de Itaipu, em dez anos foram cerca de 100 mil camponeses expulsos de suas terras (Morissawa, 2001). Iniciou-se uma forte mobilização de trabalhadores rurais e, conseqüentemente, ocupações como as ocorridas nas fazendas Macali e Brilhante (RS). Porém, não havendo a resolução do conflito e o não assentamento de muitas famílias, em dezembro de 1980 trabalhadores rurais acamparam em um local chamado Encruzilhada Natalino. Sete meses após a ocupação já existiam três mil pessoas morando nos barracos de lona. Entre as formas de organização foi criado como ferramenta de informação e denúncia, em 1981, o Boletim Sem Terra. A primeira edição do Boletim trazia o fracasso das tentativas de colonização do governo em ocasiões anteriores:

O certo é que, apenas, são bem-sucedidos os agricultores que possuem recursos suficientes; os outros que conseguiram alguma coisa em percentual reduzidíssimo, foram por sorte. A maioria é obrigada a abandonar terra transformando-se em peões e assalariados das grandes empresas e fazendas – propósito implícito e desejado pelo governo (Boletim Sem Terra, 1981).

Esta ocupação é considerada o embrião de surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Sua importância se deu pela grande repercussão e apoio de diversas entidades desde estudantes, sindicatos e a própria igreja católica, a qual chegou a somar mais de vinte mil pessoas na V Romaria da Terra realizada no ano de 1982. Contudo, essa não foi à única mobilização dos trabalhadores rurais que começaram realizar ocupações em diferentes estados do Brasil, como: Paraná (1984), Mato Grosso do Sul (1984) e São Paulo (1983).

A partir dessas ocupações cada vez mais se fortalecia a articulação dos expropriados da terra, concomitantemente começaram a organizar encontros e seminários entre as lideranças dos diversos estados. Os primeiros encontros ocorreram em 1982 no estado do Paraná e Goiás. Em outubro de 1983 as lideranças se reuniram em Araçatuba (SP) para avaliação geral do movimento e começaram a planejar o encontro nacional cujo objetivo foi “marcar uma unificação do movimento a nível nacional e servir, para a troca de experiências entre os Sem Terra [...] entendem que só tem um caminho, se unir e ocupar as terras que nos pertencem.” (Boletim Sem Terra, 1983, p. 16).

O Boletim Sem Terra passou a divulgar calendários de atividades e lutas dos trabalhadores rurais no Brasil, se tornou um instrumento político e agregou outras pautas a suas páginas como denúncias relacionadas às construções de hidrelétricas que submergia municípios inteiros aumentando as fileiras da população expropriada, a campanha contra a

ditadura civil militar, pelo fim da Lei de Segurança Nacional que permitia civis serem julgados pelos tribunais militares e a Campanha pelas Diretas Já.

O marco de criação do MST se deu durante Primeiro Encontro Nacional dos Sem Terra, de 20 a 22 de janeiro de 1984, em Cascavel, no Paraná, com a participação de trabalhadores rurais de 12 estados brasileiros e entidades de classe como: ABRA (Associação Brasileira da Reforma Agrária), CUT (Central Única dos Trabalhadores), CIMI (Comissão Indigenista Missionária) e a Pastoral Operária de São Paulo. Neste encontro fundam o movimento camponês nacional e acrescentam “trabalhadores rurais” firmando a identidade de agricultores. Também definiram seus três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças (Morissawa, 2001).

Em 1985, ocorreu o 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nos dias 29, 30 e 31 de janeiro em Curitiba, Paraná. Segundo o Boletim elaborado para a divulgação do Congresso, o seu objetivo seria “mostrar à opinião pública a força e o grau de organização do campo e denunciar a situação de exploração e miséria enfrentada pelos 14 milhões de sem terras espalhados pelo país”⁷. Traços importantes do Movimento já estavam presentes neste momento e permaneceu ao longo de sua trajetória, como ser um movimento de dimensões nacionais, neste primeiro momento reuniu 1500 delegadas e delegados de diversos estados brasileiros. Outra característica seria no âmbito internacionalista e a articulação com outras organizações camponesas internacionais. No 1º Congresso participaram entidades de trabalhadores rurais do México, Nicarágua, Equador, Peru, Paraguai, Bolívia e Panamá. Também contou com o protagonismo das mulheres na luta pela terra, sendo que este gerou um debate específico sobre o tema no segundo dia do Congresso.

Figura 3 – Cartaz do I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

⁷ Informe sobre o Primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem Terra. Disponível em: <https://mst.org.br/biblioteca-da-questao-agraria/>.



Fonte: MST

O documento final do 1º Congresso continha seis pontos centrais: 1) Em Relação à Distribuição e Uso Das Terras; 2) Sobre as Multinacionais; 3) Colonização; 4) Sobre os Órgãos Governamentais; 5) Estatuto da Terra; 6) Em Relação à Violência no Campo. Entre seus subitens traziam o posicionamento contra a apropriação das terras por estrangeiros, o fim dos latifúndios e o controle da terra para quem nela trabalha, sendo esta última a palavra de ordem definida durante o Congresso. Este foi também o espaço em que se definiram os objetivos, princípios e formas de luta da organização, os quais se mantêm até os dias atuais, enquanto um movimento de massas, de caráter sindical, popular e político.

O documento final apontava elementos de uma dimensão mais ampla da luta pela terra estabelecendo não apenas a questão social com o acesso à terra pelas famílias, mas o debate do legado das privatizações e a atuação do capital internacional no campo brasileiro. Para além da denúncia, o documento trazia questões de um novo projeto de sociedade ao apontar a necessidade da preservação ambiental e a garantia que a terra, um bem de todos, esteja a serviço de toda sociedade (MST, 1985).

Porto-Gonçalves situa o surgimento do MST em um contexto histórico brasileiro que é o aumento de trabalhadores sem-terra fruto da modernização conservadora e da revolução verde. Como também de um processo de organização de outros sujeitos do campo, das águas e das florestas. Segundo o autor, o MST sintetiza o próprio limite do capitalismo em sua fase neoliberal.

Para os fins mais específicos que nos levam a entender o significado do MST, cabe assinalar que o novo período que se abre com as políticas de caráter neoliberal e, contraditoriamente, com o ciclo de protestos desde os anos 70 está marcado por aquilo que muitos analistas vêm chamando como a passagem de uma economia (e, acrescentaria também de uma política) internacionalizada para uma economia (e, mais uma vez, também para uma política) mundializada. Vivemos, assim, uma tensão entre uma economia e uma sociedade que se mundializam e que não encontram um sistema político mundializado ancorado em princípios democráticos e republicanos, porque não contêm a fonte de soberania que lhes emprestariam os movimentos sociais *latu sensu* que lhes são instituintes (Porto-Gonçalves, 2005, p. 13).

Após o seu I Congresso, o MST avançava na sua territorialização tanto na organização dos assentamentos quanto em um intenso processo de novas ocupações. No ano de 1989, entre agosto e setembro, foram 33 novas ocupações de terras em 13 estados com aproximadamente 50 mil pessoas (Morissawa, 2001, p. 145). Essas ações têm pressão na política local, visibilidade nacional pelas ocupações em diferentes estados brasileiros como também internacional tendo em vista a estratégia ao denunciar o latifúndio enquanto estrutura que sustenta uma relação de poder e de práticas autoritárias e violentas, que como vimos caracterizaram nossa formação social e nossa inserção dependente na economia mundial.

Como aponta Medeiros, o legado dos anos 1980 modificou a luta pela terra e seus atores:

Não se tratava de luta contra o latifúndio atrasado (embora às vezes fosse assim nomeada), mas o resultado de uma reconfiguração de atores e de formas de luta produzidas num novo contexto social, de intensa modernização, com crescente integração entre agricultura e indústria e intensa valorização de terras que passam a ser objeto de investimentos tanto produtivos, quanto visando atividades turísticas ou expansão urbana (Medeiros, 2021, p. 4).

A opção em criar um movimento sem registros jurídicos também pode ser considerado um marco de diferenciação no âmbito da representação política em relação às outras organizações que também faziam a luta no campo ligado às forças sindicais como a CONTAG. Medeiros (2021) aponta para outra diferenciação entre essas organizações que tinham como objetivo a organização dos trabalhadores rurais, “se para o sindicalismo rural o acesso à terra se configurava como ponto de chegada, para o MST ele era definido como um ponto de partida para uma transformação mais ampla” (p. 10).

O objetivo principal neste momento era fazer-se valer de uma política de reforma agrária que atendesse a massa de despossuídos de suas terras, para tal era necessário à organização dos trabalhadores e trabalhadoras do campo em sua diversidade. Os materiais do Boletim Sem Terra trazem a afirmação que o Movimento não daria terra para ninguém e que para entrar na organização bastavam começar a criação de núcleos de estudos nas comunidades, bairros a fim de debater o direito à terra, marcando assim sua intencionalidade

na formação política ideológica e na organização popular como possibilidade de mobilização para as lutas.

Ao mesmo tempo, outras ações começaram a ser desenvolvidas, o que a primeira vista não eram diretamente relacionadas à questão da terra propriamente dita, como no ano de 1987, período que o movimento organizou o I Encontro Nacional de Educação em Assentamentos, onde foi criado o Setor de Educação com o objetivo de construir uma proposta de educação que contemplasse as especificidades do campo e de seus sujeitos.

De um ponto de vista emancipatório, o MST vem se constituindo como uma das principais expressões dessa nova configuração geográfico-política do mundo, onde o campesinato é reinventado e tende, cada vez mais, a jogar um papel inovador nas novas configurações territoriais que estão sendo gestadas no mundo contemporâneo (Porto-Gonçalves, 2005, p. 14).

Na reinvenção de um tipo particular de campesinato que não tem necessariamente relações com a definição clássica do camponês, segundo Porto-Gonçalves, têm a conquista da terra como um ponto de partida, pois, de acordo com Medeiros, a busca da construção de uma identidade própria é uma das marcas do MST, seja nas simbologias, da mística, no uso também simbólico das ferramentas de trabalho. De uma forma peculiar este movimento reúne uma síntese de diferentes legados e tradição ideológica, pois, por um lado é herdeiro das tradições religiosas católicas devido a forte presença da CPT em sua construção, por outro, carrega um legado teórico-prático tradição socialista e comunista.

Cabe ressaltar que as lutas populares protagonizadas pelos sujeitos do campo sempre estiveram presentes na formação social do Brasil, inclusive sendo as mais expressivas em termos de pessoas envolvidas, no período em que resistiram e no uso intensivo da violência para sua repressão. Podemos lembrar a Guerra de Canudos (1896-1897), Guerra do Contestado (1912-1916), Revolta do Formoso (1950-1960), como também toda a resistência indígena como a do Sepé Tiarajú e dos quilombos. O que se passa é uma exclusão ideológica desses sujeitos em nossa história, pois a construção da narrativa sempre esteve em domínio de uma classe dominante. Portanto, há uma exclusão ideológica desses sujeitos e suas lutas foram tratadas de forma fragmentada (aqui não apagamos a especificidade de cada sujeito em seus territórios e localidades), de forma pejorativa, associando estes sujeitos ao atraso, à preguiça, e principalmente reforçando estereótipos preconceituosos seja na figura do mestiço, do caboclo, do caipira e outros.

Este fato tem profundas raízes que permanecem em nossa história, porém a exclusão desses atores não foi apenas por motivação ideológica, mas também foi econômica e política. Seja nas relações da colônia, neocolonial ou de dependência, a espoliação sistemática

resultante da reprodução ampliada do capital nada mais é do que a exclusão destes sujeitos dos resultados objetivos do seu trabalho, pois ao lhe tomarem os meios de produção necessários para sua produção e reprodução, eles se tornam as ferramentas expropriadas a serem exploradas por outros.

Do ponto de vista político a exclusão ocorreu na negação de uma categoria ou conceito que os localizassem socialmente, ocorrendo assim, a fragmentação que impossibilita visibilizar a unidade. Nesse sentido, utilizaremos o conceito de camponês enquanto categoria política que caracteriza uma parte da classe trabalhadora, a rural, e que tem como perspectiva dar unidade as lutas políticas desses sujeitos. Como nos aponta Martins:

As novas palavras - camponês e latifundiário- são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos Camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da história, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. Nesse plano, a palavra Camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também no seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição a povoação ou a cidade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico (Martins, 1981, p. 22-23).

Com as devidas ressalvas históricas, este processo de construção da categoria camponês enquanto classe é o que Marx (2017) apontou nas mobilizações dos operários na Inglaterra no início do século XIX, a formação da classe para si.

As condições econômicas primeiro transformam a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Assim essa massa já é uma classe em relação ao capital, mas não ou é ainda para si mesma. Na luta, da qual assinalamos apenas algumas fases, essa massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. O interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política (Marx, 2017, p. 146).

Assim, principalmente a partir dos anos 1950, o camponês se forjou enquanto classe e as condições materiais vivenciadas se tornaram compartilhadas cada vez em maior escala por esses sujeitos, que passaram a fazer parte de um movimento político e social de reivindicação pela participação no pacto social. Nosso entendimento é que ao mobilizar a categoria de um movimento social camponês e ao trazer em seu nome a categoria de trabalhadores rurais, o MST projeta ao mesmo tempo a visibilidade dos diversos sujeitos que residem e resistem no campo brasileiro, mas também, o seu cunho político da luta de classes. Marx, ainda aponta que as tentativas de apagamento dos processos de formação dos trabalhadores em classe para si é um fato recorrente:

Houve muitas pesquisas para descrever as diferentes fases históricas que a burguesia percorreu, desde a comuna até a sua constituição como classe. Mas quando se trata de apresentar um quadro exato das greves, colisões e outras formas pelas quais os proletários se organizam diante de nossos olhos como classe, alguns são invadidos

por um temor real e outros demonstram um desprezo transcendental (Marx 2017, p. 146).

Do ponto de vista teórico, principalmente no campo das ciências sociais, este apagamento tem sérias implicações. De acordo com Mendonça (2010), isso ocorre de maneira a desqualificar a própria dimensão estrutural da questão agrária a partir de um esforço de dominação simbólica sobre o conceito de “reforma agrária”:

É a noção de “questão agrária”, uma vez que esta, bem mais “velha” e ampla, incide diretamente sobre uma longa história de lutas sociais, tão antiga quanto a conquista portuguesa de nosso território. Já a “reforma agrária” consiste em designativo bem mais recente, de meados da década de 1950 do século 20, o qual, mesmo partindo da confluência entre os movimentos populares no campo e o discurso estatizado, implica e induz seus receptores a uma expectativa, a um projeto concreto, que materializa, no presente, expectativas de um futuro quase sempre tido como melhor, já que não vivido (Mendonça, 2010, p. 79).

No contexto dos anos 1980, o país vivenciava a sua transição democrática com o primeiro presidente civil eleito, de forma indireta, no ano de 1985. Neste mesmo ano criou-se o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (Mirad), ao qual o INCRA passou a ser subordinado. Iniciou-se também a elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) para atender as demandas mais urgentes que despontavam no meio rural: o aumento da violência no campo e, ao mesmo tempo, as organizações e mobilizações crescentes protagonizadas pelos sujeitos do campo.

Tabela 1 – Conflitos Agrários no Brasil

Conflitos agrários no Brasil				
Conflitos de terra por ano	1985	1986	1987	1988
Em curso	636	634	582	621
Pessoas envolvidas	405.456	594.448	667.177	403.733
Hectares disputados	9.577.902	12.615.94	17.633.87	19.973.89
Número de assassinatos	1254	105	109	93
Conflitos trabalhistas	1985	1986	1987	1988
Em curso	76	95	109	59
Pessoas envolvidas	159.185	203.521	317.406	283.70
Hectares disputados			303.800	164.400
Número de assassinatos	14	17	24	

Fonte: Comissão Pastoral da Terra. Conflitos no Campo Brasileiro, 1988.

O PNRA tinha a meta de assentar sete milhões de famílias em quinze anos. Baseado no Estatuto da Terra apontava para o princípio desapropriatório e lançava possibilidades de

dar início a este processo com base na função social da terra. Tanto o INCRA como o Mirad passaram por fortes ataques feitos pela Sociedade Rural Brasileira (SRB), apoiado no argumento de que deveria ser implantada a reforma agrícola que seguisse as características do desenvolvimento econômico do campo em favor do Complexo Agroindustrial Brasileiro (CAIs), em outras palavras, a consolidação do modelo de desenvolvimento hegemônico da agricultura. O debate em torno do PNRA resultou em uma rearticulação das classes dominantes agroindustriais em que favoreceu a emergência de uma nova entidade patronal, a União Democrática Ruralista (UDR), com a defesa explícita da violência e incentivo à formação de milícias, aumentando os conflitos e a violência no campo⁸.

A UDR capitalizou durante a Constituinte uma frente nacional de empresários-rurais e urbanos na tentativa de influenciar nas votações. A pressão e a articulação destes setores se tornaram tão fortes que em 1987 o INCRA foi extinto, proibiram desapropriações em áreas inferiores a 10 mil hectares e em propriedades consideradas produtivas. O próprio Mirad foi extinto, e então, a responsabilidade pela reforma agrária passou para o Ministério da Agricultura. Em 1989, o Congresso Nacional recriou o INCRA, rejeitando o decreto-lei que o extinguiu, mas a falta de respaldo político e a pobreza orçamentária mantiveram a reforma agrária quase paralisada.

A instauração de um novo pacto social com a Constituição de 1988 baseava-se então nos princípios de um Estado Democrático, que em seu artigo 3º dispõem como objetivos da República Federativa do Brasil:

A construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a garantia do desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza e da marginalização, redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação (Brasil, Constituição de 1988).

No tocante a política agrária presente na Constituição, esta condicionou a propriedade privada da terra ao exercício de sua função social. Em seu artigo 186 estabeleceu que a propriedade rural atendesse simultaneamente as exigências econômicas, ambientais e trabalhistas. Porém, no artigo 185 estabeleceu a proibição da desapropriação em propriedade produtiva. Este artigo foi fruto da articulação da UDR na Assembleia Constituinte, e na prática, um instrumento sutil para invalidar o artigo seguinte.

Outro ponto de contradição se deu ao estabelecer a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária condicionada a indenização aos proprietários de terra, dando margem a uma interpretação da legitimação da propriedade privada enquanto direito absoluto.

⁸ A UDR é apontada como envolvida em vários assassinatos no campo, entre eles o do padre Josimo Tavares em 1986 (MA) e de Chico Mendes em 1988 (AC). (Reforma Agrária Quando?, 2006, p. 154).

Além dos termos que caracterizavam o entendimento do requisito econômico, ambiental e trabalhista ser muito vagos e, portanto dúbios de interpretação. Podemos citar como um dos exemplos o texto sobre o tema ambiental, presente no inciso II do art. 186, “que a exploração econômica preserve o meio ambiente” e “utilização adequada dos recursos naturais disponíveis”. Como medir o que é adequado ou não na utilização dos recursos naturais? Como ser compatível a proposta de preservação do meio ambiente em um contexto de mundialização do capital com um forte avanço sobre a agricultura e conseqüentemente as terras?

Os fundamentos da mundialização do capital são tanto políticos como econômicos e o Estado é central para estas operações, sua refuncionalização nos parâmetros da abertura democrática. Apesar dos muitos avanços no ponto de vista pelo menos formal da garantia de direitos, a abertura democrática não significou uma dissociação entre este e os interesses do mercado, ou de frações da classe dominante, em nosso caso a patronal agrária. São justamente as intervenções constantes das políticas estatais que garantiram a liberdade aos investidores financeiros e sua mobilidade internacional.

Segundo Fernandes (1979), não se trata apenas de uma etapa histórica, mas da consolidação do modelo autocrático-burguês, ou seja, se reproduz as características estruturais e dinâmicas essenciais do capitalismo central (economia mercantil, competitiva, mais valia). Porém, a uniformização dos princípios de modernização não exclui a existência de “diferenças fundamentais” que decorrem do processo pelo qual esse desenvolvimento capitalista se torna “dependente, subdesenvolvido e imperializado”; cria-se uma dinâmica social específica que sobrecarrega as instituições burguesas, portanto, os aspectos puramente econômicos não conseguem explicar a complexidade da dinâmica da realidade sociocultural. Trata-se de uma forma de dominação burguesa e de sua articulação da dominação⁹ com o uso sistemático do Estado e do poder político estatal que é determinada e só pode ser compreendida através dos requisitos políticos do capitalismo dependente.

A maioria das administrações de centro-direita e de direita que governaram o mundo desde o final dos anos 1970, início dos anos 1980 e ao longo dos anos 1990 foram incapazes de direcionar o desenvolvimento capitalista de forma a melhorar as condições de vida e trabalho, cidades ou meio ambiente. Esses governos estão muito comprometidos com a tarefa de expandir o "livre mercado" e a divisão internacional do trabalho, desregulamentando e privatizando a indústria, impondo "ajustes" econômicos no Sul e "terapias de choque" nos antigos países socialistas, marginalizando assim metade da população de alguns países do Terceiro Mundo e fingindo que o "mercado" e o neoliberalismo, em geral, resolvem a crescente crise econômica. Em geral, as coisas vão piorar antes de melhorar, especialmente no sul (O'Connor, 2000, p. 33, tradução nossa).

⁹ Dominação é diferente de articulação. A primeira é estrutural, a segunda conjuntural, uma não exclui a outra.

A dependência do Brasil, como em outros países do sul, instaurou na localidade destes territórios via Estado e suas elites econômicas, a busca de concentração de investimentos econômicos, tendo como estratégias: controle da mão de obra, fornecimento de infraestrutura, facilidades fiscais, avanço das fronteiras agrícolas e dos bens da natureza passíveis de serem explorados e necessários para o desenvolvimento do processo de acumulação.

David Harvey (1992) vai caracterizar esta dinâmica mundial como “mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual entre setores como entre regiões geográficas”, sendo processos reais e passando a se tornar cada vez mais essenciais como forças organizadoras na geopolítica do capitalismo. O território e o espaço são fundamentais para a compreensão da lógica global do desenvolvimento capitalista. Estas modificações no processo de acumulação do capital geram diferentes reflexos, uma vez que agravaram a situação de vulnerabilidade externa estrutural de países que não têm sido capazes de se protegerem dos problemas causados pelo processo da mundialização e entram neste processo de forma subalterna. As questões sociais, econômicas e espaciais têm sido impulsionadas e modificadas pelo processo totalizante de reprodução do capital, em que pesem as especificidades locais, nos diferentes momentos históricos.

Em um país com as dimensões territoriais como o Brasil, esses impactos ocorrem de forma diversa, plural e principalmente acentuando as desigualdades. Ao contrário do senso comum, o capitalismo não busca a livre concorrência e sim o monopólio ou oligopólio em que pode tirar maiores vantagens da acumulação de capital em longo prazo, sem a desvalorização dos investimentos realizados em capitais fixos (Harvey, 2013). Esse cenário coloca o campo brasileiro sob um intenso debate. Por um lado, do ponto de vista do capital, a Reforma Agrária está superada e não se fez necessária para o desenvolvimento das forças produtivas, o que coloca outros desafios para os movimentos sociais da ruptura estrutural para que se possa garantir sua realização.

Tentamos demonstrar a (des)construção histórica da questão agrária e o apagamento dos sujeitos do campo, tanto do ponto de vista teórico como das articulações políticas, o qual gera implicações graves nas análises atuais. Quando a academia, movimentos sociais e a sociedade civil pensam a questão ambiental, por exemplo, estes seguem a mesma construção histórica de negação. Geralmente este debate surge de uma classe dominante ou de lugares com acesso privilegiado ao conhecimento científico e técnico, com um perfil urbano e que sempre participaram do pacto político. Nossa concepção, como ponto de partida para este estudo que tentamos esclarecer neste capítulo, é a de que não há como debater a questão

ambiental nem nos períodos remotos nem na atualidade sem levar em consideração os processos de espoliação que têm suas raízes no campo como lócus primeiro de todas as consequências sentidas e materializadas cada vez mais de maneira generalizada.

Como também a questão agrário-ambiental não é um produto do acaso e sim fruto de determinações econômicas, políticas e sociais construídas historicamente, estas, por sua vez, no contexto abordado, geraram contradições no campo brasileiro às quais culminaram no surgimento do MST. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra coloca a luta pela terra como um ponto de partida de outro projeto de sociedade e a partir de uma identidade própria que, como veremos nos próximos capítulos, também desenvolverá concepções próprias sobre o tema agrário-ambiental.

3 A QUESTÃO AGRÁRIO-AMBIENTAL NO MST

Nos anos 1990 vão se delineando com mais clareza os processos que foram iniciados nos anos anteriores, sendo o primeiro deles, por meio de fusões e aquisições de capitais a integração de capitais em torno da constituição dos complexos agroindustriais, sobretudo de âmbito internacional. Este processo, do ponto de vista da luta de classes, tem um ponto importante: não é mais apenas o latifundiário a figura do senhor dono de terras atrasado que ao longo dos anos foi construído no imaginário social, o enfrentamento também se desloca para o capital internacional na figura das grandes empresas que consolidam sua atuação no campo brasileiro.

Benetti (2004; 2006) analisa a participação da agricultura no PIB nesta década em comparação com outros setores da economia, na qual o aumento das exportações mundiais agrícolas brasileiras teve um aumento de 2,67% para 3,34%, totalizando um acréscimo de 25%; em comparação com a exportação de mercadorias no mesmo período que foi de 0,93% para 0,96%, um crescimento de 3%. Como podemos observar na tabela a seguir.

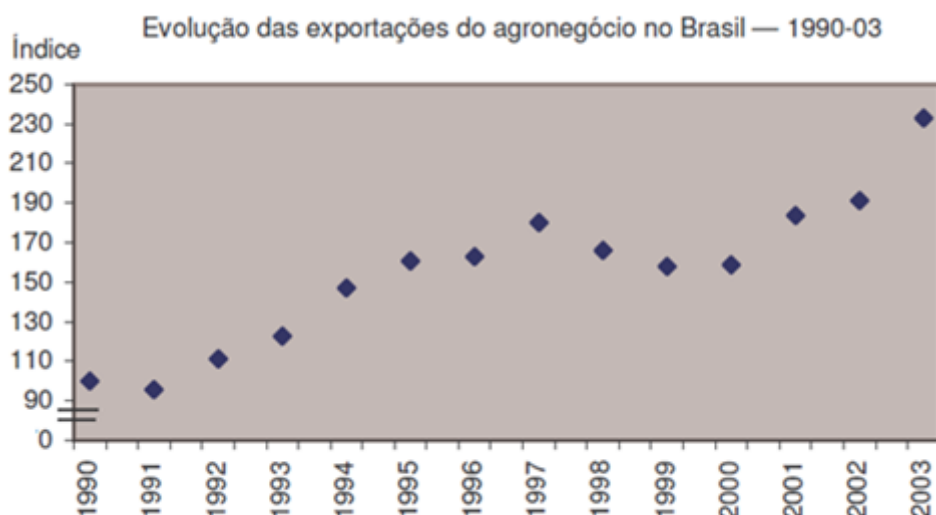
Tabela 2 – Taxas médias anuais de crescimento do PIB

Taxas médias anuais de crescimento do PIB no Brasil 95-03 (%)									
Discriminação	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Agropecuária	4,1	3,1	-0,8	1,9	7,4	3,0	5,7	5,5	5,0
Indústria	1,9	3,3	4,7	-1,5	-1,6	4,9	-0,3	2,6	-1,0
Serviços	1,3	2,3	2,6	1,1	1,9	3,7	1,9	1,6	-0,1
PIB	4,2	2,7	3,3	0,1	0,8	4,4	1,3	1,9	-0,2

FONTE: IBGE/Departamento de contas nacionais

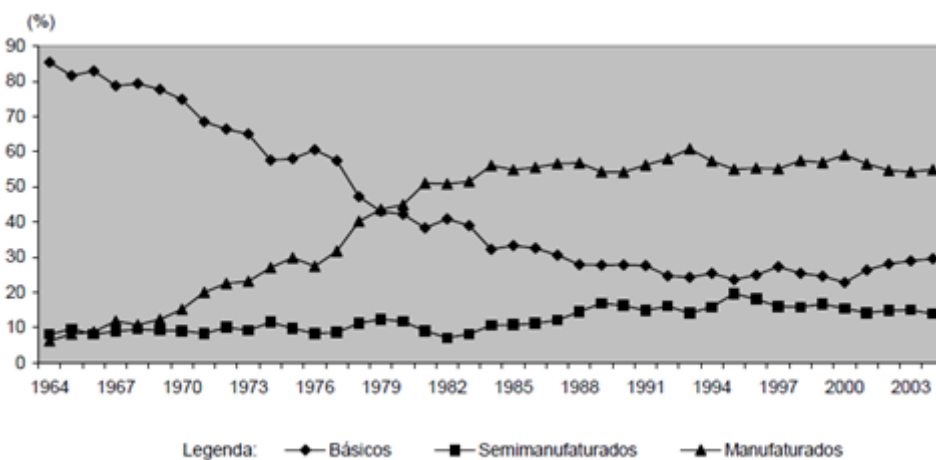
A seguir apresentamos dois gráficos. Em um primeiro observamos o aumento das exportações do agronegócio no período, o qual passou por um aumento significativo. E no segundo podemos observar suas exportações por três segmentos: básicos, semifaturados e manufaturados. Aqui se entende os dois primeiros segmentos constituídos por matéria-prima bruta ou semielaborada, já no terceiro estão incluídos os produtos das cadeias agrícolas, combustíveis e minerais, as commodities.

Gráfico 1 – Evolução Exportações do Agronegócio no Brasil: 1990-2003



Fonte: Benetti, 2004, p. 215.

Gráfico 2 – Composição do valor das exportações no Brasil, segundo valor adicionado:
1964-2004



Fonte: Benetti, 2006, p. 84.

Podemos observar que a moderna agricultura brasileira mantém um padrão de inserção no mercado internacional a partir das exportações de bens naturais com baixo valor agregado e com forte participação de capitais internacionais. Porém, este movimento não se dá apenas para fora, também é um movimento para dentro ao passo que se consolidou um pacote tecnológico na agricultura o qual envolveu a importação de todo um conjunto de mercadorias como fertilizantes, maquinário, sementes, etc.

Se o Brasil não se transformou em um provedor internacional de produtos industrializados e se tampouco voltou a uma situação de exportador de produtos primários, como caracterizar as suas relações comerciais externas antes do *boom*

exportador e as que resultam desse processo? Tendo em vista os elementos que foram apresentados neste trabalho, a proposta é a de que se interprete esse período como aquele em que se reforçou, ou se consolidou, a tendência que já se vinha manifestando muito antes, de interrupção do processo de transformações estruturais da pauta de exportações em favor de produtos manufaturados (Benetti, 2006, p. 85).

Outro produto deste processo é o surgimento de oligopólios. Segundo Harvey (2014), a teoria capitalista neoliberal que centra sua argumentação na livre concorrência e em ideias de competição cai por terra ao passo que a busca pelos poderes monopolistas são os que oferecem segurança e calculabilidade. O modus operandi dessas empresas se realiza na concentração da produção e da distribuição formando grandes conglomerados em diversos setores da economia. As decisões adotadas para cada localidade em que estas empresas estão presentes fazem parte das estratégias de mercado globais. Desse modo, no caso brasileiro reforça sua inserção na divisão internacional do trabalho a partir da exportação fortemente centrada nos bens naturais. Um estudo realizado pela CEPAL (2002) apontou um aumento do número de empresas estrangeiras no Brasil. Passou de 312 nos anos de 1990-1992 para 395 de 1998-2000, tendo sua venda aumentada de 29% para 41,6%. No tocante a agroindústria, a participação das empresas estrangeiras subiu de 31,3% para 44,2%, seguindo caminho inverso à queda das empresas privadas nacionais às quais caíram de 66,6% para 55,8%.

No Brasil um desses exemplos no mercado de alimento foi à formação do grupo Camil, que inicia sua atuação em 1963, no estado do Rio Grande do Sul, a partir da comercialização do arroz e que, com o passar dos anos, o grupo avança sua atuação para outros estados diversificando suas atividades. Nos anos 1980 passa a empacotar, comercializar e estocar. E nos anos 1990, passa a comercializar outros produtos como o feijão e abre suas ações para mercados internacionais. Vinte anos depois, o Grupo Camil já detinha 27 plantas: 12 no Brasil, 9 no Uruguai, 3 no Chile, 2 no Peru e 1 na Argentina¹⁰. A atuação dessa empresa como tantas outras demonstra o que acontece no campo brasileiro e aqui, em nosso exemplo na América Latina, estas não possuem nenhum pedaço de terra, os alimentos que comercializam não são produzidos por ela, são oriundos de pequenos e médios produtores, porém ao se tornar um oligopólio ela concentra o preço pago ao produtor, submetendo seu trabalho através do seu produto, e como passa a deter a estocagem também controla o preço de mercado.

Com a valorização do dólar, durante a pandemia da Covid-19, a Camil optou por controlar os estoques e privilegiou as exportações ao invés do abastecimento do mercado

¹⁰ <https://www.camil.com.br/historia/>;
<https://ri.camil.com.br/camil/historico/#:~:text=A%20Companhia%20iniciou%20suas%20atividades,o%20estad o%20de%20S%C3%A3o%20Paulo>. Acesso em 15/04/2023.

interno. O resultado foi um aumento de 61,1% do preço do arroz. Este Grupo ainda é responsável pela morte de no mínimo 125 trabalhadores causados pelo soterramento e sufocamento nos silos de armazenamento¹¹.

Em relação à legitimação dos temas ambientais, outros elementos importantes vão se configurando nos anos 1990 na sociedade brasileira. Porém, ainda sem uma relação com a temática agrária e o modelo de desenvolvimento para o campo fortemente marcado pela espoliação de bens naturais. Um dos fatores que contribuíram para a produção de novos sentidos ambientais foi o processo de redemocratização e a organização da temática pelos partidos políticos que incorporaram o tema do meio ambiente em suas plataformas eleitorais, como o PSDB, PT, PDT e com o surgimento do Partido Verde (PV).

Zhourí (1996) chama a atenção para este momento como fundamental na afirmação da temática ambiental, até então estes temas eram subalternos nos debates nacionais, ou localizados como debates do primeiro mundo, de pequenos grupos hippies. Segundo a autora, os grandes temas centrais que o país estava envolvido eram em torno à democracia, o autoritarismo, as desigualdades sociais e a pobreza. Assim, era necessário politizar a noção da ecologia e aproximar das questões gerais da sociedade brasileira, “um dos principais mecanismos implícitos de politização é observado pelo processo de apagamento do sentido ecológico substituído pelo sentido ambiental” (p. 134).

A separação entre o debate agrário e ambiental, segundo Borsatto (2011), também se deu pelo fato das diferentes características dos movimentos que se organizavam em torno dessas temáticas:

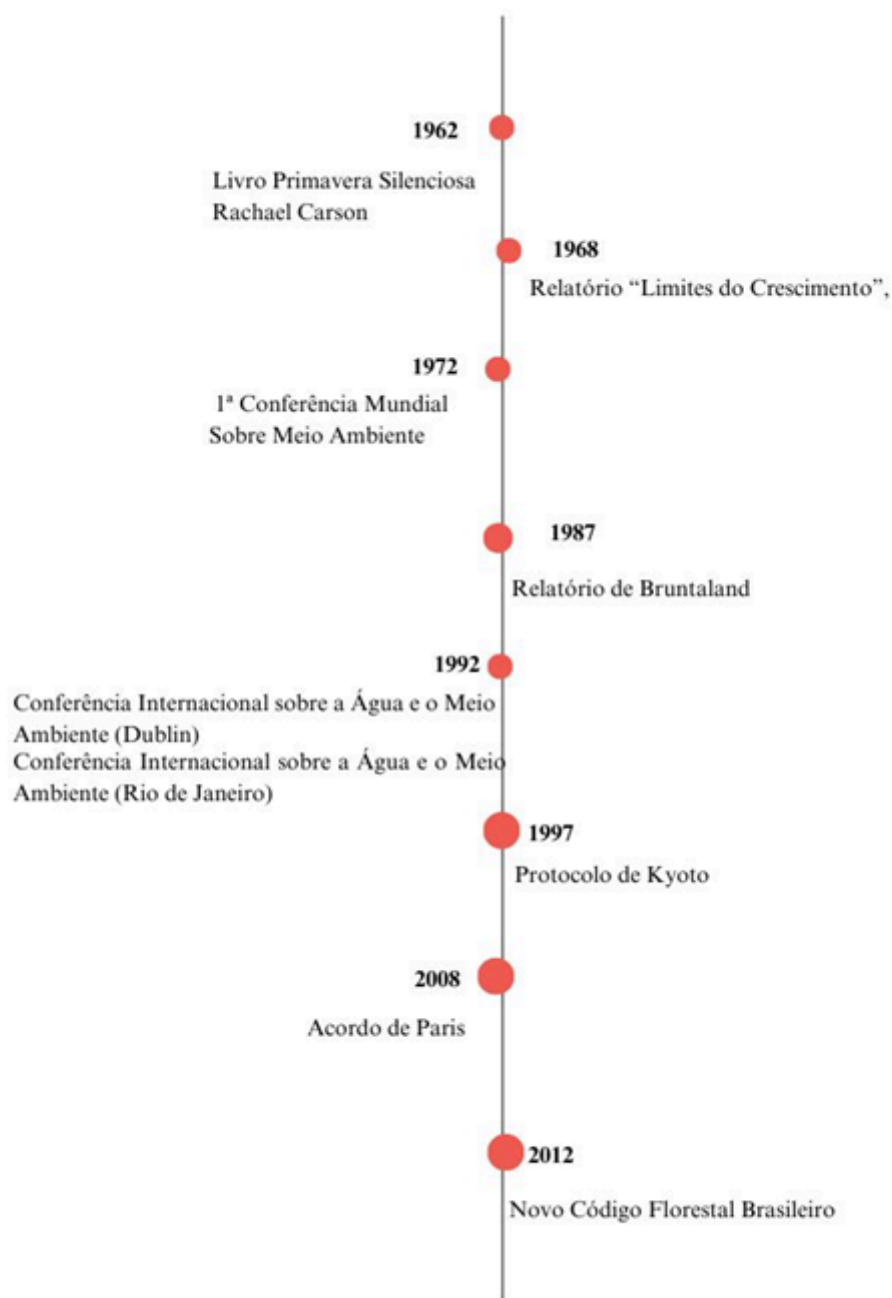
Historicamente os movimentos sociais sempre apresentaram resistências em relação aos movimentos ambientais, e vice-versa. Isso ocorre, pois os movimentos sociais, geralmente, se caracterizam por serem movimentos de massa que desejam mudanças radicais na estrutura de poder e na ordem econômica, enquanto os movimentos ambientais se caracterizam por serem mais difusos, não tendo as mudanças nas estruturas de poder como sua pauta principal (Borsatto, 2011, p. 173).

Apresentamos a seguir alguns marcos sobre a questão ambiental utilizados na tese.

Figura 4 – Principais marcos sobre a questão ambiental

¹¹

<https://mst.org.br/2021/03/08/mulheres-do-mst-denunciam-a-fome-gerada-pela-camil-e-exigem-fora-bolsonaro/>



Fonte: Elaborado pela Autora

Soma-se neste momento o conceito de desenvolvimento sustentável concebido no Relatório de Bruntaland (1987) pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que aponta para a conciliação das questões ambientais e sociais: “para que haja um desenvolvimento sustentável é preciso que todos tenham atendidos as suas necessidades básicas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de concretizar suas aspirações a uma vida melhor” (p. 47). Como necessidades básicas o documento entende o direito à alimentação, ao trabalho, à educação. A questão difere da proposta apresentada pelo

relatório encomendado ao Clube de Roma, se desloca de uma questão quantitativa, de controle e até punitiva para os países considerados em desenvolvimento ou de terceiro mundo, para uma questão qualitativa que se interliga com questões estruturantes como a pobreza, ressaltamos aqui que a própria noção de sustentabilidade será objeto de disputa como veremos adiante.

Os olhos do mundo também se voltavam para o Brasil, principalmente para a Amazônia, que no final dos anos 1980 havia sido cunhada como pulmão do mundo e, essa visibilidade ocorreu pela internacionalização de notícias envolvendo queimadas da floresta, e pelo assassinato do seringueiro Chico Mendes (1944-1988) que havia se tornado uma figura pública mundial ao denunciar a destruição da floresta amazônica. Após seu assassinato, o seringueiro se tornou um mártir do ambientalismo.

Desta maneira, na década de 1990 a temática ambiental passou a ser um tema também incorporado pelas ciências sociais, em especial pelos estudos rurais. Segundo Martins e Cunha (2020) outros marcos são relevantes e contribuíram para essa inserção, entre eles: a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em junho de 1992. A Conferência Rio-92, em especial, foi fundamental na efetivação do movimento ambientalista nacional, e a inserção da temática na agenda política e científica. Segundo os autores, outro elemento de impacto para a incorporação na agenda da sociologia foi o surgimento de novas institucionalidades socioambientais que se desdobrou em espaços de participação da sociedade civil como conselhos e comitês e, por conseguinte, espaços de disputas que colocam novos desafios de investigação.

Conselhos de meio ambiente e comitês e consórcios de bacias hidrográficas, por exemplo, tornaram-se objetos de estudos voltados às disputas de classes e grupos sociais pela primazia no uso de recursos ambientais específicos, com forte preferência pelos conflitos em torno da terra e da água (Martins e Cunha, 2020, p. 9).

Estas disputas se davam nos espaços de gestão participativa, envolviam também o embate de sentidos, “pelo qual as próprias definições legítimas de noções como meio ambiente e sustentabilidade, por exemplo, é objeto de disputa” (Ascelard, 2004, p. 24). Assim, a Rio-92 também foi fundamental para conciliar os pontos do Relatório de Brundtland, com a coroação da ideia de desenvolvimento sustentável aliado à preservação ambiental que por sua vez vinha acompanhada de todo um pacote de novas tecnologias ditas racionais. Alonso (2007) aponta este momento como de reconversão da questão ambiental brasileira para os grupos sociais do campo e das florestas, com a materialização dos temas

“proteção das florestas” e “diversidade biológica”, que até os anos 1970 tinha como eixo o meio urbano.

De outra parte, o frame conservacionista foi redefinido com a substituição da noção de ecossistema pela de biodiversidade. Por meio dela, a proteção do habitat foi dilatada para incluir grupos sociais em interação com áreas florestais, desde que com estilos de vida de “baixo impacto ambiental”. Os patrimônios genético e cultural de comunidade indígenas e de populações tradicionais, como grupos extrativistas, tornaram-se objetos de preservação ambiental. As florestas, tema típico do conservacionismo clássico, foram revalorizadas como lócus da biodiversidade (Alonso, 2007, p. 165).

Segundo o autor os desdobramentos dessas questões no Brasil se articulam no campo político e jurídico sobre as populações consideradas tradicionais, assim como a incorporação dos seus territórios, de alguma medida velada, nas agendas internacionais. Mais uma vez aqui a questão ambiental também tem que ser compreendida nos termos da disputa de sentidos (Ascelard, 2004). O poder mobilizado em torno das palavras sustentabilidade, proteção ou preservação tem grande aceitação social como um princípio indiscutível frente à ameaça da finitude do nosso planeta. Entretanto o que muitas vezes se passa é um enquadramento dessas populações tradicionais (indígenas, quilombolas, camponesas, ribeirinhas, entre tantas outras). Contudo, para estas populações o território não significa apenas um local de moradia, diz respeito também à sobrevivência econômica e a reprodução social. Estas se tornam:

Vítimas da despossessão de recursos ambientais – fertilidade dos solos, recursos hídricos e genéticos, assim como territórios essenciais à reprodução identitária de comunidades e grupos socioculturais – por grandes projetos infraestruturais e empreendimentos produtivos que desestabilizam as práticas espaciais de populações tradicionais (Ascelard, 2010, p. 114).

Estes desdobramentos recorrentes das mudanças ocorridas durante os anos 1990 é o que Ascelard (2004) chama da concepção de “natureza natural”, que vai sendo inserida no mercado mundializado e cumpre uma função de estocagem de recursos genéticos sob o pretexto da conservação, inclusive por meio da apropriação do conhecimento socialmente construído dessas populações.

Uma vertente mais radical importada do movimento preservacionista estadunidense tem entrada aqui principalmente influenciando em instituições como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) que são responsáveis, por exemplo, pela criação e demarcação de parques nacionais. Esta vertente se baseia no que Diégues (1996) classifica como mito da natureza intocada, partindo de um pressuposto naturalista de existências de áreas intocadas pela ação humana. Esta qualifica qualquer tipo de interferência na natureza como negativa. Segundo o autor, no ano de 1992, 3,7% do território Brasileiro era constituído de parques, reservas biológicas, áreas de proteção entre outras. Aqui se desencadeou um processo de

fetichização da natureza o qual se criou todo um complexo mercado do consumo destes espaços e das paisagens que tem desdobramentos até os dias atuais.

Cabe ressaltar que no ano de 1992 também havia ocorrido a Conferência Internacional sobre a Água e o Meio Ambiente em Dublin (Irlanda). Esta Conferência realizada pela ONU foi determinante para a inserção da perspectiva de instrumentalização da gestão ambiental a partir de valores econômicos. Em sua declaração final apresentou a questão da água como recurso finito, trazendo assim a necessidade de uma gestão participativa entre usuários, agentes políticos e gestores de políticas, e, principalmente, que a água também deveria ser reconhecida enquanto um valor econômico. As externalidades ambientais passam a ser incorporadas no debate do desenvolvimento global, por um lado sob a perspectiva da gestão dos Estados e por outro na sua valoração econômica. (Espinoza, 2016; Campregher, 2020).

No mesmo caminho da gestão e formulações de políticas ambientais entre Estados, durante a Conferência Rio-92 foram assinados acordos referentes à Conservação do Clima, a Agenda 21, a Declaração do Rio para o Meio Ambiente e Desenvolvimento e a Declaração de Princípios para as Florestas. O governo brasileiro instituiu o Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA) em 1991 e o Ministério do Meio Ambiente em 1992, ambos tiveram suas atuações com empréstimos do Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) (IPEA, 2016).

Segundo Leis (1993), estas articulações em âmbito internacional dependeriam de dois conceitos que na aparência seriam de aceitação global: cooperação internacional e desenvolvimento sustentável. Porém, as contradições se iniciaram com a indicação do Banco Mundial enquanto responsável de gerir os fundos econômicos, o que por si já colocaria questões em relação à prioridade dos objetivos ecológicos. Outras questões como a falta de metas e prazos para as decisões bem como dos recursos necessários para o financiamento da Agenda 21 e a negativa do então governo dos Estados Unidos a assinarem a Convenção da Biodiversidade, segundo Leis, acabou por polarizar as discussões entre Norte-Sul e reduzir as elaborações realizadas apenas como uma declaração de princípios.

Um mercado livre obriga aos atores econômicos, para sobreviver, a se desinteressar pelos eventuais danos à terceiros não diretamente envolvidos nas transações (incluindo aqui a degradação dos ecossistemas e recursos naturais de propriedade comum a toda a humanidade). A racionalidade instrumental que domina o mercado incapacita os atores de se fazerem responsáveis pelas consequências futuras de suas ações presentes, inviabilizando assim um dos pressupostos básicos do conceito de desenvolvimento sustentável: atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender também as suas. A crise ambiental é global e comum a todos, o que quer dizer que atravessa e invade as fronteiras dos Estados e das classes sociais (embora, obviamente, seus efeitos possam ser atenuados diferencialmente de acordo com a maior ou menor disposição de recursos

naturais e econômicos de cada setor ou país). Esta característica da problemática ecológica coloca em evidência o drama de nossa condição civilizatória (Leis, 1993).

O autor ressalta este duplo movimento contraditório. De um lado o caráter expansionista do capital e de outro a proteção da vida em sua forma ampla que perpassa pelos territórios bem como dos valores éticos e culturais. Nesse sentido, se faz importante compreender o conceito de justiça ambiental, ainda que seu surgimento esteja fincado em um contexto urbano nos Estados Unidos nos anos 1970, fruto da conjunção das lutas raciais e ambientais das populações afetadas pela contaminação de resíduos tóxicos, este nos permite entender a desproporcionalidade territorial e social dos impactos ambientais, as quais “identifica a desigual exposição ao risco como resultado de uma lógica que faz que a acumulação de riqueza se realize tendo por base a penalização ambiental dos mais despossuídos” (Acselrad, 2010, p. 110).

Ou seja, nos locais em que as atividades de exploração ambiental se territorializa, em muitos casos, são áreas de alto grau de vulnerabilidade e os custos da atividade acabam tendo como seu fundamento constitutivo a distribuição desigual do poder na apropriação dos bens naturais, penalizando muitas vezes as populações locais. Assim, permite apontar o fato de que, com a sua racionalidade específica, o capitalismo liberalizado faz com que os danos decorrentes de práticas intensivas e geradoras de poluentes recaiam predominantemente sobre grupos sociais vulneráveis, configurando uma distribuição desigual dos benefícios e malefícios do desenvolvimento econômico. Basicamente, os benefícios destinam-se a grandes interesses econômicos e os danos a grupos sociais despossuídos (Acselrad, 2012).

O resultado se expressa também tanto no âmbito jurídico de rever, por exemplo, a demarcação dos territórios indígenas, as terras devolutas, quanto no extermínio sistemático de comunidades e populações tradicionais como ribeirinhos, quilombolas, entre outras. Para estas populações o território não significa apenas um local de moradia, diz respeito também à sobrevivência econômica e reprodução social. Deste modo, representa uma ruptura e uma violação a um processo de lutas e construção de valores vinculados à permanência no território. A noção de injustiça ambiental rompe com a ilusão na qual os danos ambientais são causados por todos os seres humanos e são também compartilhados da mesma forma por todos. As populações atingidas sejam no tema da poluição, da perda do território e de todos os impactos que derivam do modelo de desenvolvimento econômico, certamente não sofrem os mesmos danos compartilhados pelos investidores transnacionais destes empreendimentos, tampouco os lucros acumulados são partilhados da mesma forma.

3.1 O MST E OS NOVOS DESAFIOS NA LUTA PELA TERRA

Diante desta conjuntura o MST adentra os anos 1990 incorporando conjuntamente os processos de lutas em torno da redemocratização e da promulgação da Constituição de 1988. Assim como uma maturidade no seu próprio processo de lutas, com sua maior mobilização de massas até então, contabilizando no ano de 1989: 62 ocupações, em 18 estados, com 17.589 famílias. Contudo, as condições objetivas que se impunham nos assentamentos de Reforma Agrária conquistados eram críticas, em sua maioria as terras já degradadas pelos cultivos anteriores centrados no uso de insumos químicos, com limites de acesso à água, a energia e a políticas públicas. Soma-se a isso um intenso processo de violência no campo. Como saída para esta situação, a cooperação se torna estratégica para resistir e permanecer na terra incentivando a produção nos assentamentos. Como resultado político e organizativo, no ano de 1995 o MST contava com 300 associações nos assentamentos, incluindo 10 cooperativas¹².

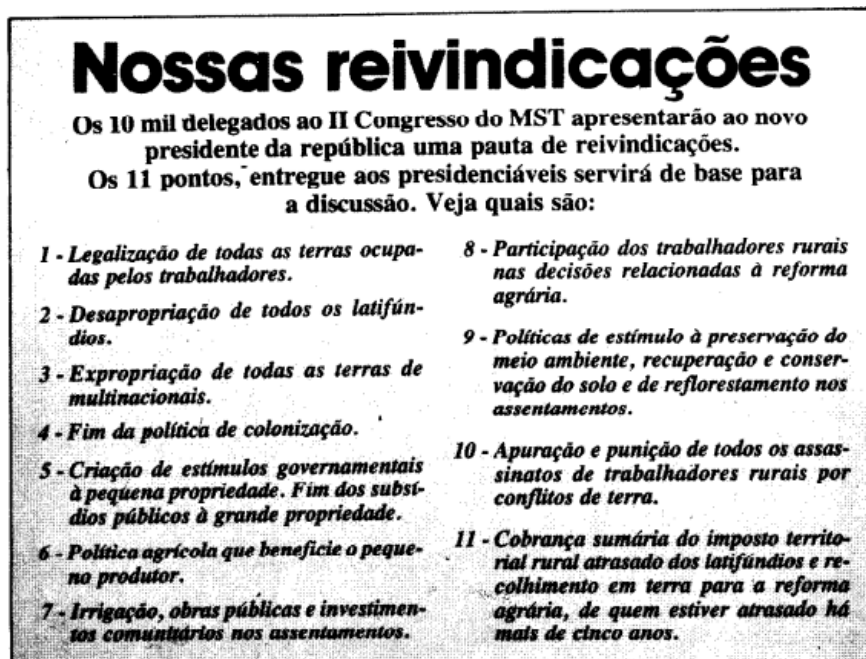
Mesmo ainda sendo um movimento recente, este já se colocava no debate nacional como um ator político. Para a preparação do II Congresso o Jornal Sem Terra entrevistou mais de cinquenta figuras públicas das mais diferentes áreas com o mote de apoio a sua realização, sendo trinta delas publicadas. Os depoimentos são de representantes dos sindicatos, intelectuais, artistas e lideranças religiosas. Entre eles estão Paulo Freire, Plínio de Arruda Sampaio, Frei Beto, Gianfrancesco Guarnieri, etc. Em seus curtos fragmentos publicados no Jornal Sem Terra, os depoimentos em sua maioria colocam a relevância da organização dos trabalhadores e da reforma agrária como ponto central para uma transformação social no país.

Internamente no Movimento, principalmente através dos seus Encontros Nacionais, iniciou-se uma análise dos novos desafios colocados na luta pela terra. Não eram mais os fazendeiros e os grileiros que estavam no enfrentamento direto pela terra, e sim, o industrial, os banqueiros. A terra cada vez mais se concentrava em torno do grande capital internacional e nacional. A síntese dessas análises se deu no II Congresso Nacional, realizado entre os dias 8 a 10 de maio de 1990, em Brasília. Com a presença de 5 mil delegados de 19 estados nos quais o movimento estava organizado, definiram como lema “Ocupar, produzir e resistir!”, as três palavras eram a consolidação da conjuntura enfrentada no período ao mesmo tempo em que apontavam caminhos para a ação.

¹² Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/88-93/>. Acesso em: 9/11/2021.

Fruto dos debates ocorridos durante o II Congresso foi sistematizado um documento de reivindicações e denúncias que tinham entre seus objetivos dialogar com a forte repressão às lutas sociais no campo e o não avanço da Reforma Agrária.

Figura 5 – MST rumo ao 2º Congresso Nacional – Nossas reivindicações (1990)



Nossas reivindicações

Os 10 mil delegados ao II Congresso do MST apresentarão ao novo presidente da república uma pauta de reivindicações. Os 11 pontos, entregue aos presidentiáveis servirá de base para a discussão. Veja quais são:

<i>1 - Legalização de todas as terras ocupadas pelos trabalhadores.</i>	<i>8 - Participação dos trabalhadores rurais nas decisões relacionadas à reforma agrária.</i>
<i>2 - Desapropriação de todos os latifúndios.</i>	<i>9 - Políticas de estímulo à preservação do meio ambiente, recuperação e conservação do solo e de reflorestamento nos assentamentos.</i>
<i>3 - Expropriação de todas as terras de multinacionais.</i>	<i>10 - Apuração e punição de todos os assassinatos de trabalhadores rurais por conflitos de terra.</i>
<i>4 - Fim da política de colonização.</i>	<i>11 - Cobrança sumária do imposto territorial rural atrasado dos latifúndios e recolhimento em terra para a reforma agrária, de quem estiver atrasado há mais de cinco anos.</i>
<i>5 - Criação de estímulos governamentais à pequena propriedade. Fim dos subsídios públicos à grande propriedade.</i>	
<i>6 - Política agrícola que beneficie o pequeno produtor.</i>	
<i>7 - Irrigação, obras públicas e investimentos comunitários nos assentamentos.</i>	

Fonte: <https://mst.org.br/biblioteca-da-questao-agraria/>

As reivindicações podem ser agrupadas em três grandes blocos: a) terra, b) políticas públicas, c) violência no campo. O primeiro bloco se relaciona diretamente a conquista de novos territórios, seja para legalizar as áreas que estavam ocupadas pelos trabalhadores ou para uma redistribuição das terras dos grandes latifúndios. Ainda apontava para a forma de como esses complexos agroindustriais se articulavam entre os diferentes capitais, e como o capital internacional também se tornou um proprietário das terras. Um segundo bloco reunia as demandas por políticas públicas para incentivar a produção dos assentamentos, as quais se faziam necessárias infraestruturas que como vimos teriam que suprir as condições precárias em que estes territórios se encontravam. Este ponto vale uma maior atenção, pois ao longo da existência do Movimento será mobilizado em diferentes períodos para desqualificar a reforma agrária, deslocando a questão do problema para os trabalhadores que não logravam se desenvolver no campo em vez de denunciar que não existiam muitas vezes as mínimas condições que pudessem estruturar a vida destes trabalhadores. Por fim, a denúncia da violência no campo em suas diferentes formas seja no ceifar da vida dos trabalhadores rurais

como também de negar a participação desses nos espaços de decisões, nesse sentido, se relaciona a violência institucional.

Importante ressaltar que a pauta agrário-ambiental já começava a ser construída, mesmo que pontualmente, como podemos observar no documento “Políticas de estímulo à preservação do meio ambiente, recuperação e conservação do solo e reflorestamento dos assentamentos” (Documento Nossas Reivindicações, 1990).

Segundo Borsatto (2011), a perspectiva ambiental é um processo em construção dentro do Movimento que passa a ter mais relevância internamente a partir da sua aproximação com a Via Campesina em 1993. De acordo com o autor, “esse fato não surpreende, já que o MST não nasceu como um movimento ambiental, e sim como um movimento social de massas que luta por uma distribuição mais justa da terra” (p. 169). Este é um elemento importante a ser destacado, pois os objetivos que mobilizam o surgimento dos movimentos sociais são os que pautam suas lutas e suas práticas político-ideológicas.

Neste sentido, tomamos as notas de Gramsci sobre as classes subalternas para a compreensão da construção do MST em um movimento histórico em que devemos levar em conta:

1) a formação objetiva dos grupos sociais subalternos, através do desenvolvimento e das transformações que se verificam no mundo da produção econômica, assim como sua difusão quantitativa e sua origem a partir de grupos sociais preexistentes, cuja mentalidade, ideologia e fins conservam por um certo tempo; 2) sua adesão ativa ou passiva às formações políticas dominantes, as tentativas de influir sobre os programas destas formações para impor reivindicações próprias e as consequências que tais tentativas têm na determinação de processos de decomposição e de renascimento ou de nova formação; 3) o nascimento de novos partidos dos grupos dominantes, para manter o consenso e o controle dos grupos sociais subalternos; 4) as formações próprias dos grupos subalternos para reivindicações de caráter restrito e parcial; 5) as novas formações que afirmam a autonomia dos grupos subalternos, mas nos velhos quadros; 6) as formações que afirmam a autonomia integral, etc.(Gramsci, 2002, p. 139-140).

No sentido de construção do seu projeto de Reforma Agrária para impor reivindicações próprias, neste período se fortaleceu as iniciativas de Cooperções Agrícolas no interior do Movimento, no intuito de organizar os assentamentos já conquistados e a sua produção. Tema abordado no Caderno de Cooperação Agrícola nº 1 de 1993 intitulado “Uma concepção de desenvolvimento rural”. Neste a concepção de desenvolvimento aparece enquanto um processo que deve resultar “em melhoria de qualidade de vida, obtida através da participação organizada, consciente e capaz dos trabalhadores rurais explorados, na solução de seus problemas e na transformação da sociedade” (p. 18).

No ano de 1993 foi promulgada a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, conhecida como Lei da Reforma Agrária. Esta regulamentava as desapropriações de terra para fins de

Reforma Agrária e recolocava a questão da função social da propriedade da terra como principal critério para a desapropriação. Após a incorporação de novas emendas à Lei, a questão da produtividade econômica dá lugar à função social, ou seja, das relações sociais, ambientais e trabalhistas presentes na propriedade. Outro ponto de destaque foi o pagamento das terras desapropriadas pelo preço de mercado, enriquecendo ainda mais os grandes proprietários de terras.

Ao regulamentar os artigos constitucionais relativos a reforma agrária, a Lei nº 8.629/1993 expõe dois pontos que entravam os ritmos de sua implementação. O primeiro é o conceito de propriedade produtiva, considerada apenas do ângulo econômico, sem levar em consideração outros requisitos da função social. O segundo, a apuração do que é o “preço justo”, o que não raro leva a processos judiciais intermináveis ou as indenizações astronômicas (Melo, 2006, p. 248).

No ano de 1995, com o lema “Reforma Agrária uma Luta de todos!”, o MST organiza o seu III Congresso Nacional, de 24 a 27 de julho, em Brasília. O número de delegados e delegadas foram 5.226 oriundos de 22 estados brasileiros. Eram cinco os principais objetivos: 1-Levar a reforma agrária para a opinião pública; 2-Apresentar as reivindicações ao governo federal; 3-Definir as prioridades de ação; 4-Ser um espaço de formação política massiva. No último dia do Congresso ocorreu uma audiência com o então presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, o qual se comprometeu em manter uma meta de 40 mil famílias assentadas, auxílio às famílias acampadas, liberação de créditos, fim dos despejos, entre outras medidas para avançar com o projeto de reforma agrária.

O debate realizado durante o III Congresso é sistematizado no documento “Proposta Para a Reforma Agrária”. Neste é possível notar uma maior complexidade nos temas propostos pelo MST. Tanto nas propostas para os assentamentos que se relacionam com a produção e comercialização, nas pautas de infraestrutura, como nos demais direitos que não se encerra com a conquista da terra, o documento apresenta propostas para a saúde, educação, cultura, entre outros. Aqui se desenhavam o que Gramsci (2002) chamou de *as novas formações que afirmam a autonomia dos grupos subalterno e as formações que afirmam a autonomia integral*, tanto na perspectiva político-administrativa proposta pelo movimento que internamente é designada enquanto sua organicidade como também a afirmação de outro projeto político para a sociedade a partir de um movimento de massas, de um grupo subalterno.

O documento também amplia a importância da reforma agrária para a sociedade brasileira como um todo, afirmando que esta não é apenas uma luta corporativa dos Sem Terra:

Por outro lado, precisamos conscientizar a população e a sociedade de que um programa de reforma agrária interessa a toda a sociedade. Hoje, não se trata apenas de uma solução para o problema dos sem-terra, mas faz parte de um novo modelo de desenvolvimento nacional e está relacionado com a maioria dos problemas que acontecem nas cidades. A reforma agrária é uma solução não apenas para os problemas do meio rural, mas também de toda a sociedade brasileira, e também do meio urbano (MST, 1995, p. 87).

No intuito de ampliar a pauta da reforma agrária e o diálogo com a cidade destacamos no documento um de seus objetivos: “garantir alimentação farta, barata e de qualidade a toda a população brasileira, em especial a que vive nas cidades, gerando segurança alimentar para toda a sociedade” (MST, 1995, p. 188). Outro ponto de destaque é um maior aprofundamento sobre a questão da terra e os bens naturais, tema que já apareceu em outros documentos, mas vai ganhando novos contornos e aprofundamentos. No Programa são apresentados dois pontos específicos que tratam sobre esses temas: Democratização da Terra e Programa Ambiental. Em relação ao primeiro, destacamos:

A terra deve ser entendida como sendo um bem da natureza a serviço de toda a sociedade. Um bem de todos para atender às necessidades de todos. Ou seja, a terra é um bem fundamental da natureza que não pode estar aprisionada pela propriedade privada absoluta, em que o proprietário faz o que quiser. A terra não é uma mercadoria. Ela não é fruto do trabalho humano e ninguém pode ter direito absoluto sobre ela (MST, 1995, p. 189).

Mudanças tecnológicas do atual modelo tecnológico adotado na agricultura visa apenas o lucro das empresas produtoras de insumos. E é completamente predatório aos nossos recursos naturais: solo, água, clima, fauna e flora. E, sobretudo, prejudicial ao ser humano, tanto pela contaminação no uso de agrotóxicos, quanto por comprometer os recursos naturais para as gerações futuras (MST, 1995, p. 192).

Observamos tanto a contestação do modelo de desenvolvimento para o campo como a própria concepção coletiva de natureza e bens comuns. Estes elementos apresentam um aprofundamento da práxis que o MST vai delineando e solidificando em sua base. No tocante ao programa ambiental, o documento apresenta propostas de reeducação da sua base como incentivos financeiros para capacitação técnica; recuperação e proteção de áreas de mata, mananciais, áreas nativas; incentivo ao plantio de árvores; políticas de para evitar queimadas; e ainda como um embrião a concepção de agrofloresta.

g) Investir na recuperação dos rios e nascentes e democratizar o uso das águas, garantindo o uso coletivo pelas comunidades, para sua subsistência e extrativismo;
h) Constituir um fundo para financiar, nos assentamentos que se encontram áreas de boa preservação ambiental, os “Guardiões da Natureza” (assentados que receberiam treinamento específico para essas atividades). Esse fundo também deverá prever o financiamento das seguintes atividades: a) plantio de essências florestais que gerem no futuro uma renda às famílias assentadas; b) fomentar, orientar, capacitar e investir em experiências-piloto de turismo rural. c) incentivar a produção de produtos florestais não madeiráveis (PFNM) e a agrofloresta (MST, 1995, p. 206).

Caldart (2004) define este período como “Inserção do MST na luta por um projeto de desenvolvimento para o Brasil” (p. 141) ao passo que o Movimento intensificou suas mobilizações e procurou o apoio da opinião pública. Em setembro 1996, o MST lança o Manifesto dos Sem Terra ao Povo Brasileiro, no intuito de demonstrar que a luta pela Reforma Agrária não se limitava a uma questão corporativista dialogando diretamente com a questão da produção de alimentos para a população brasileira e agregando novos temas como melhores condições de vida. Neste mesmo ano o MST também se somou às lutas contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce.

Trata-se de uma expressão mais direta do MST em questões sociais e políticas que dizem respeito ao conjunto da classe trabalhadora ou, até mais amplamente, ao conjunto da nação brasileira. Em termos de referência cronológica, é o período encadeado pelas definições do Terceiro Congresso Nacional do MST em 1995, que institui como bandeira de luta reforma agrária uma luta de todos, e que logo trouxe a contrapartida de que também há outras lutas do povo brasileiro que devem ser lutas do MST (Caldart, 2004, p. 142).

O caráter assumido pelo MST é o que Medeiros (2012) afirma como “novos movimentos sociais” que principalmente na América Latina vão mesclando temas identitários com questões classistas, que mesmo passando por ressignificações o posicionamento de classe não desaparece. Referenciando-se em Thompson (1987) no fazer-se classe que combina tanto os elementos da história política e cultural quanto da econômica, que se realiza por meio de um trabalho político a partir da realidade concreta, segundo a autora:

Trata-se de argumentos de vários tipos, que vão, ao mesmo tempo em que se configuram, produzir os atores políticos, na medida em que se efetiva seu reconhecimento e em que suas questões passam a compor a pauta do que é aceito como passível de discussão. Nesse processo, atores e temas se mesclam, não nos autorizando a simplesmente deixar de lado argumentos que incorporam uma linguagem classista. Sem dúvida, são muitas as ressignificações e traduções, mas o enquadramento de classe não desaparece totalmente (Medeiros, 2012, p. 13).

Ao assumirmos que o debate de classes não desaparece e nas leituras contemporâneas, percebemos enquanto construção social que a ofensiva contra os grupos subalternos também não deixa de existir no campo das disputas simbólicas, políticas e no uso da violência sistemática. Assim, nesse período houve um acirramento da violência no campo, em 15 de julho de 1995 ocorreu o Massacre de Corumbiara, em Rondônia, aonde 9 Sem Terras foram assassinados, entre eles uma menina de 7 anos. Segundo o laudo do legista, os acampados foram mortos com tiros pelas costas e a curta distância. Segundo os dados da Comissão Pastoral da Terra, no ano de 1995 ocorreram 41 assassinatos, 43 tentativas de assassinatos e 155 ameaças de morte no campo brasileiro¹³.

¹³ Disponível em <https://cptnacional.org.br/downloads?task=download.send&id=254&catid=41&m=0>. Acesso: 17/11/2021.

Após um ano do Massacre de Corumbiara, em 17 de abril de 1996, ocorreu o Massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, onde 21 Sem Terras foram assassinados: “na hora, morreram 19 trabalhadores rurais, com 37 perfurações de bala, e 56 ficaram feridos. Segundo o médico legista Nelson Massini, houve tiros na nuca e na testa, indicando assassinato premeditado de sete vítimas”¹⁴.

Em resposta, no ano de 1997 o MST realizou a Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária em direção a Brasília, conhecida como a Marcha dos 100 mil, com a chegada dia 17 de abril, um ano após o massacre de Eldorado dos Carajás.

Figura 6 – Capa Jornal Sem Terra, 1997



Fonte: MST

Segundo o Jornal Sem Terra, a Marcha tinha o objetivo de abrir canais de diálogo com a sociedade e denunciar a política neoliberal do governo FHC bem como a impunidade da violência no campo. O Jornal também traz a importante iniciativa coordenada pela Lélia Wanick Salgado que organizou a exposição de fotografias “Terra” de Sebastião Salgado, com o livro do escritor José Saramago e o CD de Chico Buarque que levaram o mesmo nome da exposição fotográfica. Iniciativa que levou o nome do MST e a questão da luta pela terra para diversos países. A aceitação do MST pela sociedade brasileira foi tema abordado pela pesquisa do Vox Populi, realizada em maio de 1996, em oito capitais brasileiras, na qual o

¹⁴ Disponível em: mst.org.br.

MST aparecia entre as cinco instituições de maior credibilidade do Brasil (Morissawa, 2001, p. 155).

Em contrapartida, o governo lançou diversas medidas no intuito de minimizar a capacidade de mobilização do MST e a ampliação da demanda por terras. Entre elas proibiu vistorias em áreas ocupadas, inviabilizando sua desapropriação; suspensão de negociações em caso de ocupações de órgãos públicos e a punição de funcionários do INCRA que negociassem com ocupantes. O objetivo seria incentivar as ações fundiárias e tirar dos movimentos de luta por terra suas iniciativas, que segundo Fernandes:

Desde a sua primeira gestão, o governo Fernando Henrique Cardoso [...] [criou] diversas políticas com o objetivo de impedir o avanço da luta pela terra. Para tentar diminuir o crescimento das ocupações de terra, foi criado o Banco da Terra: uma política de compra e venda de terras. Igualmente, por meio de medidas provisórias, iniciou uma série de políticas, como, por exemplo: não realizar vistorias em terras ocupadas, não assentar as famílias que participarem de ocupações, excluir os assentados que apoiarem outros sem-terra na ocupação de terra, tentando, dessa maneira, impedir o processo de territorialização da luta pela terra (Fernandes, 2001, p. 22).

Ao passo que a luta pela terra ganhava visibilidade, o MST se consolidava nacional e internacionalmente não só pelo seu conteúdo programático, mas também a partir de suas ações concretas, grandes marchas e base social organizada. Em 1996 o MST tinha 53 mil famílias acampadas o que gerava uma pressão social. Fazem-se necessárias algumas considerações importantes sobre a conjuntura deste período em relação ao cenário econômico.

Delgado (2013) analisa o intervalo dos 1980 até final dos anos 1990 como um período de transição que consistiu em “demarcar a construção de um novo projeto de acumulação de capital no setor agrícola, concertado por dentro da política econômica e financeira do Estado.” (p. 58), em continuidade com a expansão dos complexos agroindustriais, alicerçado no mercado de terras e sistema de crédito rural. Marcado pela crise de liquidez internacional e fuga de capital nacional, principalmente em seu segundo mandato, FHC buscou medidas que pudessem gerar saldos de comércio exterior e acionou para tal objetivo os setores primário-exportadores. Este, segundo o autor, é um momento importante de lançar as bases de políticas que vão estruturar o agronegócio.

A convergência dos efeitos da desmontagem da política agrícola convencional (anos 1990), da abertura comercial e da estabilização monetária, enquanto regras estruturais de regulação econômica, implicaram a eliminação das rendas extraordinárias, que por longo período mantiveram no chamado pacto da ‘modernização conservadora’ o preço da terra protegido e institucionalmente valorizado no peculiar mercado de terras do Brasil. O processo recente de liberalização, desestatização e estabilização monetária trouxe reações em cadeia, convergentes à desvalorização dos patrimônios fundiários. O movimento social pela reforma agrária, por seu turno, alimentado pelas tensões inusitadas do desemprego, criadas pelo mesmo processo de globalização e liberalização, realimentou este processo de desvalorização dos patrimônios fundiários ao pressionar e conseguir,

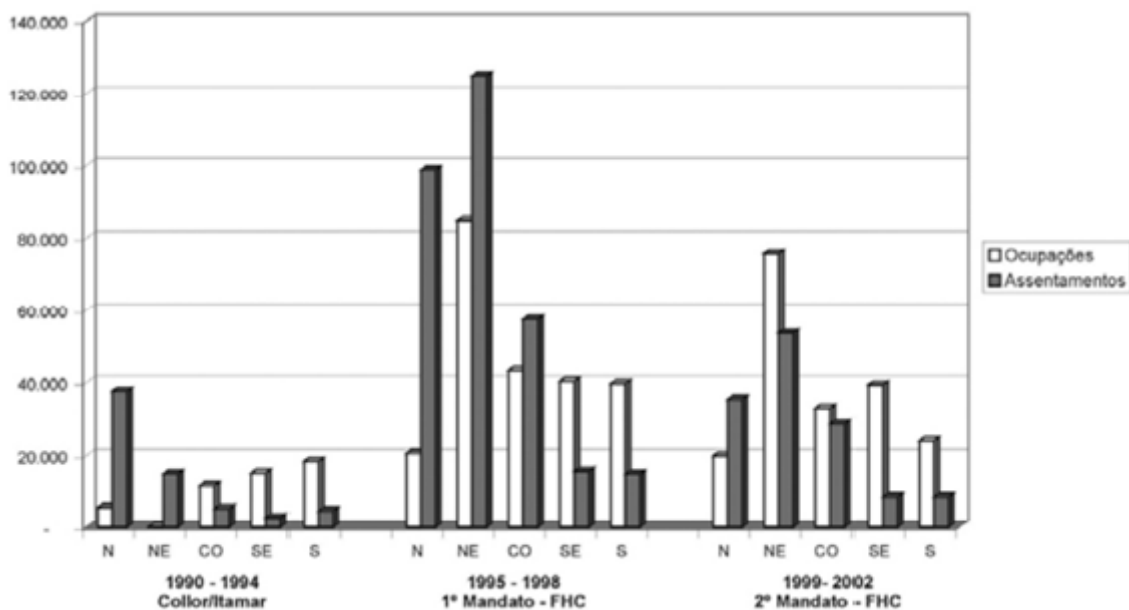
mediante ocupação física, a desapropriação por interesse social de latifúndios improdutivos em todo o país. Na prática, a ação do movimento social e sindical pela reforma agrária resgata o princípio jurídico da função social da propriedade, forçando a União a abandonar a inércia e omissão neste campo (Delgado, 2013, p. 72).

A perspectiva do avanço do projeto neoliberal nos governos FHC foi à consolidação e hegemonia do capital financeiro e a ação política a partir do aparelho de Estado. Para o campo a ação política visava distensionar os conflitos e incorporar a reforma agrária ao mercado. Assim surgiram várias políticas com este intuito, como a proposta do Banco da Terra que seria a criação de assentamentos rurais por meio de financiamento aos sem terra e o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera) que foi mais tarde substituído pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

A mercantilização da reforma agrária não foi o único elemento da mudança de eixo da questão agrária. As políticas neoliberais demarcadas pela globalização expandiram as potencialidades da agricultura capitalista, dando-lhe, inclusive, um novo nome: agronegócio. A produção primária para exportação aumentou com a abertura de mercados, intensificando a territorialização do capital, expropriando o campesinato, aumentando o desemprego, produzindo riquezas, misérias e conflitualidades (Fernandes, 2013, p. 215).

Os efeitos da globalização com as políticas neoliberais resultaram na ação do Estado brasileiro no tocante à reforma agrária em sua intenção de incorporá-la ao mercado. Agregou-se ainda a forte criminalização e violência no campo neste período resultando em um declínio das ocupações de terra e da efetivação de assentamentos, principalmente no segundo mandato do governo FHC. Conforme podemos ver no gráfico a seguir:

Gráfico 3 – Comparação de ocupações e assentamentos por períodos de governo



Fonte: DATALUTA, 2003.

Por outro lado, ocorreu à materialização institucional das estratégias de ação política das entidades patronais rurais, ou retomando as palavras gramscianas *o nascimento de novos partidos dos grupos dominantes, para manter o consenso e o controle dos grupos sociais subalternos*, os quais ampliaram suas demandas por créditos agrícolas e pela diminuição da carga tributária que supostamente daria a agricultura brasileira maior competitividade no mercado internacional. Fruto desta materialização é a criação em 1993 da ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio), entidade que agrega diversos setores ligados à produção agropecuária, não apenas os responsáveis pela atividade produtiva, como também aqueles relacionados à produção de insumos e ao armazenamento, processamento, distribuição e financiamento e empresas diretamente ligadas ao capital financeiro. Entre as entidades que são representadas pela ABAG estão: Sociedade Rural Brasileira (SRB), Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) e a organização das Cooperativas Brasileiras (SRB). Estas como representantes tradicionais dos núcleos patronais agrícolas; porém também é constituída por grandes empresas, em sua maioria estrangeiras, como Sadia, Cargil Agrícola S/A, Bunge Alimentos, Bunge Fertilizantes S/A, Monsanto, entre outras em um total de 59 empresas (Pinto, 2010, p. 10).

Segundo Lacerda (2011), em função de sua natureza política, a ABAG se insere em um complexo campo de disputa pela definição de agendas e do tratamento dado aos problemas eleitos como prioridade nacional. De tal forma, suas frentes materiais buscam organizar não só o empresariado rural no sentido de práticas e discurso, mas também

pretendem gerar reconhecimento social para a legitimação da condução dos processos sob a ótica do Agronegócio, divulgado como o principal negócio do país. Insere-se em uma extensa rede como: o Centro de Agronegócio da Faculdade de Economia da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (GV Agro/FGV-SP), o Centro de Conhecimento em Agronegócios (PENSA), o Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE) e o Instituto para o Agronegócio Responsável (ARES) (Pinto, 2010). Outro elemento de atuação visava à difusão da ideologia do Agronegócio, resultados dessa atuação é a criação da Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação de Ribeirão Preto (Agrishow/RP, iniciada em 1994) e o Programa Educacional “Agronegócio na escola” (2001) como parte da Campanha de Valorização Institucional da Imagem do Agronegócio.

Destacamos, por fim, outra conquista do setor ruralista no período, a Lei Kandir (LEI COMPLEMENTAR Nº 87, 1996) que outorga isenção fiscal do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Esta lei retirou a tributação dos produtos primários tornando sua produção mais barata. Conseqüentemente os produtos são oferecidos ao mercado externo por preços baixos, tornando o país mais competitivo no mercado internacional. Contudo, a Lei Kandir onera os estados e municípios responsáveis pela cobrança deste tributo, que deixam de arrecadar. Ao mesmo tempo desestimula a criação de um polo industrial nacional e reforça especialização exportadora de bens naturais.

Temos assim, uma movimentação expressiva das classes constituindo seus aparelhos e fazendo a disputa no campo político, cultural e econômico, o que no campo das disputas agrário-ambiental colocará novos desafios.

O que pretendemos destacar neste capítulo é que, ao passo que temos neste período um avanço do capital na agricultura com a ampliação dos CAIs e a maior entrada de capitais internacionais, também se tornam mais sensíveis suas conseqüências, tanto que a temática ambiental e os movimentos ambientalistas passam a ter mais visibilidade. Porém, estes poucos dialogam, no período, com o modelo de desenvolvimento adotado no campo pela agricultura capitalista e ainda possuem limites na incorporação dos povos das águas e das florestas enquanto sujeitos que vivenciam estes territórios. O que certamente não significa dizer que eles não existissem nesses espaços. Pelo contrário, quiçá pela presença deles esses territórios puderam existir e resistir.

Nosso intuito aqui é inverter a crítica de que os movimentos sociais não incorporam os temas ambientais, e sim que por um período foram os movimentos ambientalistas que não incorporaram os sujeitos que vivem no campo e nas florestas. Ao analisar os documentos do Movimento, principalmente a partir dos seus Congressos, vemos que o entendimento da

questão agrário-ambiental está presente desde seu início no MST e que, com o passar do tempo, ganha contornos mais elaborados, como nas propostas para os assentamentos que vão desde a recuperação dos danos nos territórios causados pelo modelo da agricultura capitalista até a elaboração de fundos e formas de compensação econômica para os camponeses. Ao trazer as sínteses dessas elaborações também destacamos a concepção agrário-ambiental original do movimento o qual articula a terra enquanto bem da natureza e que deve ser um bem de todos. Concepção esta surgida da materialidade a qual os Sem Terra experienciam e que passa por diferentes momentos de construção e elaboração próprio do movimento histórico e dialético vivenciados *pelos grupos sociais subalternos*.

4 A QUESTÃO AGRÁRIO-AMBIENTAL DO MST

A partir dos anos 2000, com a abertura comercial brasileira, uma série de privatizações levou às aquisições e fusões de capitais, gerando a desnacionalização e internacionalização da economia, acentuando ainda mais a centralização de capitais. O capital internacional e os grupos econômico-financeiros que conseguiram se transnacionalizar aumentaram sua participação na economia e seu poder político. No campo, a ofensiva do capital, a partir deste período, leva a luta pela Reforma Agrária a outro estágio do enfrentamento de classes. Em entrevista ao Sul 21, Pinheiro em uma das suas respostas coloca de forma clara qual é o caráter profundo desta ofensiva que afeta a relação com o campo no Brasil:

Estão acontecendo coisas muito estranhas e estamos meio perdidos. A própria agricultura mudou de nome. É uma das palavras mais lindas que existe e que não significa cultivo somente. Ela envolve uma cultura que tem uma espiritualidade, uma religiosidade, valores e a natureza associada a ela. A agricultura passou a ser agronegócio. Isso foi um baque tremendo. Saiu a cultura e entrou o negócio. O que é um negócio? Do ponto de vista etimológico, significa a negação do ócio. “Agro negação do ócio” é uma coisa meio estranha, né? Foram retirados valores da agricultura e agronegócio passou a significar só dinheiro¹⁵.

A fala de Pinheiro na entrevista é muito contundente, pois a “novo” modelo de produção modifica a própria cultura e a forma da relação ser humano e natureza. As mudanças estruturais que ocorrem a partir deste período coroam a mercantilização da natureza, das relações sociais e da própria vida. O agronegócio preserva elementos fundamentais do latifúndio, ao mesmo tempo consolida uma aliança de diferentes grupos de interesses capitalistas como bancos, grandes latifundiários, empresas transnacionais associadas à mídia, além de uma representação política dentro do Estado para garantir sua hegemonia, não só econômica, mas também política e cultural.

O agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo; agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento. A fundação do agronegócio expandiu a conflitualidade, ampliando o controle sobre o território e as relações sociais, agudizando as injustiças sociais. O aumento da produtividade dilatou a sua contradição central: a desigualdade. A utilização de novas tecnologias tem possibilitado, cada vez mais, uma produção maior em áreas menores. Esse processo significou concentração de poder e, em consequência, de riqueza e de território. Essa expansão tem como ponto central o controle do conhecimento técnico por meio de uma agricultura científica globalizada (Fernandes, 2013, p. 217).

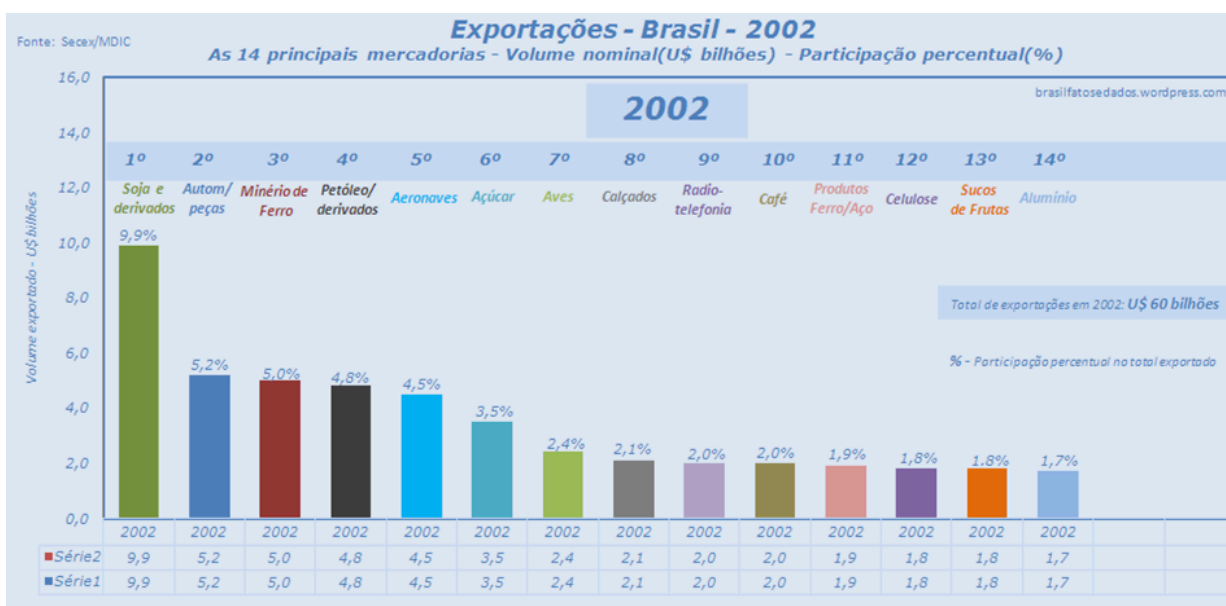
O tema da reprimarização da economia e das exportações dos bens naturais retorna com força principalmente a partir dos anos 2000, onde destacamos dois elementos relevantes:

¹⁵ Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/entrevistas/2018/01/sebastiao-pinheiro-o-agronegocio-transformou-se-em-algo-que-nao-e-mais-agricultura/>. Acesso em: 20/10/2021

a política dos governos PT¹⁶ e o *boom* das commodities. Estes governos, sem romper com o grande capital financeiro, promoveram a ascensão política da burguesia interna industrial e da burguesia ligada à exportação de commodities no interior do bloco de poder. Isto só foi possível por uma política fortemente baseada na exportação principalmente dos bens naturais e dos produtos industriais de baixa densidade tecnológica.

A perseguição pelo superavit primário nos anos 2000 orientou parte significativa da política econômica, quando os setores agrários e minerais da economia nacional foram chamados para equilibrar as contas externas brasileiras. Com objetivo de elevar rapidamente os fluxos comerciais em um curto prazo, a fim de equilibrar as contas externas, o modelo de desenvolvimento imposto teve como consequência uma enorme pressão sobre os bens naturais do solo e do subsolo do país (Aquino, 2019). Como podemos observar na tabela a seguir, entre os principais produtos exportados a maior parte é proveniente dos setores mencionados, fato que vai se acentuar nos anos seguintes.

Gráfico 4 – Exportações do Brasil, 2002.



Fonte: Brasil Fatos e Dados.

Gráfico 5 – Exportações do Brasil, 2010.

¹⁶ Eleições do presidente Lula (2002 e 2006) e da presidenta Dilma (2010).



Fonte: Brasil Fatos e Dados.

A partir dos gráficos, na série histórica de dez anos, podemos observar que entre as cinco principais mercadorias de exportação apenas se mantém uma com o uso de tecnologia a de automotivos/peças e passa por uma redução de 1,4%, de 832 milhões para 760 milhões e saindo do segundo para ocupar o quinto lugar. As demais são frutos da produção agrícola e da mineração, as quais se caracterizam por práticas de espoliação dos bens naturais.

Neste período, o Estado brasileiro passou a destinar volumosos recursos públicos para determinados setores do capital através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), em suas fases 1 e 2, os volumosos recursos impulsionaram um processo de recomposição e formação de infraestrutura social e produtiva, com destaque para os setores de energia, saneamento, habitação, ferrovias, aeroportos, portos, estradas, entre outros (Pochmann, 2010). Vale destacar que muitos destes investimentos estão diretamente ligados à organização de uma rede infraestrutural e logística que possibilitam a redução dos custos de transporte e a ampliação das exportações em setores relacionados à agro-hidro-minério exportação. Portanto, há a tentativa de uma nova expansão da fronteira agrícola e mineral a partir da realização de obras de integração regional de territórios muitas vezes ocupados por povos e comunidades tradicionais buscando incorporá-los a lógica da inserção competitiva.

No campo dos enfrentamentos das classes como apontamos anteriormente, temos um fortalecimento da Bancada Ruralista e sua ofensiva direta ao MST. Em um breve histórico, sua origem remonta do período da Assembleia Constituinte 1987/1988, em que protagonizou um comando coordenado e controlado pelas elites agrárias, inicialmente a partir da UDR –

União Democrática Ruralista¹⁷. Posteriormente, nos anos 90, com a entrada da CNA – Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – e da SRB – Sociedade Rural Brasileira –, com representantes no espaço político parlamentar, consolida-se então, no Congresso Nacional, a Frente Parlamentar Ruralista, mais conhecida como Bancada Ruralista. Esta representa um dos grupos mais antigos e organizados do Congresso Nacional e vem alcançando grande sucesso em sua atuação em prol dos interesses do agronegócio (Costa, 2012).

Assim sendo, a Bancada Ruralista se constitui na reestruturação e ressignificação do patronato agrário no controle do poder político institucional visando conquistar uma hegemonia de classe, o exercício pleno do poder, por meio do Estado, um meio para efetivar a dominação de classe (Barcelos e Barriel, 2009). Como nos aponta Florestan Fernandes “a burguesia nunca é sempre a mesma, através da história” (1975, p. 449), assim as transformações que ocorreram ao longo da história influenciaram e constituíram uma forma específica na dominação de classes. No Brasil, ao contrário de outras burguesias, que forjaram instituições próprias de poder especificamente social e só usaram o Estado para arranjos mais complicados e específicos, a nossa burguesia se converge para o Estado e faz sua unificação no plano político antes de converter a dominação socioeconômica.

Retomado Florestan Fernandes (1979), não se trata apenas de uma etapa histórica, mas da consolidação do modelo autocrático-burguês, ou seja, se reproduz as características estruturais e dinâmicas essenciais do capitalismo central (economia mercantil, competitiva, mais valia), porém a uniformização dos princípios de modernização não exclui a existência de “diferenças fundamentais” que decorrem do processo pelo qual esse desenvolvimento capitalista se torna “dependente, subdesenvolvido e imperializado”; cria-se uma dinâmica social específica que sobrecarrega as instituições burguesas. Logo, os aspectos puramente econômicos não conseguem explicar a complexidade da dinâmica da realidade sociocultural.

A forma como a Bancada Ruralista vem se organizando permite uma grande mobilidade dentro e fora do âmbito governamental, possibilitando a criação de alianças no interior do Estado e com entidades patronais e empresariais do setor agrário. Sua formação suprapartidária se configura em uma estratégia de convencimento frente às diversas questões de seu interesse, sendo capaz de se identificar com inúmeras questões temáticas para garantir

¹⁷ Organização patronal fundada em 1985, considerada a mais violenta e radical entidade já existente no Brasil, utilizava como estratégia a força e a violência para intimidar os seus oponentes.

sua diversidade e sua perene habilidade de pressionar o Congresso Nacional (Barcelos e Barriel, 2009).

Nos últimos anos a atuação do modelo do agronegócio e de seus representantes no Estado (bancada ruralista) se renovou, mediante outras formas de inserção política e apresentação de seu discurso ideológico. Sobretudo, construiu-se uma imagem positiva e inovadora desse setor, transmitida à sociedade em geral, com a qual ele procura se sustentar, em especial pela afirmação de seu desempenho econômico-produtivo e de sua competitividade no mercado internacional (Júnior e Ribeiro, 2012, p. 11).

Uma das expressões de como a Bancada Ruralista se articula em pautas de seu interesse e onde os conflitos entre agronegócio e agricultura camponesa se apresentam se dá principalmente no âmbito da criminalização dos movimentos sociais por meio das instâncias políticas criadas como as Comissões Temporárias. Este foi o caso da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Reforma Agrária e Urbana, conhecida como CPMI da Terra, constituída através do Requerimento número 13, de 2003, com o objetivo de:

Realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm-se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência). Cabe ao Congresso Nacional atuar no diagnóstico do problema e na identificação dos caminhos para sua solução (Relatório dos trabalhos da CPMI da terra, 2005, p. 9).

Neste processo o relatório final do deputado Abelardo Lupion (PFL-PR), foi apresentado em substituição ao relatório original de autoria do deputado João Alfredo (PSOL-CE), por meio da apresentação de Voto Separado, tendo como justificativa:

É justamente em virtude da deturpação na análise das causas da violência no campo que se situa o maior embate ideológico. A visão de uma parcela do Congresso Nacional, tradicionalmente ligada aos movimentos camponeses e à advocacia de suas demandas, costuma distorcer as causas e consequências da situação da distribuição da terra no Brasil (Relatório dos trabalhos da CPMI da terra, 2005, p. 6).

Contudo, o resultado deste relatório marca não uma real leitura dos conflitos no campo brasileiro, mas sim a criminalização dos movimentos sociais, em especial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Com sua maior parte das 345 páginas dedicadas ao MST, o relatório anexa no texto final dois projetos de lei, em que um deles visa dar conotação jurídica de ato terrorista às ocupações de terra praticadas por diversos movimentos camponeses para protestar pela realização da reforma agrária e o outro propõe que o esbulho possessório (definido no texto como saque, invasão, depredação ou incêndio de propriedade alheia) com fins políticos (com o fim de manifestar inconformismo político ou de pressionar o governo a fazer ou deixar de fazer alguma coisa) seja enquadrado como crime hediondo (pena de reclusão de três a dez anos).

O desafio está em analisar a capacidade, aplicada às classes sociais, de uma ou de determinadas classes sociais, em conquistar seus interesses específicos no interior do Estado, segundo tendo o Estado “como relação, mais exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classes, tal como ele expressa, de maneira sempre específica, no seio do Estado” (Poulantzas, 2000, p. 130).

Neste sentido, aponta João Alfredo durante as audiências dos dias 24/5, 10/6 e 2/6/2005:

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, evidentemente, cada um tem direito de aqui fazer e expressar o seu juízo de valor. Nós sabemos que esta é uma CPMI marcada por uma divisão ideológica muito clara, não há segredo nenhum disso, e nós não escamoteamos essa natureza da própria CPMI.

Evidentemente há, da parte daqueles Parlamentares mais vinculados aos ruralistas, uma constante ação de desgaste das entidades ligadas aos trabalhadores rurais. É legítimo, num processo político, esse debate, embora tenhamos de deixar explícito que isso é o que ocorre (Relatório dos trabalhos da CPMI da terra, 2005, p. 43).

São muitas as passagens as quais se tem claramente um posicionamento de criminalização do MST em que se utilizam, inclusive, das escolas do campo associando-as até ao treinamento de guerrilha: “Primeiro, porque se verifica que o MST tem pretensões políticas. Nas escolas do MST, grande parte dos cursos e dos livros das bibliotecas são ideologicamente voltados para o comunismo/socialismo” (Relatório dos trabalhos da CPMI da terra, 2005, p. 369).

Porém, o texto não discute que o Estado também assume seu papel pedagógico na difusão de novos valores, que são imprescindíveis para a manutenção deste projeto, pois, a partir deles é possível garantir a eficiência econômica e a coesão social. E como a escola, neste contexto, se torna um locus de reprodução das novas aprendizagens e, para além, é por ela que se restringem as possibilidades de uma contra hegemonia.

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas (Mészáros, 2005, p. 35).

São muitas as passagens que merecem atenção, como também os desdobramentos desta CPMI que reforçaram a criminalização não só do MST como dos movimentos sociais em geral. Interessa-nos, sobretudo analisar o fortalecimento deste projeto de desenvolvimento no âmbito nacional e a atuação de seus atores nos instrumentos da sociedade política: “a conquista de novos canais de representação política setorial, tão almejados pelas ‘entidades

patronais' por ela hegemônicas e poderosas o bastante para interferir nas políticas econômicas emanadas da sociedade política" (Mendonça, 2009, p. 226). Este mecanismo de criminalização institucional será mobilizado outras vezes como veremos adiante, por hora entendemos ser importante esses apontamentos para uma leitura dos enfrentamentos e disputas colocados no período.

4.1 A REFORMA AGRÁRIA ENQUANTO LUTA DE CLASSES

Em um cenário marcado por muitas dificuldades e ataques, nos anos 2000, após 16 anos de existência, o MST já estava presente em 23 estados brasileiros e organizava 1,5 milhão de pessoas sendo 350 mil famílias assentadas e 100 mil acampadas. Contava com 1500 escolas públicas nos assentamentos, 400 associações de produção e comercialização, assim como experiências de produção de sementes agroecológicas (Morissawa, 2001, p. 167). E neste momento realiza o seu IV Congresso Nacional, entre os dias 7 a 11 de agosto de 2000, em Brasília, com a palavra de ordem: Por um Brasil sem latifúndios!

O Congresso contou com a participação de 11 mil delegadas e delegados e reafirmou as decisões anteriores e traçando novas formas de organização, se colocando ativamente nas diferentes iniciativas para a construção de um projeto popular para o Brasil, opondo-se ao modelo vigente neoliberal e às ações imperialistas, contestando, principalmente organismos internacionais como FMI, Banco Mundial, ALCA, etc.

Figura 7 – Cartaz 4º Congresso MST



Nossos compromissos com a terra e com a vida

Os seres humanos são preciosos, pois sua inteligência, trabalho e organização podem proteger e preservar todas as formas de vida

1. Amar e preservar a terra e os seres da natureza.
2. Aperfeiçoar sempre nossos conhecimentos sobre a natureza e a agricultura.
3. Produzir alimentos para eliminar a fome da Humanidade. Evitar a monocultura e o uso de agrotóxicos.
4. Preservar a mata existente e reflorestar novas áreas.
5. Cuidar das nascentes, rios, açudes e lagos. Lutar contra a privatização da água.
6. Embelezar os assentamentos e comunidades, plantando flores, ervas medicinais, hortaliças e árvores.
7. Tratar adequadamente o lixo e combater qualquer prática de contaminação e agressão ao meio ambiente.
8. Praticar a solidariedade e revoltar-se contra qualquer injustiça, agressão e exploração praticada contra a pessoa, a comunidade e a natureza.
9. Lutar contra o latifúndio para que todos possam ter terra, pão, estudo e liberdade.
10. Jamais vender a terra conquistada. A terra é um bem supremo para as gerações futuras.


 Reforma Agrária:
 Por um Brasil sem latifúndio!
 Brasília, 4.º Congresso, 2000

Fonte: MST

Este posicionamento político e de lutas foi protagonizado pelas mulheres do MST junto à Via Campesina que no ano de 2006 realizam um ato que se tornou um marco e alterou o patamar das lutas do próprio MST. Em março, cerca de duas mil mulheres ocuparam o Horto Florestal da Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro, Rio Grande do Sul. Esta ação, que se seguiria nos meses de março futuros, reposicionou a luta pela reforma agrária “as mulheres foram rompendo o silêncio dos monocultivos de eucalipto, dos canaviais, dos cultivos transgênicos, dos agrotóxicos, da indústria da seca, da extração mineral, do cercamento das águas e da paralisia da Reforma Agrária” (Mafort, 2013, p. 87).

Até então as lutas protagonizadas pelo MST - marchas, ocupações de terra e prédios públicos – eram de caráter reivindicativo. A luta das mulheres em 2006 altera esse formato ao denunciar o modelo que se impunha ao campo. Não enfrentavam mais o latifundiário e o Estado, mas com eles as grandes transacionais, o capital financeiro.

Esse turbilhão rasgou as lonas, arrancou com unhas e dentes, as mudas do deserto verde, experimentou novas táticas de luta e se reencontrou com o feminismo revolucionário, inscrevendo nele. A realidade das mulheres do campo. De lá para cá muitas madrugadas foram abraçadas e as mulheres conquistaram um sinônimo especial, luta! (Caderno de formação setor de gênero, 2018, p. 10).

O MST, para além das diferentes lutas, também organizou ao longo de sua trajetória a formação político-ideológica de sua militância e base social. Desde cursos de formação política, passando pela escolarização dos anos iniciais e alfabetização até os cursos de pós-graduação. São inúmeros os cadernos, cartilhas e outros materiais produzidos pelo próprio Movimento e com a contribuição de intelectuais parceiros. Também se dedicou à construção de centros de formação, escolas em seus territórios e alguns importantes espaços como a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), localizada em Guararema, no interior de São Paulo, inaugurada em 2015.

Principalmente a partir dos anos 2000, mas com experiências desde 1990, o MST e outros movimentos ligados a Via Campesina incorporaram o debate e as práticas agroecológicas como referência para a construção de outro projeto de campo, não limitado às questões econômicas, mas pautado nas relações sociais e na relação do ser humano/ natureza.

Nesse sentido, está em gestação uma concepção mais recente de agroecologia, ainda mais ampliada: a partir da prática dos movimentos sociais populares do campo, que não a entendem como “a” saída tecnológica para as crises estruturais e conjunturais do modelo econômico e agrícola, mas que a percebem como parte de sua estratégia de luta e enfrentamento ao agronegócio e ao sistema capitalista de exploração dos trabalhadores e da depredação da natureza (Ghur e Toná, 2012, p. 63).

Em 2007 o MST publica o caderno “Sistematização de experiências agroecológicas do MST”. Nele há a sistematização de seis experiências desenvolvidas em diferentes estados do Brasil, uma delas é a de Ribeirão Preto/SP. Também há no documento a sistematização do método Cubano “Camponês a Camponês”, o qual se tornou a base da prática agroecológica no MST. Este é o primeiro material de sistematização que tem como objetivo apontar as práticas concretas de outro modelo para o campo. Em sua apresentação, o material reforça o papel da importância em que “a reforma agrária deve ser uma das principais políticas para a promoção da melhoria de vida, combate às desigualdades sociais, proteção ao meio ambiente e construção de novos valores e formas de nos relacionarmos com a natureza” (2007, p. 6).

Neste mesmo ano de 2007 é realizado o V Congresso Nacional do MST, nos dias 11 a 15 de junho, novamente em Brasília. O congresso contou com a participação de 17.500 integrantes MST, 181 convidados internacionais representando, 21 organizações camponesas de 31 países e teve como lema “Reforma Agrária, por Justiça Social e Soberania Popular!”. Este foi o maior congresso camponês já realizado na América Latina¹⁸.

Na carta final do Congresso é possível perceber a incorporação da nova leitura feita pelo Movimento em relação às mudanças estruturais ocorridas no campo brasileiro e suas implicações:

¹⁸ Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/05-14/>.

5. Lutar contra as derrubadas e queimadas de florestas nativas para expansão do latifúndio. Exigir dos governos ações contundentes para coibir essas práticas criminosas ao meio ambiente. Combater o uso dos agrotóxicos e a monocultura em larga escala da soja, cana-de-açúcar, eucalipto, etc.

6. Combater as empresas transnacionais que querem controlar as sementes, a produção e o comércio agrícola brasileiro, como a Monsanto, Syngenta, Cargill, Bunge, ADM, Nestlé, Basf, Bayer, Aracruz, Stora Enso, entre outras. Impedir que continuem explorando nossa natureza, nossa força de trabalho e nosso país¹⁹.

Figura 8 – Cartaz 5º Congresso Nacional do MST



Brasília ,de 11 a15 de junho de 2007

Fonte: MST

A questão agrário-ambiental no MST, a partir deste momento, passa a conjugar um caráter de denúncia com as mudanças ocorridas no campo brasileiro, principalmente com o avanço do capital transnacional.

De um lado temos o avanço das exportações, de 2000 a 2005. Os produtos agrícolas, por meio dos complexos de carne, soja e sucroalcooleiro, respondiam a 70% das exportações do agronegócio, cenário que se mantém nos anos seguintes. De outro lado, os governos do presidente Lula não atualizaram os índices de produtividade e a política fundiária federal era determinada pelas estratégias de atuação da bancada ruralista no Congresso. Em 2006, dados

¹⁹ Disponível em:
<https://mst.org.br/2007/09/12/linhas-politicas-reafirmadas-no-v-congresso-nacional-do-mst-2007/>

do IBGE sistematizaram como “Áreas com outras ocupações do território” 36,2% do território nacional (308,5 milhões de ha). Segundo Delgado (2013), estas são terras devolutas públicas, ou seja, sem controle público e regulamentação fundiária, o que caracteriza uma enorme pressão e conflitos pela terra principalmente no que se refere à grilagem.

Os governos petistas (Lula e Dilma) tampouco avançaram em outro modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro ou garantiram as promessas de governo de realização de uma reforma agrária. Não só aumentaram os investimentos estatais ao agronegócio, como também tiveram em seus governos lideranças do agronegócio na frente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, como Roberto Rodrigues (Lula) e Kátia Abreu (Dilma).

O balanço da política de assentamento dos governos democráticos é sombrio. A crescente discrepância entre as necessidades imediatas de terra – medida pelo número de famílias em ocupações – e as respostas do Estado – a quantidade de famílias efetivamente assentadas – comprova o absoluto descaso com os problemas do homem pobre no campo. A comparação entre os governos FHC e Lula é ilustrativa. Enquanto no primeiro governo FHC (1995-1998), no auge das lutas do MST, a média do número de famílias assentadas foi 15% inferior à média do número de famílias em ocupações, no último governo Lula (2007-2010), mesmo com o expressivo arrefecimento das ocupações (produto de cooptação de importantes organizações que lideravam a luta pela terra), essa relação saltou para 72% – fato que expressa uma redução de quase sete vezes no número médio de famílias assentadas. Dilma é ainda pior, pois, em seu primeiro ano, os assentamentos foram praticamente paralisados, registrando o menor número de famílias atendidas desde 1999 (Sampaio Jr, 2013, p. 226).

Frente a essa conjuntura de fortalecimento via Estado do desenvolvimento das forças produtivas controladas pelo capital no campo²⁰ e a partir de um acúmulo de experiências concretas na luta de classes, outras formas de produção e técnicas agrícolas, experiências de formação e articulação com outros movimentos sociais no mundo, o MST, em 2011, deu início a um longo processo de debates, seminários e estudos em todas suas instâncias para projetar seu programa agrário que seria referendado o seu VI Congresso Nacional.

4.2 DE ONDE FALAMOS: O MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO NO CONTEXTO DE UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

²⁰ “A agricultura capitalista, ou agricultura patronal, ou agricultura empresarial, ou agronegócio, qualquer que seja o eufemismo utilizado, não pode esconder o que está na sua raiz, na sua lógica: a concentração e a exploração” (Fernandes, 2013, p. 216).

Recorremos anteriormente sobre os temas da questão agrário-ambiental e do projeto de desenvolvimento para o campo brasileiro e na compreensão sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra em sua dimensão de que a luta pela terra também é uma luta que incorpora a luta ambiental. Pretendemos neste momento adentrar na síntese dessas múltiplas determinações ao trazer a materialidade de um caso concreto, o assentamento Mário Lago.

Acreditamos que a especificidade dessa luta por parte das trabalhadoras e trabalhadores possa contribuir com os temas apresentados anteriormente. Tanto pela região que se encontra o município de Ribeirão Preto, um importante polo econômico e político do setor sucroalcooleiro, como por ser o primeiro assentamento no Brasil o qual teve sua desapropriação relacionada ao inciso II do artigo 186 da Constituição referente à prerrogativa de que para cumprir a função social da terra a propriedade deve realizar a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente.

O município de Ribeirão Preto, antes de sua fundação, já era habitado por colonos, principalmente oriundo do sul de Minas Gerais que tinham como sua principal atividade produtiva a criação de gado. Sua fundação oficial se deu no ano de 1856, a partir da expansão cafeeira paulista com a ocupação das terras em direção ao eixo Campinas/Ribeirão Preto.

Neste período, o município passou por um enorme crescimento, principalmente pela construção da linha férrea, o que possibilitou com maior facilidade o aproveitamento das condições naturais, destacando-se o solo de terra roxa e a disponibilidade de água para a agricultura. Em pouco menos de 60 anos, muitas fortunas já haviam surgido e a cidade contava com um considerável desenvolvimento entre indústrias e diversas associações privadas, entre elas clubes beneficentes, organizações de trabalhadores e empresários (Walker e Barbosa, 2000).

Com a crise do café desponta a produção de cana-de-açúcar inserida em um contexto de desenvolvimento das atividades políticas e econômicas do país. A criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), em 1933, promoveu o deslocamento do centro produtor nacional de açúcar e álcool para a região Centro-Oeste do país, o que favoreceu diretamente a região e o município de Ribeirão Preto. Contudo, até os anos 1960 o café ainda era a principal atividade econômica do município. Na década de 1970, incentivado pelo Proálcool, a agroindústria sucroalcooleira passou a ser o polo econômico mais dinâmico no município e da região. Em 1990, a cidade ganhou o título de Califórnia Brasileira ao igualar seu PIB per capita ao estado da Califórnia, EUA, substituído pelo atual de Capital Brasileira do Agronegócio, título este estampado em todas as entradas da cidade (Aquino, 2010).

O reordenamento das forças produtivas e o pacote tecnológico no campo se materializam na região pelo setor sucroalcooleiro. A expansão da cana-de-açúcar na região agrega os aspectos patrimonialistas - manutenção dos privilégios das elites latifundiárias e conversão dos seus objetivos em interesses gerais - ao avançar no campo e gerar uma expansão de novas usinas, além da inserção de terras novas ao processo produtivo. A propriedade privada da terra mais uma vez se torna uma estratégia da elite agrária de expansão territorial para o setor.

O conflito social no campo paulista surge como consequência de áreas que apresentam irregularidades jurídicas dos títulos de propriedade, da presença de latifúndios de pecuária extensiva e do agronegócio exportador que excluíram um contingente de trabalhadores rurais e que, por sua vez, não podem ser absorvidos pelos postos de trabalho no meio urbano. O estado de São Paulo, pelos altos índices de industrialização, com a maior renda per capita, alta urbanização e uma concentração da maior parcela do PIB agropecuário e agroindustrial do país, tem se forjado ao longo do tempo como modelo de desenvolvimento nacional.

Todavia, este aparente desenvolvimento econômico esconde os problemas sociais existentes. Para alcançar este patamar foi e ainda é necessária a espoliação da natureza, a superexploração do trabalho e a expropriação das terras de trabalhadores rurais e pequenos agricultores. Inserido neste contexto está o município de Ribeirão Preto, no interior de SP. Referência no êxito do agronegócio, o município faz parte da bacia hidrográfica do Rio Pardo, região que possui 35% de todas as usinas do estado de São Paulo, totalizando o número de 62, na qual 73,5% de sua área agrícola ocupada pelo cultivo de cana-de-açúcar²¹.

As lutas dos trabalhadores também estiveram presentes no histórico da região, principalmente nos anos 80, sendo a mais conhecida a Greve de Guariba. Até os anos 90 houve um fortalecimento dos sindicatos rurais, a partir de então as lutas deixam de ser apenas pelas condições de trabalho e passam também a disputar os territórios. As primeiras ocupações de terra na região são em torno à antiga linha de trem da Ferrovia Paulista (FEPASA) em Hortos destinados à produção de eucalipto e pinus destinados para mourões da ferrovia. Deste período temos o Assentamento Guarany, em Pradópolis, ocupado em 1992, e o Assentamento Mário Covas em São Simão, ocupado em 1996.

A territorialização do MST na região contou com os processos anteriores de luta dos trabalhadores rurais realizados na região, a presença de um movimento sindical ativo,

²¹ Dados apresentados pelo Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins na mesa “Meio Ambiente, questão agrária e direito na zona canavieira” em 29/05/2021. Acesso: https://m.youtube.com/channel/UCrnTJGWLJtC87wbkgP6ZHJQ/videos?view=2&live_view=502

principalmente o sindicato dos Correios em Ribeirão Preto e dos Sapateiros em Franca, e a Arquidiocese de Ribeirão Preto, a qual possuía uma postura progressista no período. Estas relações se fortaleceram com a passagem da Marcha Nacional da Reforma Agrária, em 1997. A primeira ocupação de terras resultado dessa articulação se deu no município de Restinga (SP) no ano de 1998, hoje o assentamento 17 de Abril.

No ano de 1999, uma brigada de militantes do MST se desloca para Ribeirão Preto e com um prédio cedido pelo doutor Said Halah se instala uma Secretaria Regional do MST. A partir deste momento e das alianças políticas consolidadas começam a realizar um trabalho de base na região para novas ocupações de terra, que resultaram nos anos 2000 na ocupação Sepé Tiarajú, no município de Serra Azul (Firmiano, 2009).

Como apontamos no capítulo anterior, mesmo o conceito de Reforma Agrária Popular ter sido referendado no VI Congresso do MST em 2014, o Movimento já concebia uma nova leitura da realidade assim como a necessidade de conceber também outras experiências de assentamentos rurais. Deste modo, a região de Ribeirão é, neste contexto, um dos locais no qual estas novas formas vão se consolidando no interior da organização.

As contradições colocadas para o campo como vimos colocam a luta pela terra em outro patamar, não se restringem às questões econômicas e sociais, mas vão se tornando uma disputa de projeto político para o campo. Neste sentido, o MST busca materializar nos seus assentamentos práticas que respondam às necessidades colocadas pela conjuntura como também, nelas próprias, haja estratégias que possam consolidar outro modelo. Esta nova forma de assentamento vai se caracterizar como Comunas da Terra, que têm entre suas características:

Caracterizam-se por um perfil de público originário da periferia dos grandes centros urbanos; consolidados os assentamentos, as terras geralmente se situam próximas às grandes cidades, tendo unidades produtivas em geral menores de 5 hectares. A Agroecologia e cooperação agrícola encontram importante adesão e o acesso a terra incorpora diversas formas coletivas (Gasparin *et al.*, 2021, p. 26).

As Comunas também se colocam com um potencial de contestar a ideia de não existir mais possibilidades de terras para fins da reforma agrária, principalmente nas proximidades de grandes centros urbanos. Na região de Ribeirão Preto os assentamentos não só disputam com o modelo hegemônico do agronegócio como se propõem a construir outra perspectiva de uso e ocupação das terras, como foi o caso do assentamento Sepé Tiarajú:

A implementação do primeiro assentamento no modelo do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), no Estado de São Paulo, foi uma grande conquista para os trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra. Isso porque, através da coletividade organizada, desafiam-se a construir um assentamento que privilegie a convivência ecossistêmica com vários setores da sociedade e da região de Ribeirão

Preto, em detrimento do modelo produtivista degradante do ser humano e da natureza (Sistematização de experiências agroecológicas do MST, 2007, p. 43).

As Comunas, elaboração de novas formas de assentamento pelo MST, do ponto de vista institucional se enquadram nos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), modalidade criada pelo INCRA em 1999 com base nas experiências das Reservas Extrativistas da Amazônia, com as características:

- Projetos de Assentamento estabelecidos para o desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas e dirigido para populações tradicionais (ribeirinhos, comunidades extrativistas, etc.);
- Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do Incra;
- Aporte de recursos de crédito Apoio Instalação e de crédito de produção (Pronaf A e C) de responsabilidade do Governo Federal;
- Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União;
- Não há a individualização de parcelas (Titulação coletiva – fração ideal) e a titulação é de responsabilidade da União²²

Aqui dois elementos são importantes na definição do INCRA. O primeiro se refere às atividades ambientalmente diferenciadas ou de interesse ambiental, são projetos que remetem a preservação e recuperação da vegetação e da biodiversidade e da promoção do desenvolvimento sustentável nos territórios. Efetivando-se a partir do manejo ecológico, utilizando-se apenas de áreas já desmatadas ou por técnicas agroflorestais em que o plantio é feito, mantendo-se a mata nativa preservada.

Outro elemento diz respeito à titulação se dar na forma de uma concessão de direito real de uso (CDRU), que pode ser em nome de uma associação ou cooperativa com personalidade jurídica própria, ou no nome dos próprios assentados coletivamente. Esta forma de titulação sempre foi uma bandeira do MST ao entender que a terra enquanto bem comum não pode ser uma propriedade privada. Assim, ao ser assentada a pessoa conquista o direito de uso e hereditário da terra. No caso específico das Comunas, a terra não se caracterizar enquanto propriedade privada é também uma tática de tentar barrar a especulação imobiliária, principalmente nos locais próximos a grandes centros urbanos.

No estado de São Paulo, segundo os dados do INCRA, são 285 Projetos de assentamentos em uma área de 365.372,947 hectares e com 17.897 famílias assentadas. Desse total de assentamentos apenas 20 se enquadram na modalidade PDS. Abaixo apresentamos a tabela com o nome, município e a data do ato de criação pelo INCRA, ou seja, não é a mesma data em que a ocupação das áreas ocorreu, visto a lentidão dos processos de obtenção de terras para fins da reforma agrária.

²² Disponível em: <https://antigo.incra.gov.br/pt/assentamentosmodalidades.html>. Acesso em: 16/08/2021

Quadro 3 – PDS em São Paulo

	Nome	Município	Ano
1	PDS SEPE TIARAJU	Serra Azul	2004
2	PDS ASSENTAMENTO AGROAMBIENTAL ALVES, TEIXEIRA E PEREIRA	Eldorado	2005
3	PDS MANOEL NETO	Taubaté	2005
4	PDS OLGA BENÁRIO	Tremembé	2005
5	PDS SANTA HELENA	São Carlos	2005
6	PDS COMUNIDADE AGRARIA 21 DE DEZEMBRO	Descalvado	2006
7	PDS EMERG. COMUNA DA TERRA MILTON SANTOS	Americana	2006
8	PDS SÃO LUIZ	Cajamar	2006
9	PDS PROFESSOR LUIZ DE DAVID MACEDO	Apiáí	2006
10	PDS RIBEIRÃO DO PIO	Miracatu	2006
11	PDS EMERGENCIAL BOA ESPERANÇA	São Matheus	2006
12	PDS EMERGENCIAL BOM JESUS	Iepê	2006
13	PDS PROJ. DE DESENVOL. SUSTENTÁVEL COMUNIDADE DE REMANESCENTES DE QUILOMBO DA CAÇANDOCA	Ubatuba	2007
14	PDS DA BARRA	Ribeirão Preto	2007
15	PDS AGROECOLÓGICO	Itanhaém	2007
16	PDS AGROECOLÓGICO HUGO MAZZILLI	Caconde	2008
17	PDS ELIZABETH TEIXEIRA	Limeira	2008
18	PDS COMUNIDADE AGRÁRIA AURORA	Descalvado	2008
19	PDS FAZENDA VARGEM DO RIO JUNDIAÍ	Mogi das Cruzes	2012
20	PDS SANTO ÂNGELO	Mogi das Cruzes	2013

Fonte: INCRA, 2021.

Todos os PDS foram criados nos governos PT e destes dois estão na região de Ribeirão Preto, Sepé Tiarajú e PDS da Barra. Cabe ressaltar que há um hiato entre o reconhecimento e as responsabilidades da União com os assentamentos e o que ocorre na prática. Muitos assentamentos não têm a infraestrutura básica realizada, os créditos desde a construção da moradia ao desenvolvimento da produção não são acessados pelas famílias. Elementos estes que fortalecem os discursos contrários a realização da reforma agrária, culpabilizando as famílias e não o Estado pelas condições, muitas vezes precárias, dos assentamentos.

Outro elemento a ser destacado é que muitos assentamentos, mesmo não sendo considerados PDS, desenvolvem manejos sustentáveis e realizam uma produção agroecológica, o que tem sido uma das prioridades do MST: a transição agroecológica e a produção de alimentos saudáveis. Aqui entendemos as experiências concretas a partir dos acampamentos e assentamentos do MST não enquanto uma contradição interna, mas sim parte de uma totalidade que articula as especificidades com o todo. O fazer-se classe não é uma relação estanque com divisões, mas sim constituído de processos.

Para o MST, o assentamento é território da produção da existência; a terra é equivalente ao trabalho e é a partir dela que se estrutura o que poderíamos chamar de socialização da vida econômica, política e cultural. Para Fernandes, esta é a condição fundamental do desenvolvimento das experiências no território onde os grupos reproduzem as condições de sua existência. A permanência na terra constitui, assim, o lugar por excelência da construção de experiências comuns, como um projeto político de vida, um projeto de sobrevivência da identidade do sujeito histórico (1999, p. 238). Desse modo, espaço social, lugar social, território e esses grupos sociais (ou sujeitos da história presente da qual participam) são os elementos necessários para a compreensão do fenômeno do desenvolvimento social, político, econômico e cultural, iniciado no processo de ocupação de terras (Firmiano, 2009, p. 122).

Como parte do todo e na experiência dialética deste processo, a seguir trataremos o caso da Fazenda da Barra, primeira desapropriação realizada pela questão ambiental em um dos centros mais relevantes do agronegócio no Brasil, a região de Ribeirão Preto. O assentamento se enquadra na proposta das Comunas da Terra e carrega em sua história muitas conquistas e desafios.

4.3 O CAMPO EM DISPUTA: A FAZENDA DA BARRA

A Fazenda da Barra está situada próxima ao bairro Ribeirão Verde, em Ribeirão Preto, e marca a divisa entre o meio urbano e o rural da cidade. Seus limites são definidos pela rodovia Anhanguera, na altura do km 361, e o rio Pardo, um antigo latifúndio de 1.780

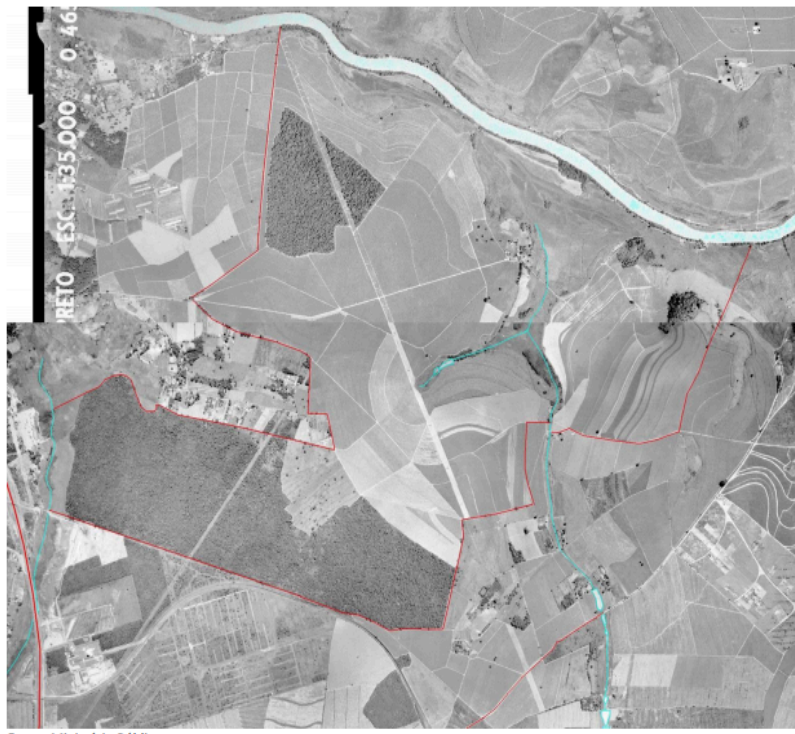
hectares, alvo de denúncias por crimes ambientais desde 1992 realizadas pelo Ministério Público, Polícia Federal e Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais (DPRN).

A Fazenda pertencia à Fundação Sinhá Junqueira e era arrendada pela Usina da Pedra para o cultivo de cana-de-açúcar. Em 1984 ainda possuía 20% de sua área de reserva, como previsto em lei, um total de 300 ha. Cenário que começou a mudar. Com o intuito de expandir a área de cultivo houve um grande desmatamento nas áreas de proteção ambiental (reserva legal e área de preservação permanente) e drenagem das áreas de várzea do Rio Pardo. No ano de 1993 foi aberta uma ação civil pública onde constataram as irregularidades ambientais, este processo foi retomado em 2000, quando o Ministério Público realizou uma vistoria ambiental na Fazenda da Barra na qual são novamente apontados os crimes ambientais lá cometidos²³ (Aguiar, 2011).

Nesta primeira ação civil pública constatou-se que dos 358,16 ha pertencentes à reserva legal obrigatória, 235,99 ha foram derrubados para o plantio de cana. Nas figuras a seguir é possível ver as áreas desmatadas motivadoras para as ações do DPRN e do Ministério Público.

Figura 9 – Mapa da Fazenda da Barra, 1984

²³ Documento da vistoria em anexo.



Fonte: Aguiar, 2011.

Figura 10 – Mapa da Fazenda da Barra, 2000.



Fonte: Aguiar, 2011.

Figura 11 – Mapa da Fazenda da Barra, 2021.



Fonte: Google Maps, 2021.

Nas três imagens acima podemos visualizar que contar a história da Fazenda da Barra também é contar a forma na qual se deu ocupação e o projeto de desenvolvimento econômico para o campo na região. Sua história carrega consigo a espoliação deste modelo de produção sobre a natureza, o domínio da elite agrária, o conflito em torno da questão agrário-ambiental e o envolvimento de diversos atores do Estado e de movimentos sociais. Portanto, a riqueza deste cenário nos proporciona encontrar uma síntese de múltiplas determinações que nos auxiliam na compreensão de movimentos mais gerais do conflito em torno da questão agrário-ambiental.

Como apontado, nossa hipótese é de que na luta pelo assentamento Mário Lago a questão agrário-ambiental não estão dissociadas. Arbarotti (2018), em um estudo realizado sobre as disputas e hierarquias em torno do acesso à água no Assentamento Reunidas, município de Promissão SP, afirma a concepção que compartilhamos da totalidade que a terra possui para os assentados.

Ao contar a história do Assentamento e das pessoas envolvidas nesse processo, a proposta é demonstrar os elementos culturais e as visões de mundo e a ligação com a terra dos assentados. Uma visão de mundo e uma forma de encarar a terra como algo constitutivo de suas identidades, em um sentido místico e religioso. Terra vista como um elemento totalizante e não fragmentado, pois terra é igual a água, ar, matas, rios, família e trabalho (Arbarotti, 2018, p. 16).

O autor ressalta que foi fundamental partir da experiência dos assentados, de sua relação com a terra para assim compreender a questão por ele colocada inicialmente sobre as questões ambientais na perspectiva dos assentados.

Acrescentamos ainda que a trajetória da antiga Fazenda da Barra até a conquista do assentamento Mário Lago perpassa a história de diversas pessoas e de gerações de famílias que também se transformaram com a transformação da própria terra. Não é incomum encontrar entre as assentadas e os assentados do Mário Lago pessoas que iniciaram sua relação com a antiga Fazenda da Barra antes da chegada do MST e da consolidação do assentamento. São pessoas que já trabalharam no local ou que tiveram familiares que trabalharam.

Uma dessas histórias é contada pelo entrevistado 1, o qual além dele seu pai e seu avô também trabalharam na antiga fazenda da Barra. O assentado nos apresenta de forma muito clara o modus operandi da agricultura e sua relação com o meio ambiente. Conta-nos que na época do seu avô, tempo estimado por ele como sendo há 50 anos, a fazenda era destinada ao gado e o trabalho de seu progenitor era de patroleiro:

Entrevistado 1: Ele ajudava desmatar, ele falou que os caras vinham e punham fogo em uma noite e ele vinha com a Patrol no outro dia uma corrente assim derrubando o resto, derrubando da queimada. Fazia aquilo por ignorância, ainda mais patrão naquela época, imagina 50 anos atrás, onde sua família não tem comodidade nenhuma, não tem uma televisão, não tem nada. Hoje em dia o mundo mudou muito, mas há 50 anos ter um prato de comida era uma coisa rara [...]. Primeiro derrubaram e veio pasto, aí passaram muitos anos e foi derrubando aos poucos. Porque a história de Ribeirão Preto também é aquele negócio.

A época em que seu pai trabalhou na antiga fazenda da Barra coincidiu com a transição do gado para o café. Ele mesmo trabalhou na colheita de café com 14 anos de idade na cidade de Serrana e mais tarde trabalhou na própria fazenda da Barra, mas já na colheita de cana-de-açúcar. Ao contar sua história e de sua família, o entrevistado evidencia a própria história do modelo de agricultura, que se desenvolve incorporando novas terras e expandindo cada vez mais ao custo da degradação ambiental. Cada ciclo econômico (o gado, o café, a cana) carrega consigo a espoliação dos bens naturais e o controle da propriedade privada da terra que passou dos Bieto, primeiros arrendatários, e depois aos Junqueira, ambas as famílias ditas tradicionais do município e grandes proprietárias de terras.

O entrevistado associa a cana-de-açúcar hoje à destruição total do meio ambiente. Conta que não foram poucos os processos de assoreamento das lagoas, nascentes e dos varjões que existiam na antiga Barra como forma de introduzir novos pedaços de terra ao cultivo.

Entrevistado 1: Na verdade, não é que eles pegavam a água, o maior problema da cana é que eles drenavam a água que existia para poder plantar cana. No Varjão drenavam tudo, assoreavam, derrubavam as matas que ficavam e plantavam cana. Onde era a antiga lagoa, eles assorearam, derrubou, passou a grade, as máquinas, e plantou cana. Derrubou as árvores e plantou cana. Então na fazenda eles não usavam a água para plantar cana só que eles acabam com a água para plantar a cana.

Esta forma de se apropriar da terra, e principalmente da água associada à importância do território para o Aquífero Guarani, foi o motivo central da luta para desapropriação da fazenda como também a questão ambiental está no imaginário e se materializa nas propostas hoje da forma da produção agroflorestal realizada no assentamento Mário Lago. O entrevistado 1 faz parte da cooperativa Comuna da Terra e toda sua produção é agroecológica. Para ele, o mínimo a ser feito é a produção orgânica. A proposta tem que ir muito mais além segundo o assentado. Sua fala e sua prática hoje parecem cumprir os passos de uma conversa que teve com o avô antes de falecer: “antes de o meu avô falecer ele falou assim, ainda bem que sobrou um da família para refazer aquilo que eu fiz de errado”.

Os relatos das assentadas e dos assentados são fundamentais, pois para além de trazer as narrativas dos próprios sujeitos que participaram deste processo e que muitas vezes são vozes silenciadas, nos possibilitam detalhes, vivências e subjetividades. Assim, ao tentar reconstruir essa história, faremos com o aporte dessas experiências vividas.

Uma conjunção de elementos no período possibilitou a luta da Fazenda da Barra pelo MST. O Movimento já tinha se territorializado na região, com o assentamento 17 de Abril em Restinga, o assentamento Sepé Tiarajú em Serra Azul e o Centro de Formação Dom Hélder Câmara, localizado no sítio Pau D’Alho, este último fruto de uma parceria com a arquidiocese de Ribeirão Preto em 2002. As alianças políticas com os sindicatos, igreja e partidos estavam consolidadas como também havia uma série de denúncias em relação ao passivo ambiental da fazenda da Barra.

Ao mesmo tempo em que ocorria o processo de construção do reconhecimento entre sujeitos, ampliação de bases de luta, trabalho de base, outro importante aliado emerge em apoio à luta dos sem-terra: a Associação Ecológica Pau Brasil, entidade ambientalista de Ribeirão Preto. Com essa aproximação, ocorreu a troca de muitos conhecimentos acerca da questão ecológica local, o problema das queimadas, os riscos e os danos causados pela monocultura, o desmatamento, o uso abusivo dos agrotóxicos. Questões, aliás, muito anteriores à chegada do MST na região. Nesse momento, descobriu-se que no município existiam grandes áreas de recarga do aquífero Guarani, num espaço de fronteira entre o perímetro urbano e a área rural de Ribeirão Preto. O aquífero é um reservatório subterrâneo que se estende por quatro países da América Latina: Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai. As áreas de recarga são os lugares onde o aquífero se encontra mais próximo da superfície da terra e a composição do solo permite as águas das chuvas o alcancem mais rapidamente e em maior quantidade (Firmiano, 2009, p. 106).

Então, em agosto de 2003, cerca de quatrocentas famílias organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ocupou uma área vizinha da Fazenda da Barra, o sítio Braghetto. Com o intuito de pressionar o governo federal a realizar a desapropriação do imóvel, uma vez que o processo já estava em andamento, e para que não se interrompesse o processo judicial de desapropriação²⁴, a fazenda da Barra não foi ocupada. Assim iniciava-se o acampamento Mário Lago, uma homenagem ao ator e compositor e militante do PCB; e Mar Rio Lago, onde a luta pela terra encontra a luta pelas águas.

No processo da luta são realizadas duas marchas na cidade de Ribeirão Preto, a primeira em setembro de 2003 com cerca de quatrocentos participantes, entre estes acampados e aliados do MST, com o caráter de denúncia, e a segunda, em novembro do mesmo ano, a fim de pressionar o governo local. Em 2004, as famílias realizaram uma nova ocupação, na própria Fazenda da Barra, se instalando definitivamente com cerca de quatrocentas famílias. Em dezembro de 2004, o então presidente da República, Lula, assinou o decreto destinando a área para fins de reforma agrária.

Neste período, mesmo ainda não institucionalizada a criação do assentamento, as famílias já moravam dentro da fazenda no então acampamento Mário Lago. Na época foram realizadas rodadas de discussão para debater coletivamente o projeto de assentamento que as famílias pretendiam como forma de exercer o controle político da comunidade na proposta a ser apresentada ao INCRA, assim as famílias firmaram o compromisso do cuidado com o meio ambiente, posse coletiva da terra e do trabalho em cooperação. Ali, a luta pela reforma agrária refletia a consciência ambiental, social, política, econômica, cultural e, principalmente, se consolidava o local das relações sociais, de vida, moradia e produção.

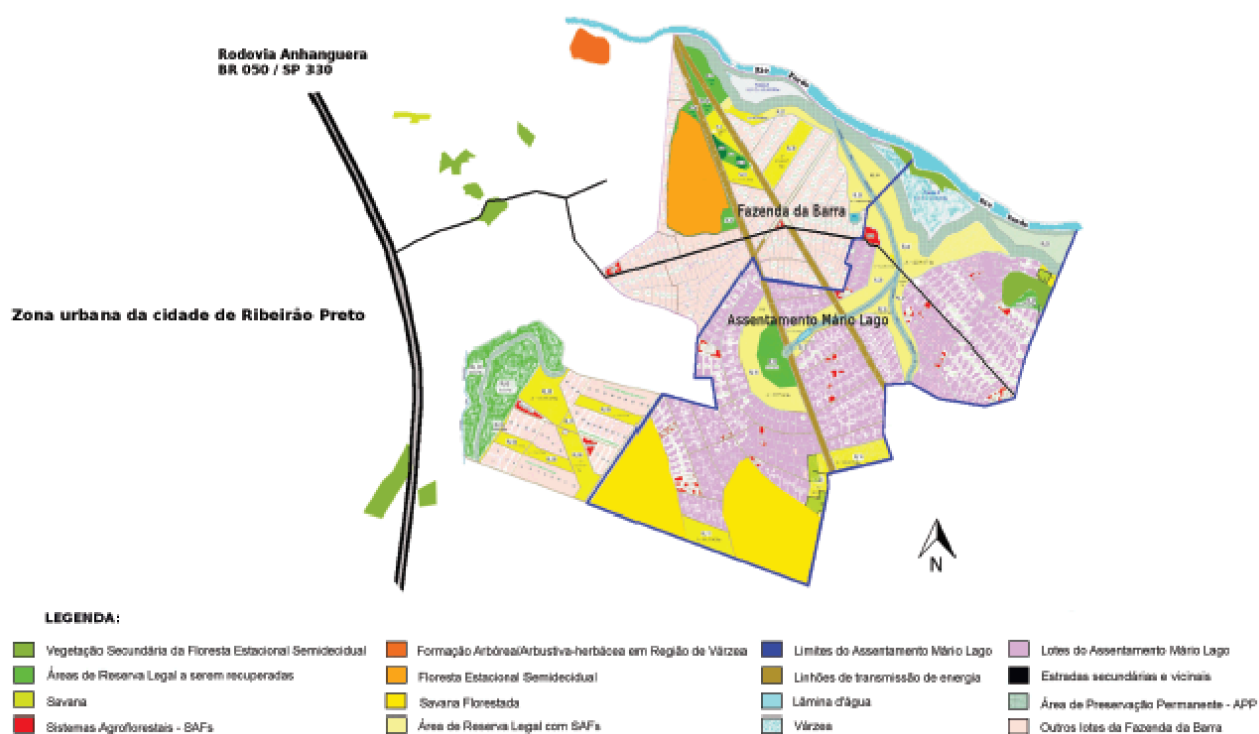
Já em 2005, as famílias do Pré-Assentamento “Mário Lago” tornaram-se produtoras de alimentos suprimindo grande parte da demanda do município de Ribeirão Preto, com uma safra estimada de 30 toneladas de milho, 15 toneladas de feijão e 20 toneladas de mandioca (Sistematização das experiências agroecológicas, 2007, p. 47).

Em agosto de 2006, a Justiça Federal de Ribeirão Preto, por meio do juiz Nelson Porfírio, autorizou o INCRA a construir o assentamento rural na antiga fazenda da Barra. Deste modo, o enfrentamento se deslocou para o Estado na luta pela constituição legal e imediata do assentamento Mário Lago – o que ocorreria somente em junho de 2007, quando o território passaria a ser juridicamente reconhecido como área destinada para fins de reforma agrária. No mesmo ano a Justiça garantiu a emissão da posse às famílias. Atualmente, a antiga

²⁴ Medida Provisória nº 2.027-38/2000, já mencionada no capítulo 2, que impedia a vistoria em terras ocupadas e sua desapropriação para fins de Reforma Agrária no período de dois anos, podendo esse prazo ser prorrogado, no caso de reincidência na ocupação.

Fazenda da Barra acolhe 4 assentamentos e possui 468 lotes. O Mário Lago, organizado por 264 famílias do MST; o Santo Dias, com 111 famílias do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST); o Índio Galdino, movimento autônomo, possui 40 famílias; e o Luiza Mahin com 53 famílias também de movimento autônomo (PRA, 2014).

Figura 12 – Mapa do Assentamento Mário Lago



Fonte: EMBRAPA, 2016.

O período de acampamento é um momento muito marcante na vida das pessoas, há uma dificuldade em relação às estruturas, as famílias moram em barracos feitos de madeiras, lonas e outros materiais que tenham a sua disposição. Muitas das vezes, como foi o caso do Mário Lago, não há acesso à energia e à água, assim muitas das famílias vão para as ocupações por falta de condições de vida na cidade. A precarização das condições de vida pela falta de emprego, pela falta de condições de pagar o aluguel, pela violência alguns entre tantos motivos que levam as pessoas a verem os acampamentos como possibilidade de reconstruir suas vidas. Este é um espaço também marcado por muitos conflitos internos, fato que refletiu na configuração do PDS da Barra possuir outros movimentos originados pelo conflito entre as forças populares:

[...] o acampamento é espaço do conflito interpessoal; por vezes, de brigas entre as pessoas, pois, afinal, estas vêm do contexto de profunda degeneração moral,

expropriação material e das relações de violência na periferia dos centros urbanos. Contudo, a busca do distanciamento dessas relações por sua integração às bases de luta pela terra, junto com o MST e com inúmeras famílias em situação similar, também agrega o horizonte das relações circunscritas no cotidiano (Firmiano, 2004, p. 100).

Soma-se a isso a questão da insegurança na própria luta. O medo do despejo pela polícia, os próprios conflitos internos entre as pessoas na construção de uma nova forma de se relacionar. Contudo, é um momento de muita união pelas inseguranças e necessidades em comum. Cria-se, neste contexto, um momento de grande aprendizado e solidariedade. Em muitos relatos das e dos assentados é presente um carinho nas falas sobre o período de acampamento, mesmo diante das dificuldades encontradas.

Um dos entrevistados, como tantos outros assentados, tem sua origem urbana e decide se somar no acampamento. Anteriormente era perueiro e no período já participava da luta para a legalização desse tipo de transporte. Ao fazer a linha nas periferias de Ribeirão Preto, viu o acampamento. Segundo ele foi à primeira aproximação que teve com o MST: “eu não sabia e não conhecia e nem tinha ouvido falar. Na realidade achei muito estranho porque o MST existia faz muito tempo no Brasil e só vim conhecer o MST aqui em Ribeirão Preto; e porque via um acampamento”. Ao lembrar este período nos relata como era o acampamento:

Entrevistado 5: Aqui foi tudo marcado pelas famílias nos locais onde tinha acesso, as estradas, os corredores de cana, os linhões de energia. E então foi delimitado um pedaço de terra que era marcado na corda, acredito que era 30 por 100 mais ou menos cada espaço e eu lembro que comigo vieram um tanto de colega meu. Na realidade, só eu que fiquei, mas veio um tanto de gente aqui e aí marcava na corda. Nesse tempo eu já fiz o meu barraco. O barraco era de lona mesmo, o meu eu nem sabia, nunca tinha feito um barraco. Eu fiz um barraco grandão que parecia um circo, mas ele resistiu até a conquista da área.

Não tinha nada disso (energia e água) a gente se organizava, colocava umas lâmpadas de bateria, vela candeiro, era desse jeito que a gente sobrevivia. E da água, o DAERP trazia um caminhão que passava aqui a cada 15 dias e colocava água em um reservatório, caixa d'água, tambor que a gente colocava na porta do barraco ou se você precisasse de mais água você teria que buscar na mina. Tinham algumas minas aqui. Então às pessoas buscavam de carrinho, de carro e trazia. Então nessa época a gente não tinha nem energia e nem água.

Durante a entrevista - fato que deve ser relatado, pois na leitura não fica claro são a entonação e sentimentos que se apresentam durante, - ao falar do barraco que parecia um circo, resgata-se toda uma memória do entrevistado. Não raras às vezes as pessoas se lembram do acampamento de forma engraçada, como se fossem relatos de uma aventura e todas as dificuldades passadas se tornam causos dessa narrativa.

Outro elemento importante destacado durante as entrevistas é a questão da auto-organização das pessoas, marcando ao mesmo tempo a ausência das instituições públicas

e a valorização desse processo. Assentada no Mário Lago, e que vivenciou a época de acampamento, também traz o relato deste período e das dificuldades encontradas:

Entrevistada 2: Não tinha água, não tinha luz. A água era o caminhão-pipa que trazia. A Laurinha tinha uma cisterna, eu cheguei a buscar água nela. E eu ia buscar de carroça essa água, às vezes eu trazia de casa também porque eu vinha aqui todo dia e comprava água do finado do seu Décio. A gente não tinha água para beber, a água que vinha era da DAERP, vinha naquele caminhão que carrega todo tipo de água e a água da chuva, mesmo assim a gente bebia, não tinha outra. Dentro de casa era gerador e bateria, bateria de carro.

A entrevistada era funcionária do HC e após um acidente que ficou afastada por um longo período do trabalho conheceu o acampamento através de um ex-marido:

Entrevistada 2: Depois ele me trouxe, quando eu cheguei aqui eu amei isso aqui. Por quê? Eu estava em uma situação muito difícil, há um ano eu tinha pedido meu pai e 11 meses depois eu perdi meu filho. Isso daqui foi um achado para minha mãe. E aí eu já fiz a minha casinha, estou aqui até hoje, faz 16 anos.

Durante a entrevista trazia em sua fala um sentimento de muita gratidão ao que viveu e não raras vezes dizia que ir para ao acampamento tinha salvado a vida dela e da mãe que sofria de depressão. O que traz a dimensão não só econômica sobre a ida para o acampamento, mas das próprias relações sociais que lá são construídas e permanecem. No dia que combinamos de realizar a entrevista ela fez questão de que fosse realizada na casa de outra assentada, sua vizinha e amiga desde o período de acampamento, assim a entrevista foi realizada com as duas.

A outra assentada vinda do Maranhão, já conhecia o MST lá, onde amigos, segundo ela, tinham conquistado a terra, mas no período ela não queria colóio com os Sem Terra. Ao contrário da entrevistada 2, que logo se apaixonou pelo acampamento, esta disse que sua aproximação foi feita por um convite do presidente do sindicato dos correios e que foi seu marido quem foi acampar.

Entrevistada 3: Meu marido ficava aí sozinho, daí eu já vinha ficava um dia, outra vez eu vim eu ficava dois dias. Um dia ele chegou e me disse: “você está no setor da finança pelo núcleo”. Eu disse que já que não iria participar disso e ele disse que então teria que ir embora porque tem que ter uma pessoa por barraco para cumprir essa função e se eu for eu não consigo trabalhar. Eu falei “então tá bom, um dia que tiver a reunião eu pego um mototáxi participo”.

Daí eu cheguei na reunião da Finanças, no meu pensamento era só de dinheiro que iam falar, quando eu cheguei lá cada pessoa estava com um livro estudando. Daí eu pensei “caramba que Finanças que é essa aqui”? Daí eu fui gostando, eu sempre gostei de me aprofundar nessas coisas de estudo, sou curiosa.

Daí eu falei para ele “terça-feira vai ter reunião de novo e eu não vou perder mais nenhuma, eu pensei que era só para falar de dinheiro”. Depois falei que ia na segunda e ia embora na quinta e fui ficando.

Vale destacar que o estudo no setor de finanças na fala é o processo de formação política que o MST realizou na época de acampamento, o qual era realizado tanto nos setores como nos núcleos de moradia em que as famílias estavam organizadas. Do período de

acampamento, as falas relatam as dificuldades do não acesso à água e a precária distribuição que era feita pela prefeitura no período, inclusive aponta a questão da falta de qualidade desta para o consumo. Porém era a única possibilidade para muitas das famílias que lá viviam.

O MST, entendido aqui como instrumento de organização da classe trabalhadora, é vivido no cotidiano das pessoas. A sua unidade político-ideológica se dá a partir da construção de suas simbologias, linhas políticas e processos formativos os quais compreende sua totalidade que é vivida a partir da experiência dessas pessoas no sentido de Thompson:

Retornam como sujeitos, dentro deste termo - não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (Thompson, 1981, p. 182).

Internamente no MST e nos espaços públicos que participam é recorrente a afirmação que a conquista da terra é a primeira luta dentre muitas outras que virão. Isso se relaciona diretamente ao fato que não basta possuir a terra se não existirem as condições mínimas para poder viver, ou seja, que os direitos mínimos estejam garantidos. Sejam eles direito a uma moradia digna, acesso à educação e saúde, ao saneamento básico e acesso à água, apenas para citar alguns entre tantos outros.

Passado 16 anos da sua constituição jurídica e 20 anos de lutas das famílias, as conquistas destes direitos ainda não estão garantidas às famílias da antiga Fazenda da Barra, que hoje recebe o nome de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) da Fazenda da Barra. Durante três anos (2007-2010) ocorreram diversas audiências públicas para formulação do projeto de assentamento a ser executado, que consolidaram o Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta (TAC) firmado com a presença do Ministério Público, INCRA, MST e representantes da sociedade civil. Durante este período, simultaneamente às audiências, muitas ações foram realizadas, tanto lutas por parte do MST para a garantia de infraestruturas como também uma série de intervenções do INCRA no interior do assentamento.

Como já abordado, rodadas de debate foram realizadas para elaborar o projeto de assentamento pelas famílias no intuito de construir o controle político do território pela comunidade e assim apresentar a proposta ao INCRA. Neste processo foram realizados três grandes debates com os núcleos de base após terem firmado os compromissos coletivos em uma assembleia geral, os quais se tornariam os pilares das discussões futuras. A primeira rodada iniciou com uma análise de conjuntura e abriram-se questões ligadas ao meio ambiente, estrutura comunitária, produção e comercialização. O tema da segunda rodada

contou com um estudo sobre um texto do MST, “Elementos a serem considerados na implantação de novos assentamentos”. Também foi elaborado um material para que se pudesse aprofundar em outros temas que as famílias achassem importante estar presente no projeto de assentamento, a saber:

Aspectos sociais: educação, saúde, juventude, controle político, gênero, formação e cultura;

Aspectos estruturais: corte da área, estradas, energia, saneamento, moradia, locomoção e comunicação;

Aspectos de produção, meio ambiente, cooperação, industrialização, comercialização e finanças (Sistematização de experiências agroecológicas do MST, 2007, p. 47-49).

Das discussões sobre o projeto de assentamento os entrevistados relatam:

Entrevistado 5: a nossa organização enquanto acampados era muito organizada, a gente era nucleado, então eram vários núcleos onde tinham os coordenadores dos núcleos, os coordenadores dos setores. Entre os setores tinha o setor de produção e nesse setor a gente discutia muito a questão de como seria a área de quando se tornasse assentamento, qual o tipo de agricultura que a gente poderia produzir aqui, qual tamanho. Todas essas discussões voltadas para produção eram feitas nestes setores. Então a gente discutia também muito essa questão da agroecologia.

A gente sabia que era um número muito grande de famílias, a gente já tinha decidido para que todos aqueles que estavam na luta fossem assentados, não importava o tamanho do lote que tocasse para cada um. Aqui é uma área de afloramento do Aquífero, então a Fazenda também estava sendo desapropriada pela questão ambiental. Então nada mais justo do que a gente restaurar os biomas que existiam praticando um tipo de agricultura sustentável, essa foi a nossa discussão sempre pelo movimento.

Entrevistada 3: Eu lembro um pouco do que a gente tinha que se comprometer por causa da área do Aquífero Guarani e da preservação, das APPs. Foi toda uma discussão muito cansativa e lenta porque uns concordavam outros não. Foi um compromisso muito sério e hoje eu vejo que algumas pessoas ainda dão valor e ainda se comprometem com essas coisas até hoje, em compensação as outras não, que são as mesmas pessoas que já não davam valor na mesma época que era acampamento.

As falas nos trazem elementos importantes sobre o protagonismo e a importância da classe trabalhadora organizada, em que esta toma as rédeas do seu projeto de vida, do seu espaço de moradia, a possibilidade de colocar, os seus sonhos na realidade. Na fala de uma das entrevistadas em que “discussão muito cansativa e lenta porque uns concordavam outros não”, mais do que o conflito pelas diferentes opiniões destaca-se a mobilização de mais de 400 famílias se colocarem como protagonistas nesse processo. São raros os espaços em que a classe trabalhadora é convocada e tem a possibilidade de ter voz. Isso só é possível pelo próprio relato da fala do entrevistado 5, na organização das trabalhadoras e dos trabalhadores, no caso do Mário Lago, os núcleos e setores. Soma-se à organização o fator da formação político-ideológica realizada pelo MST, em que os espaços de debate também são espaços de estudo e a atuação, os quais proporcionam uma formação mais ampla.

Cabe aqui uma reflexão do tempo histórico da criação do assentamento como um lugar privilegiado da maturação da concepção do MST tanto das Comunas da Terra como da agroecologia como síntese da perspectiva construída de outra relação dos agricultores com a natureza a partir de outra matriz agroecológica. Em sua pesquisa, Borsatto (2011) partia da hipótese que a não adesão à agroecologia seria fruto da resistência das lideranças, hipótese esta que no decorrer da sua pesquisa foi refutada. O pesquisador observou que, apesar de boa parte dos agricultores estarem apropriados do discurso agroecológico, muitos não conseguiam colocar em prática. Ele atribui isto ao fato de os agricultores estarem “presos a um habitus condicionado pelo poder simbólico exercido pelo paradigma do agronegócio” (p. 217). Como também afirma que os interesses se tornam difusos no período de assentamento, o que tenderia a deixar a questão da agroecologia em um segundo plano.

Acrescentamos às contribuições do autor a perspectiva que trouxemos de Thompson anteriormente, que o fazer-se da classe se dá tanto nas determinações econômicas quanto na história política e cultural. Nosso argumento é que na centralidade da questão econômica na vida dessas pessoas, como relatado, lhes é negado o acesso a qualquer infraestrutura mínima que garanta uma vida digna. Neste sentido, suas preocupações, claramente, serão pelas necessidades mais básicas de reprodução da própria vida. Outro elemento recorrente é como o autor se utilizou no ponto de partida da hipótese de imputar uma dicotomia entre direção e base social ao MST, fato também refutado pela sua pesquisa e que também neste trabalho não se verificou.

No processo de luta pela Fazenda da Barra, os assentados tinham a clareza da importância daquela área, principalmente em relação ao Aquífero Guarani, elemento mais presente. A questão da preservação ambiental não é dissociada ou secundária em relação a outras necessidades. Quando as falas trazem que é justo e um compromisso sério por parte das famílias, o compromisso com o meio ambiente é porque ele também é a casa, o alimento, a água; faz parte da totalidade da vida. Tomando o MST no sentido de partido em Gramsci:

todos os membros do Partido, cada qual em seu ambiente, [devem ser] capazes de se orientar, de saber extrair da realidade os elementos para estabelecer uma diretriz, a fim de que a classe operária não se abata, mas sinta que continua sendo dirigida e ainda pode lutar. Portanto, a preparação ideológica de massa é uma necessidade da luta revolucionária, uma das condições indispensáveis para a vitória (Gramsci, 1999, p. 297)

Como aponta o autor italiano, a formação político-ideológica é necessária para formação de intelectuais orgânicos, de modo que, cada um, em seu ambiente, que assuma um papel na organização possa desempenhar a função de dirigir. A luta não é um movimento

linear nem a formação de consciência, por isso a importância da estrutura político-organizacional e da continuidade da formação político-ideológica.

A formação neste contexto se deu, entre outras iniciativas, pela realização de um Curso Médio Integrado de Agroecologia em parceria com a UNICAMP, o qual tiveram três turmas no estado de São Paulo, sendo uma no Centro de Formação Sócio-Agrícola Dom Hélder Câmara, entre os anos de 2007 a 2010. Segundo o Projeto Político Pedagógico o curso teria como meta formar um perfil de profissional do Técnico de Agroecologia com as dimensões: da formação humana, da orientação, da prática, da coordenação e acompanhamento e do saber fazer. Entre alguns dos seus objetivos específicos estavam:

Oportunizar aos agricultores/as e filhos/as das áreas de Reforma Agrária o acesso à educação, que proporcione uma formação integral, conjugando desenvolvimento humano, inserção na sua realidade, escolarização e profissionalização qualificada.

Escolarizar os trabalhadores rurais garantindo o direito do acesso aos conhecimentos historicamente construídos pela humanidade.

Oportunizar o aprofundamento e a vivência da construção da Pedagogia do Movimento.

Propiciar aos educandos uma formação qualificada em Agroecologia, contribuindo para mudanças da matriz produtiva e tecnológica.

Formar agentes sociais que venham a fortalecer organicamente os coletivos de produção dos movimentos sociais do campo.

Construir referências agroecológicas em vista do conhecimento e utilização pelos (as) pequenos (as) agricultores (as).

Contribuir para a melhoria da qualidade ambiental das comunidades rurais e assentamentos através da ação educativa, que repense as relações do ser humano e o ambiente e dos seres humanos entre si, de forma a promover a conservação de recursos naturais, preservação ambiental e desenvolvimento sustentável (Projeto Político Pedagógico, 2006, p. 24-25).

Nos objetivos podemos observar a preocupação já existente em formar seus quadros na perspectiva de outra matriz produtiva e tecnológica, sendo a agroecologia a síntese da formulação agrário-ambiental do Movimento. Foram 60 educandos que participaram da turma realizada em Ribeirão Preto, oriundos dos assentamentos Mário Lago, Sepé Tiaraju, 17 de Abril entre outros, também do MST, no Estado de São Paulo.

Concomitante ao curso estava à construção em torno do projeto de assentamento do Mário Lago a partir das audiências públicas realizadas pelo ministério público a fim de institucionalizar a proposta de assentamento. Este processo foi conflituoso, apesar da postura importante do Ministério Público, a partir da figura do promotor responsável Marcelo Goulart, em um esforço de garantir a participação igualitária entre os atores envolvidos. Contudo, estes espaços são permeados de uma lógica em que há uma tendência em predominar o conhecimento técnico-científico em detrimento e na deslegitimação de outros discursos, em nosso caso as e os assentados e militantes dos movimentos sociais, o que

Martins define como “cientifização da política”, atuando como princípio de legitimação e como fundamento de dominação política (2008, p. 90).

Este fato pode ser verificado nas audiências públicas realizadas em Ribeirão Preto, apesar da consolidação de um espaço de negociação entre Estado e movimentos sociais este reproduz as assimetrias de recursos, conhecimento e poder, a legitimidade do discurso se dá apenas nos conhecimentos técnicos, reforça a disparidade de forças entre os agentes em litígio. O discurso da democracia participativa fica subordinado à democracia representativa, não induz ou resulta de uma estratégia da articulação real entre representação e participação (Aquino, 2010, p. 35).

Durante o processo de construção do TAC até a sua consolidação, o tema da questão ambiental, e principalmente do Aquífero Guarani, se fez presente, inclusive, tornando a antiga Fazenda da Barra a primeira desapropriação de terras para fins de reforma agrária pelo motivo ambiental. O território da fazenda, devido ao tipo de solo, entre outros fatores, é local importante de afloramento do Aquífero Guarani. Assim, este tema foi central na mobilização de parte da sociedade civil ribeirão pretana, em apoio ao projeto de reforma agrária e a instalação do assentamento. Decorrente disso, o TAC possui seu item IV inteiramente voltado para o tema da proteção e preservação do meio ambiente, com destaque ao ponto 28.1 do documento em que as e os assentados se comprometem com 15% a mais de reserva legal do que é exigido pela lei:

28.1 A reserva legal observará a nova configuração estabelecida na planta anexa (35% da área total do imóvel, aproveitamento dos remanescentes de vegetação nativa ainda não averbados e realocação das áreas sem cobertura), para melhor cumprir as suas funções ambientais e ampliar a recarga do aquífero Guarani (Termo de compromisso de ajuste de conduta, 2010, p. 13).

Em todo o documento há punições das partes envolvidas pelo não cumprimento de suas responsabilidades. Só em relação a parte destinada à infraestrutura e ao saneamento básico são oito artigos estabelecidos no documento, sendo eles:

14. Compromete-se o INCRA, pela Superintendência Regional de São Paulo, a implantar o sistema de captação de água potável para atendimento das famílias assentadas, até 31 de dezembro de 2010, sob pena de execução judicial.
15. Compromete-se o INCRA, pela Superintendência Regional de São Paulo, a apresentar projeto de implantação do sistema de distribuição de água potável à população dos assentamentos do PDS da Barra, até 31 de outubro de 2010, sob pena de execução judicial.
16. Compromete-se o INCRA, pela Superintendência Regional de São Paulo, a fazer gestões junto aos órgãos competentes a garantir aporte orçamentário para a instalação do sistema de distribuição de água potável à população dos assentamentos do PDS da Barra, até 31 de dezembro de 2010, sob pena de execução judicial.
17. Compromete-se o INCRA, pela Superintendência Regional de São Paulo, a apresentar projeto de implantação do sistema de captação e distribuição de água para produção à população dos assentamentos do PDS da Barra, até 31 de outubro de 2010, sob pena de execução judicial.
18. Compromete-se o INCRA, pela Superintendência Regional de São Paulo, a fazer gestões junto aos órgãos competentes a garantir aporte orçamentário para a instalação do sistema de captação e distribuição de água para produção à população

dos assentamentos do PDS da Barra, até 31 de dezembro de 2010, sob pena de execução judicial.

19. A implantação dos projetos mencionados nas cláusulas 14 a 18 dependerá de autorizações do DAEE – Departamento Estadual de Águas e Energia Elétrica e da CETESB — Companhia Ambiental do Estado de São Paulo.

20. Compromete-se o INCRA, pela Superintendência Regional de São Paulo, a apresentar à CETESB — Companhia Ambiental do Estado de São Paulo os projetos das unidades de tratamento de esgoto doméstico do PDS da Barra, até 30 de setembro de 2010, sob pena de execução judicial.

21. Compromete-se o INCRA, pela Superintendência Regional de São Paulo, a disponibilizar aos assentados recursos do crédito de habitação, previstos na cláusula 8.1.a, para a instalação de sistema ambientalmente adequado de tratamento de esgoto doméstico em cada lote ou conjunto de lotes do PDS da Barra, na forma do licenciamento ambiental do empreendimento;

22. Comprometem-se os assentamentos a implantar o sistema de tratamento de esgoto doméstico em cada lote ou conjunto de lotes e promover o tamponamento das fossas, até 6 (seis) meses após o recebimento dos recursos de que trata a cláusula 21, nos termos da legislação específica (Termo de compromisso de ajuste de conduta, 2010, p. 9,10 e 11).

Este período tem um ponto fundamental que é a presença de outro ator, o Estado, seja na figura do MP ou do INCRA. Até este momento os assentados tinham vivenciado o Estado por meio da ação da polícia nas tentativas de reintegração de posse ou em aspectos muito pontuais de assistência como na distribuição de água pela prefeitura municipal. Neste momento, ele atua não só na negociação entre as partes como é o caso do MP, mas também de forma direta na discussão política com as famílias, principalmente no enfrentamento ao MST. Na leitura dos assentados, este processo de desarticulação política se deu da seguinte forma:

Entrevistado 4: Se você pegar, por exemplo, atuação do INCRA aqui no começo é para desmobilizar em todos os assentamentos. Na época, tinha servidor do INCRA que falava “temos que entrar e trabalhar individualmente com cada um, com cada assentado e não fazer reunião com os coletivos”. Ou seja, possivelmente é um cara que já vinha da ditadura que entrou no INCRA quando era IBRA, já tem uma noção estratégica esse é o problema. Às vezes a gente pensa que o INCRA está sendo omissivo, não o INCRA está fazendo de forma artilosa as coisas para desarticular o movimento. Aqui foi vivenciado isso, as desarticulações pelos próprios técnicos do INCRA criaram vários conflitos e várias dificuldades de organização.

Entrevistada 3: A gente lutou muito por essa terra e todo mundo tinha um sonho que o INCRA entrasse aqui, os dirigentes mais antigos que já conhecia alguns processos, dizia “você vão se arrepender muito dessa ansiedade você vão ver”, mas foi dessa forma mesmo quando entrou foi desestruturando as coisas tudo, até meu marido eu falei para ele você é uma pessoa que está cuspidando no prato que comeu. Conversei com Sirlei e ele disse “deixa o mineirinho quieto aí deixa o namoro dele aí com o INCRA que vai acabar rapidinho” e como acabou mesmo, não só o dele, mas o de todo mundo.

São vários os relatos em que os técnicos do INCRA só faziam reuniões com as famílias se os militantes do MST não estivessem presentes. Muitas das famílias já se encontravam há anos com diversas necessidades já relatadas anteriormente, assim a figura dos técnicos aparece em um primeiro momento como a resolução dos problemas enfrentados. A tentativa de retirar o MST vai de encontro à individualização de cada assentado, o que enfraquece a

força de mobilização e também a pressão política na exigência de nada mais do que o próprio direito que as pessoas têm e o cumprimento do trabalho do Estado para com seus cidadãos. Coisas que parecem óbvias, porém, para a classe trabalhadora no Brasil, mesmo os mínimos direitos a uma vida digna são negados.

Com o passar dos anos, como diz a entrevistada, o namoro foi terminando. O TAC estabelecia o ano de 2010 para o prazo do cumprimento do acordo e neste período quase nada foi executado. Porém, ali já gestava outro modelo de assentamento a partir de outras matrizes produtivas que iriam se desenvolver ao longo dos anos.

Nosso intuito, neste capítulo, foi a partir do cenário político-econômico dos anos 2000, mostrar a consolidação do modelo de desenvolvimento do agronegócio e o acirramento dos conflitos tendo o MST como um dos alvos da bancada ruralista na tentativa de criminalizar as lutas populares de forma geral, como o caso da CPI. Também o entendemos como um momento histórico da construção agrário-ambiental, não apenas nas práticas desenvolvidas nos assentamentos e acampamentos do MST, mas como um momento de elaboração teórico-prática. Resgatamos o IV e o V Congressos, os quais os temas de defesa, recuperação e preservação ambiental se articulam com as pautas mais amplas relacionadas ao monopólio das sementes pelas grandes transacionais, as práticas das grilagens em terras públicas, entre outras que trouxemos neste capítulo.

Na direção de trazer a dimensão da síntese da construção agrário-ambiental no e do MST, compreendendo que este Movimento elabora uma concepção original de questão ambiental em sua articulação com a questão agrária, introduzimos o assentamento Mário Lago. Este, enquanto luta pela terra e prática do projeto agrário-ambiental do MST. Concepção a qual já vinha sendo construída na elaboração sobre as Comunas da Terra e das práticas agroecológicas como referência para a construção de outro projeto de campo, não limitado às questões econômicas, mas pautado nas relações sociais e na relação do ser humano/ natureza.

Nas diversas frentes de atuação do MST também resgatamos a dimensão formativa através do Curso Médio Técnico em Agroecologia que para além de formar seus próprios técnicos visava oportunizar a escolarização dos e das jovens sem terras e sua apropriação da agroecologia contribuindo para mudanças da matriz produtiva e tecnológica.

Todos esses processos aqui apresentados são acompanhados de diversas contradições, internas e externas. Internamente, na construção de um projeto de assentamento de um novo tipo com mais de 400 famílias e diversas vivências, em um espaço com as mínimas condições estruturais. E externamente na relação com o Estado, desde a omissão nas políticas

necessárias para a consolidação do assentamento como também na tentativa de desmobilizar e enfraquecer a organização das famílias em torno do Movimento.

5 O AGRÁRIO-AMBIENTAL COMO PARTE INERENTE AO PROGRAMA AGRÁRIO DO MST

Na ocasião do VI Congresso Nacional, realizado em 2014, com a participação de 16 mil delegadas e delegados e com a sua nova palavra de ordem “Lutar! Construir Reforma Agrária Popular!”, o MST também comemorava seus 30 anos de existência. A construção da Reforma Agrária Popular pontua outro momento da luta de classes. Em um balanço histórico desde seu surgimento, O MST ainda tinha como referência as experiências das reformas agrárias burguesas, as quais possibilitaram a democratização da propriedade da terra e a inserção do campesinato ao mercado interno, mesmo não sendo a realidade brasileira, pois aqui o desenvolvimento das forças produtivas não necessitou lançar mão de uma política de reforma agrária.

As bases de articulação entre capital/Estado e latifúndio, solidificadas na ditadura civil militar se ampliaram com a reestruturação produtiva, afastando de vez a associação a uma reforma agrária do tipo clássica. Mas, no plano político das lutas de classes, tal percepção sobre estreitamento das margens da reforma agrária clássica só foi sentida mais recentemente pelas organizações de trabalhadores, com a consolidação do agronegócio e pelo estranhamento gerado com o enquadramento neodesenvolvimento de todos os povos trabalhadores do campo na chamada agricultura familiar (Hadich e Mafort, 2022, p. 33).

As últimas décadas marcaram estruturalmente o desenvolvimento do campo brasileiro. Assim, para o capital, a questão agrária estava resolvida, para o Estado passou a ser agricultura familiar, mas para os camponeses a necessidade da reforma agrária mudou de natureza e se fazia cada vez mais necessária.

Segundo o Programa Agrário do MST havia três razões básicas:

a) a terra ocupada também é pretendida pelo agronegócio; b) há uma identidade de classes entre os grandes proprietários rurais capitalizados e os latifundiários atrasados; c) o agronegócio tem claro que há uma disputa de diferentes e incompatíveis modelos agrícolas. E, mesmo não havendo a ocupação do latifúndio pelos camponeses, o agronegócio visa através da compra ou do arrendamento, se apossar dessas terras e, com os mesmos objetivos, avançar sobre as terras públicas. Promove uma permanente ofensiva de conquistas e domínio de territórios. Essa ofensiva do agronegócio conta sempre com o apoio e conivência dos governos estaduais e federal (Programa Agrário do MST, 2014, p. 34).

Segundo a análise do Movimento, a luta pela reforma agrária saiu da disputa pela democratização das terras e inserção dos camponeses como fornecedores de bens primários e produtores de alimentos para um desenvolvimento urbano-industrial. Ela agora acentuava a luta de classes contra o modelo do capital para agricultura brasileira, o que colocava desafios mais complexos. Desafios estes que não afetavam mais apenas os camponeses, mas a classe trabalhadora como um todo. A disputa pela terra neste estágio também incorporava a luta pela

soberania alimentar, contra a transgenia, as patentes, a estrangeirização das terras, o controle sobre os bens da natureza, etc.

O conceito “popular” agregado à concepção de Reforma Agrária tem um primeiro objetivo de se contrapor ao projeto de reforma agrária clássica e, ao mesmo tempo, a necessidade de construção de alianças com outros setores da sociedade que tenham por objetivo acumular forças para uma mudança estrutural na sociedade. Dessa forma, “o acúmulo de forças para este tipo de reforma agrária depende agora de uma aliança consolidada dos camponeses com os trabalhadores urbanos, ela representa um acúmulo de forças na construção de uma nova sociedade” (Programa Agrário do MST, 2014, p. 36).

Outra questão central na formulação da concepção de Reforma Agrária Popular é a reapropriação social da natureza, contrapondo-a a sua mercantilização e espoliação. Neste sentido, os assentamentos se tornam uma importante trincheira de luta²⁵. Ao mesmo tempo em que as terras conquistadas se tornam um impeditivo para o avanço do agronegócio, elas são um importante espaço de produção de alimentos saudáveis, de produção com base em outro modelo tecnológico, de preservação dos bens da natureza. A disputa pela apropriação de terras, neste cenário, significa também uma intensa espoliação dos bens naturais:

Há uma dupla pressão por obtenção de ganhos de produtividade com recursos naturais. De um lado, a incorporação de novas áreas ao espaço econômico explorado atual e potencialmente. Nestes novos territórios, a expansão agrícola se inicia adotando pacotes tecnológicos preexistentes e exercendo um consumo crescente de recursos naturais não produzidos pelo trabalho humano – solos, água, biodiversidade, florestas nativas, luminosidade, condições climáticas etc. De outro, nas zonas da agricultura já consolidada, haverá uma pressão crescente por aumento de produtividade do trabalho mediante intensificação do pacto tecnológico agroquímico, com consequências ambientais também predatórias sobre o meio ambiente (Delgado, 2012, p. 10).

Esta disputa também reflete uma valorização das terras, principalmente em torno de grandes centros urbanos. Consideramos o Programa Agrário como um marco importante na construção agrário-ambiental, em primeiro lugar na sistematização a partir da materialidade de ações e experiências concretas em seus territórios de contrapor às práticas agrícolas do modelo predatório da agricultura capitalista. O Programa também anuncia a necessidade da democratização das terras para o cumprimento de sua função social e o entendimento da defesa dos bens da natureza como bens comuns.

Chamamos atenção para a relação entre a luta do MST com a histórica questão agrária que, em nosso entendimento, não pode se desvincular da questão ambiental, em razão da indissolúvel relação com o acesso, domínio e uso da terra, que é um bem ambiental essencial à vida humana, que se torna propriedade privada e mercadoria sob o domínio do capital. Neste sentido, os desafios enfrentados pelo MST no desenvolvimento de seus assentamentos, evidenciam sua forma de

²⁵ No ano de 2016, os assentamentos rurais representavam 10,38% do território brasileiro, equivalente a 88.410.217 hectares. (Alentejano, 2021).

ocupação e produção na terra que se relaciona com a defesa da reforma agrária a partir de outra concepção e forma de convívio com a natureza, que se expressa pela agroecologia. A correlação que fazemos entre questão ambiental e o MST se referem aos desafios concretos assumidos desde o início, de desenvolver a produção material de sua existência humana se contrapondo à lógica de acumulação capitalista dominante (Rodrigues, 2014, p. 192).

Ao assumir a proposta de Reforma Agrária Popular, o MST não nega as contradições existentes em seus próprios territórios, que são permanentemente disputados por forças sociais, econômicas, políticas e ideológicas. Porém, há uma reformulação teórica e prática pelo MST no que tange às questões ambientais e na afirmação que a questão ambiental é parte inerente à Reforma Agrária.

5.1 ONDE ÀS ÁGUAS E A TERRA SE ENCONTRAM: O ASSENTAMENTO MÁRIO LAGO EM RIBEIRÃO PRETO

A experiência Popular da Reforma Agrária é experimentada desde o processo de trabalho de base para a constituição do Assentamento Mário Lago, na perspectiva da formulação das Comunas da Terra e com base nas matrizes da agroecologia. Como também se torna uma experiência de síntese da construção agrário-ambiental no interior do MST, destaca-se que o principal motivo que levou sua desapropriação foram os danos ambientais causados pelo antigo proprietário, sendo um dos primeiros e poucos casos deste tipo de desapropriação no Brasil.

Mesmo sem a formulação teórica sobre a temática ambiental que existe atualmente, seus genes estão na prática das famílias Sem Terra, e a partir dela é que se articula posteriormente a sua sistematização e a teoria. Como aponta Rodrigues (2014), para o movimento “a terra é um bem ambiental, apropriado e explorado de modo injusto e violento, pelas transnacionais do monocultivo, que vem realizando uma verdadeira destruição ambiental, envenenando e esterilizando o solo” (p. 200). Portanto, por sua própria natureza não só o MST, mas os movimentos camponeses se relacionam diretamente com as questões ambientais. Assim, a luta pela reforma agrária é ao mesmo tempo luta social e ambiental.

Na experiência relatada em seu TCC em Geografia, fruto da parceria entre o MST e a UNESP, Vandei Junqueira Aguiar (2011), que participou desde a época da ocupação da Fazenda da Barra, aponta este processo da práxis do Movimento, o qual parte por um lado das necessidades imediatas da produção de alimentos para o consumo das famílias, das condições da terra degradada pelo agronegócio e do acúmulo de saberes de outra prática agrícola:

A produção de alimentos no Assentamento Comuna da Terra Mario Lago, tem início desde o acampamento em 2005 quando as famílias se distribuíram pela fazenda, cada uma ocupando uma área de 30 m por 300 m, onde era possível plantar seus alimentos de forma agroecológica, sem o uso de fogo e de veneno, procurando formas alternativas de combate de pragas e doenças nas plantas, como o uso urina de vaca, gergelim ou de cinza do fogão para o combate a formigas, calda bordalesa para o combate às pragas. Plantava-se feijão-guandu, mucuna preta, lambe-lambe e mamona como adubação verde e para descompactar o solo (Aguiar, 2011, p. 50).

Outro elemento importante nessa construção da agroecologia no assentamento Mário Lago foi a parceria realizada em 2011 com a Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo (Cooperafloresta), em que foram realizados intercâmbios de experiências e, posteriormente, a implementação de áreas de Sistemas Agroflorestais (SAFs) no assentamento. Em sistematização realizada por Nunes (2017), a partir dos relatórios do projeto “Renascer das Águas do Aquífero Guarani”, em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA/SP), foram realizadas:

Visita a experiência agroflorestal Cooperafloresta localizada em Barra do Turvo/SP, pontapé inicial a todo processo agroflorestal que ocorreu no assentamento até então – participação de 45 assentados;

Fazenda São Luis, localizada em São Joaquim da Barra/SP, na qual os agricultores conheceram as seguintes experiências: um SAF com formação e manejo há 10 anos; horta florestal; projeto de educação ambiental “Mãos na Terra”; sementes de árvores nativas diversificadas coletadas na região; casa de sementes; viveiro de produção de mudas nativas – participação de 25 assentados;

Assentamento Contestado, localizado no município da Lapa/PR, no qual localiza-se também a Escola Latino Americano de Agroecologia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, responsáveis por desenvolver uma experiência no estado que já alcança aproximadamente 40 assentamentos;

Visita a experiência do agricultor Juan, localizada no município de Brasília, na qual, há utilização de eucalipto, junto com a produção de hortaliças em uma realidade de cerrado, bastante próxima a realidade do município de Ribeirão Preto/SP – participação de 8 agricultores assentados.

O projeto Agroflorestar contou com recursos da Petrobrás Ambiental e ocorreu entre os anos de 2012-2015, sendo o primeiro projeto realizado para implementar áreas de agrofloresta nos lotes. O projeto “Renascer das Águas do Aquífero Guarani”, 2013-2015, focou nas áreas coletivas do assentamento através das implementações das agroflorestas e na comercialização da produção. Também neste período, 2014-2015, existiu o projeto Cadeia, realizado pelo FUNBIO (Fundo Brasileiro para a Biodiversidade), visando ampliar as áreas agroflorestais e qualificar a comercialização.

Vale ressaltar que estas parcerias e os processos de formação foram realizados a partir de iniciativas do próprio Movimento, mesmo que acessando políticas públicas e formas de financiamento estatal. Por um lado, essas ações se fazem necessárias pela ausência do próprio Estado no que refere à garantia das infraestruturas básicas do assentamento e da assistência técnica para as famílias assentadas. Por outro lado, este é um elemento importante

a ser considerado, pois ele confere autonomia política e organizativa. Estas ainda se fazem necessárias devido às condições encontradas pelos Sem Terras nos territórios que vão se tornar assentamento. Advindos de um modelo exploratório do agronegócio, são terras degradadas e com fortes resíduos de agrotóxicos, tendo estas que ser recuperadas para poderem ser cultivadas.

O projeto do PDS da Barra, estruturado sobre um TAC, (Termo de Ajuste de Conduta) impôs responsabilidades para os camponeses. Além do desafio da reforma agrária a responsabilidade em reflorestar áreas antes ocupadas pela cultura da cana. O ônus ambiental deixado pelo latifúndio foi assumido como público e tornou-se uma condição de troca pela implantação do assentamento. O uso das terras deixadas pela usina retrata exatamente as estratégias de expansão do capital no campo: uso predatório dos recursos naturais associado ao descumprimento de legislação local como forma de acumulação. A usina deixou para trás uma dívida ambiental transferida para os assentados nos solos degradados destinados para reforma agrária ao assinarem um acordo com Estado para recuperá-la a fim de utilizá-las novamente como meio de produção (Hashimoto, 2017, p. 98).

Desse modo, a práxis da construção agrário-ambiental perpassa pelas experiências práticas da base social acampada e assentada do MST. Em sua pesquisa, Nunes (2017) levantou as principais reflexões apontadas pelas famílias assentadas sobre a importância da prática agroflorestal realizadas por elas, seguem os pontos levantados:

- Contribuição para o meio ambiente e para a saúde;
- Produção de alimentos de qualidade sem serem transgênicos e sem agrotóxicos;
- Diminuição dos custos de produção;
- Importante para mudar o mundo;
- Age nas mudanças climáticas;
- Diminui o vento pela presença das árvores;
- Incentivo a todas as cadeias produtivas do lote e não apenas uma;
- Utilização de matéria orgânica;
- Aproveitamento da estratificação, consórcio e equilíbrio da área;
- Melhor aproveitamento dos espaços com diversidade;
- Aumento da renda;
- Qualidade no trabalho – trabalho na sombra e menos penoso;
- Aumento da interação homem e natureza;
- Incentivo a observar melhor o funcionamento da natureza;
- Única forma de agricultura praticável no planeta;
- Benefícios para o solo, água e ar;
- Devolver para natureza aquilo que é dela;
- Conservação da fauna e flora;
- Diversidade de alimentos;
- Sustentabilidade;
- Reflorestamento;
- Cuidar do Aquífero Guarani;
- Aumentar a produtividade;
- Melhoria na alimentação através do autoconsumo.

Os principais pontos apresentados pela pesquisadora estão relacionados à temática ambiental, tanto no sentido da recuperação e cuidado, mas principalmente no âmbito da responsabilidade e entendimento de outra relação com a natureza. Estes pontos revelam mais que o conhecimento desses agricultores sobre as questões ambientais aponta para a prática de

outra relação ser humano/natureza vivenciada e construída por eles. A prática da agrofloresta neste assentamento também parte de uma necessidade concreta de suas características, seja pelo tamanho pequeno dos lotes, pela terra extremamente degradada e pela ausência de políticas públicas.

Estas condições e experiências, como já debatidas anteriormente, é o fazer-se classe. Deste modo, conjuga na compreensão de classes sua dimensão objetiva estabelecida pelas relações de produção, que marcam a experiência dos sujeitos, e a dimensão subjetiva estabelecida pela cultura (tradições, valores), que definem a consciência de classe. As relações de produção distribuem as pessoas em situações de classe, que por sua vez geram antagonismos e conflito de interesses os quais podem gerar condições de luta. E nos processos de luta se forma a consciência: “a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe” (Thompson, 1987, p. 10).

Thompson (1987), em sua crítica à visão marxista mecanicista sustenta que na sociedade capitalista as relações de trabalho não são apenas a relação detentores ou não detentores do meio de produção, mas existe também toda uma relação social, como os mecanismos que a sustentam, por exemplo, a propriedade privada. Aponta que entre os elementos estruturais e os superestruturais existem mediações. Para o autor as classes são uma relação “definida pelos homens enquanto vivem sua própria história” (p. 12). Logo, “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem segundo sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de suas escolhas e sim sob aquelas com que defrontam diretamente e transmitidas pelo passado” (Marx, 2011, p. 25).

É neste movimento das experiências que se forjam o sujeito Sem Terra no assentamento Mário Lago, a partir das condições encontradas no território, das experiências de luta, das necessidades concretas materiais e da formação político-ideológica. E no movimento dialético, ao se constituírem como sujeitos, também constroem o próprio MST e seu projeto de Reforma Agrária Popular.

Das dificuldades encontradas uma das principais é a ausência do Estado na execução do projeto de assentamento, que pode ser verificada pelo Plano de Recuperação de Assentamento (PRA) realizado no ano de 2014 pelo INCRA, por meio da Assistência Técnica Rural (ATER), contratou o Instituto Biosistêmico (IBS). O PRA tem por objetivo de acordo com seu documento final:

O Plano de Recuperação de Assentamento (PRA), assim como o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), é um instrumento de planejamento que visa orientar a intervenção pública e mesmo servir às decisões dos próprios assentados quanto à organização espacial, sistemas de produção a serem adotados e investimentos sociais e produtivos a realizar na área do assentamento. O PRA,

especificamente se aplica às situações em que o PDA não foi implementado a contento, ou onde houve algum tipo de interrupção ou descontinuidade nesta implementação (Plano de recuperação do projeto de desenvolvimento sustentável da Barra, 2014, p. 7).

O PRA apresenta um levantamento muito detalhado desde as condições sociais, ambientais e de infraestrutura do PDS da Barra, também propõe soluções ou caminhos para estas. Em alguns casos até com o levantamento de recursos necessários, como é o caso das propostas de biodigestores, entre outras, que podem ser encontradas no documento.

No que se refere à infraestrutura, no caso específico relacionado à água, o PDS da Barra possui 11 poços artesianos perfurados em sua maioria pela empresa Sales & Matta Ltda, contratada pelo INCRA. Estes foram instalados entre os anos de 2011-2012, sendo que destes 4 poços nem sequer obtiveram outorga de funcionamento por parte do Departamento de Água e Energia Elétrica de Ribeirão Preto (DAEE). Outros 3 poços funcionam de maneira ilegal, nos outros 4 existe a irregularidade relacionada à distância entre eles que não respeitam o mínimo exigido por lei de mil metros. Soma-se à perfuração dos poços, erros relacionados à profundidade, que não possibilita o volume de água necessário, a falta de uma rede de distribuição instalada como também de saneamento.

Todo acesso à água existente foi fruto da mobilização e organização das próprias famílias que residem no PDS da Barra. Em alguns poços as famílias fizeram a ligação que não existia, compraram as bombas, mangueiras e com o trabalho coletivo rasgaram a terra e fizeram sua própria distribuição de água. Em outros casos, quem dispunha de um recurso próprio furou poços semi-artesianos e organizaram também sua distribuição. Estas são algumas soluções dadas pelas famílias em relação ao consumo da água, esta enquanto necessidade da reprodução da própria vida. Deste período, os assentados e as assentadas relatam:

Entrevistada 2: Eles fizeram um poço lá e nós arrecadamos o dinheiro, nós mesmos furamos e em alguns lugares passou o trator. Na época era 250 de cada um para comprar as mangueiras. A gente foi emendando as mangueiras e soltando água. Assim que foi feito, foi tudo serviço nosso. É o que abastece a nossa casa hoje, essa água é para nosso consumo.

Entrevistada 4: Aqui o Estado não fez nada e por que eu falo nada, os poços que eram a primeira coisa, porque vida é água então já começou por aí. A própria construção dos poços tem uma metragem estranha, porque esse mesmo poço que vem água para gente aqui diz que era para ter 90 ou 150 m e ele tem 60 m. Então quer dizer que aí já comeu pelo menos uns 30 m e isso quer dizer que comeu dinheiro. E os outros poços também têm essa mesma metragem ficou de furar mais poços porque a comunidade é muito grande e só aumenta a cada dia. Quem fez tudo foi a gente, com mangueira preta que até hoje estamos tentando ver se consegue trocar ou fazer uma luta aí. A prefeitura também ficou de fazer a infraestrutura aqui dentro. As mangueiras estão saindo com lodo, pode ser que até quando ela sai do poço ela esteja saudável, mas quando já sai para mangueiras não é mais.

Entrevistado 5: A água foi firmada no TAC que o INCRA teria que perfurar os poços e fazer a distribuição de água para atender todas as famílias, isso não aconteceu. Os poços que tem aqui foram furados pelo INCRA e foram muito mal feitos, os recursos muito mal aplicados e de fato a distribuição nunca aconteceu. Se existe minimamente água na torneira de algum companheiro aqui ainda é porque eles se organizaram para colocar a mangueira e colocaram água.

Nas falas observamos que as ausências das infraestruturas levaram tanto à mobilização das famílias a se organizarem para o acesso à água, como também à crítica e ao questionamento do mau uso do dinheiro público na perfuração dos poços pela empresa contratada. As formas possíveis encontrada pelas famílias geram outros problemas devido ao fato que as mangueiras pretas acumulam contaminantes que vão direto para o consumo das famílias. Ademais, os poços ao serem ligados de forma irregular, precisam de constante manutenção. Não raras vezes a bomba queima e as próprias famílias têm que arcar com o custo de uma nova. Como a gestão é feita pelos próprios assentados, são diversos os conflitos gerados tanto por não serem capacitados para esta tarefa como pelo simples motivo que em muitos locais a água é insuficiente. Assim, uma logística de distribuição a qual garanta que a água chegue da casa mais perto do poço para a casa mais distante é algo muito complexo. Acrescenta-se ainda que as estradas sejam mal conservadas, ou melhor, também não foi feito nenhum tipo de planejamento e tampouco uma manutenção adequada. Desta maneira, as mangueiras que fazem a ligação ficam expostas e permanentemente são rompidas.

Figura 13 – Mangueira que segue até a casa



Fonte: Acervo da Autora

Figura 14 – Mangueira exposta



Fonte: Acervo da Autora

Nas fotos acima é possível ver a exposição das mangueiras, situação que quando chove fica muito mais prejudicada. Muitas dessas estradas do assentamento não só têm o fluxo cotidiano dos moradores como também de veículos pesados como os caminhões de transporte da produção e os ônibus do transporte escolar. Estes elementos por si só já seriam muito complicados, porém sendo um assentamento da reforma agrária a água também é necessária para a produção. O que abre outro leque de dificuldades, as águas dos poços não são suficientes nem para o consumo de todas as famílias, então a produção fica condicionada a localidades que tenham mais disponibilidade de água. A contaminação pelas mangueiras também influencia diretamente na certificação da produção como orgânica, fazendo com que as famílias mais uma vez procurem alternativas que não prejudiquem a sua produção, a qual, vale destacar, é ao mesmo tempo para autoconsumo e fonte de renda.

Entrevistado 4: A única forma de você produzir é com água. Eu particularmente considero um estado de necessidade a pessoa perfurar clandestinamente. Eu sempre fiz vista grossa mesmo quando estava na assistência técnica, também não era a competência da assistência técnica ficarem vistoriando isso. Só que as pessoas que mais produzem e têm as condições produtivas são aquelas que têm poço artesiano ou aquelas que estão perto de algum curso de água ou aquelas que estão perto da cidade e conseguem puxar da cidade. Então são três tipos de assentados que conseguem hoje garantir a produção: o que fura clandestinamente, o que está perto de mina e consegue captar água, e o que está perto da cidade. Os que estão no meio hoje vivem uma dificuldade danada de produzir e tem que produzir na chuva.

A solução dada pelos assentados, como aponta o entrevistado, são motivadas pela necessidade e a partir da possibilidade de investimento pessoal nas infraestruturas, visto que não houve um planejamento das instituições responsáveis para a resolução dos problemas que

ainda permanecem. O documento do PRA realizou um levantamento sobre o saneamento básico no PDS da Barra, outra questão que se relaciona com a água, a preservação ambiental e a saúde das famílias assentadas. Segundo o documento:

O assentamento não conta com um sistema que trate o esgoto sanitário de forma integrada. Uma proposta desta natureza provavelmente não encontraria viabilidade técnica e financeira, dada a característica de dispersão das moradias. Nesse sentido, a solução tende a ser individual. Atualmente, segundo apuração de campo, dos 468 lotes, apenas 20 contam com tratamento adequado para as águas provenientes de vasos sanitários (águas pretas) e águas cinzas de pias e chuveiros. O sistema mais comum é de fossas negras, onde o esgoto é despejado em um buraco cavado na terra, sem qualquer vedação, o que leva à contaminação do solo e das águas.

A orientação da equipe técnica de ATES com atuação na área é pela utilização de fossas sépticas biodigestoras, especificamente o modelo desenvolvido pela EMBRAPA com dimensão suficiente para atender a uma família residente do espaço rural. Este modelo é composto por três caixas com capacidade de 1.000 litros, sendo que a última armazena as águas já tratadas que servem de biofertilizante para a fertilização de árvores. Estima-se que para sanar o problema de saneamento dos lotes que ainda não tratam o esgoto, seria necessário construir 448 fossas. Considerando o modelo de fossa séptica biodigestora, seria necessário um investimento total de R\$ 477.227,52. (Plano de recuperação do projeto de desenvolvimento sustentável da Barra, 2014, p. 95-96).

No período, a solução para a criação de fossas seria menos de 500 mil reais, do ponto de vista dos assentados é um volume muito alto de recurso, o que para o poder público pode ser considerado um baixo investimento. Hoje, segundo o entrevistado 5, são 70 lotes que possuem fossas sépticas, um número muito baixo. Estes só conseguiram por meio de projetos ligados a agrofloresta e ao trabalho realizado por mutirões.

Entrevistado 5: A água sempre foi e será um problema aqui. Eu já entendo que o assentamento foi feito pelos órgãos responsáveis já apostando no fracasso do assentamento, que quebraram a cara porque o assentamento deu certo, mas para as águas de produção, apesar de sistemas agroflorestais gastar 70% menos de água do que uma cultura convencional e que esse tipo de utilização da água ela não é contaminada. Quem trabalha com agroecologia não contamina a água porque não usa agrotóxico ou qualquer outro agente químico. É preciso que de fato o Estado dê de fato o que as famílias têm direito, que são as infraestruturas do assentamento, porque isso prejudica muita produção. Aqui é com a cara e a coragem que a gente faz, para sair com caminhão dos produtos aqui do assentamento até pegar o asfalto demora um século porque as estradas estão cheias de buraco, o caminhão tem que andar devagarzinho, quebra tudo, só prejuízo para os assentados.

Como o entrevistado, outros assentados compartilham da opinião que não é omissão do Estado em não realizar as infraestruturas necessárias, o não fazer se torna a forma de operar. A falta de investimento dos assentamentos da reforma agrária faz parte da política institucional não apenas de governos em seus diferentes níveis, mas é o *modus operandi* do Estado brasileiro lidar com essa questão.

A questão da produção, por ser um assentamento de Reforma Agrária, sempre está presente na temática da água, porém os problemas vão muito além, são também no âmbito do consumo e da saúde. Em pesquisa realizada entre março de 2019 e agosto de 2021 pela Escola

de Enfermagem da USP Ribeirão Preto, foram analisadas amostras de água em 77 lotes, em um total de 234 amostras durante o período, onde foram encontrados diversos contaminantes desde coliformes, larvas de helmintos, concentrações fora das recomendações do PH ácido e para Pb e turbidez. O estudo também faz comparativos com outros assentamentos rurais, e traz nas suas conclusões:

O presente estudo reforça que a ausência de sistemas satisfatórios de abastecimento hídrico prejudica a qualidade da água consumida e *representa um risco para a saúde da comunidade*. Vale destacar, que a *responsabilidade pela garantia da água potável com qualidade não deve recair somente para os comunitários*. [...] Deste modo, pode-se dizer que os programas de reforma agrária no país, na maioria das vezes, não foram acompanhados de políticas de saneamento rural e a potabilidade da água ainda é um desafio nos assentamentos rurais brasileiros. É necessário que o Estado garanta o acesso à água potável e que tendências ou posicionamentos políticos não impliquem no direito à água nas comunidades assentadas rurais. Para amenizar tal situação, medidas paliativas como a cloração de água e fervura, a construção de sistemas de encanamento até as residências com vedação adequada (sem contato com o ambiente externo) e ações de educação em saúde para a população sobre segurança hídrica, podem ser uma alternativa (Nakano, et al., 2022, p. 749-748, grifos nossos).

Aqui a questão se torna mais complexa ao emaranhar no conflito fundiário fruto da luta dos Sem Terra diretamente com o agronegócio, o conflito social das famílias assentadas em busca da garantia dos seus direitos básicos e o conflito ambiental em torno do acesso aos bens naturais, mas principalmente da construção de um novo modelo da relação ser humano com a natureza.

Ascelard (2004), ao analisar os conflitos ambientais, aponta para essa complexidade que exige novas formas de análise para esta “rede intrincada de processos socioecológicos e políticos que põem inelutavelmente, a Natureza no interior do campo dos conflitos sociais.” (p. 9). O desafio colocado segundo o autor é que não é mais possível, por exemplo, separar a questão da água da discussão das questões fundiárias, como também estas lutas perpassam por sentidos culturais, fato que verificamos neste estudo. Não são apenas questões no âmbito do discurso, mas sim questões que impactam na vida das pessoas e, que ao mesmo tempo, constroem outro projeto político de sociedade por três pilares: prática concreta, formação e luta.

Neste sentido, afirmamos que a luta histórica do campesinato é decisiva para o desvelamento da ocultação ideológica das potencialidades da agricultura camponesa com base agroecológica, operada pelas classes dominantes através do agronegócio e dos grandes proprietários dos meios de comunicação, opositores poderosos, tanto da reforma agrária, quanto da alteração do atual padrão agrário-agrícola. Ai se colocam as interfaces entre a questão agrária e a questão ambiental, pois a luta pela mudança no modelo agrário e agrícola hegemônico, relacionada ao direito à terra a partir de sua função social, está aliada à construção de uma perspectiva de sua utilização também do ponto de vista da sua função ambiental, ambas amparadas em dispositivos constitucionais (Rodrigues, 2014, p. 225).

As experiências com bases agroecológicas desenvolvidas pelas famílias assentadas modificaram sua própria relação com o meio ambiente e colocaram novas perspectivas de renda mediante a comercialização e o autoconsumo. Também possibilitou a recuperação ambiental e o aumento da biodiversidade a partir das agroflorestas. Segundo Marrínez (2011), podemos considerar este caso como um exemplo de ecologismo popular ou ecologismo dos pobres que surge a partir dos conflitos ambientais, mas também pelas desigualdades sociais. Ainda para o autor, por não utilizarem diretamente o discurso ambientalista hegemônico, como no caso a terra e a Reforma Agrária, esta vertente foi desconsiderada, acrescentamos ainda o fato de ela ser praticada por populações amplamente marginalizadas social, política e economicamente.

5.2 SEMEANDO OS PRÓPRIOS CAMINHOS NO ASSENTAMENTO

Desde sua concretização até o momento são diversos os fatores que não possibilitaram a realização plena do Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Barra. Um deles se refere às competências responsáveis pela execução do projeto, pelo assentamento pertencer a União, o INCRA é o órgão responsável da execução do projeto, porém as assentadas e os assentados também residem em Ribeirão Preto, ou seja, são munícipes, o que também deveria conferir a responsabilidade ao poder público municipal. Esta dualidade, segundo o entrevistado, pode ser uma das razões que impedem a concretização de algumas ações.

Entrevistado 4: O INCRA fala que a responsabilidade de garantir o direito ao acesso à água do poder público municipal. O poder público municipal fala que a área é Federal, logo a responsabilidade em garantir a infraestrutura dessa área é do INCRA. Na verdade, os dois estão errados e estão certos ao mesmo tempo, o INCRA deveria garantir a estrutura, mas o município também não pode se eximir da responsabilidade constitucional de garantir o acesso à água. Então sempre tem um jogando para o outro, isso acontece desde sempre. Mesmo numa ação civil pública eles continuam fazendo a mesma argumentação.

Ainda segundo o entrevistado, um dos erros cometidos ocorreu na construção do próprio TAC ao não indicar de forma clara as atribuições da prefeitura de Ribeirão Preto para com o assentamento. A omissão de responsabilidades tem reflexos em vários aspectos dentro do assentamento, desde a infraestrutura da água, estradas até a construção da escola. A ação civil pública citada na fala do entrevistado 4 é o reflexo dessa omissão no cenário atual, movida no ano de 2020, pela 2ª Vara Federal de Ribeirão Preto, a pedido do Ministério Público Federal. Esta obrigava tanto a prefeitura como o Departamento de Água e Esgoto do município (DAERP) a apresentar um projeto para a instalação da rede de saneamento básico e

ainda estabelecia o financiamento do projeto por parte da União e por meio da criação de convênio entre os governos municipal e federal em um prazo estabelecido de dez meses.

As audiências que culminaram na ação civil pública foram permeadas pelo impasse no qual o poder público teria a responsabilidade sobre o PDS da Barra. E apesar do papel importante que o MP exerce na mediação dos conflitos nesta última ação civil há discordância entre os próprios assentados que alegam não quererem uma rede de esgoto e distribuição de água nos moldes da cidade, pois esta implicaria obras que afetam e muito a organização estabelecida hoje no território. Assim, mais uma vez o poder público reproduz a imposição de forma que não condizem com a realidade do assentamento.

Entrevistado 1: Porque daí alguns políticos querem se beneficiar disso, algumas pessoas na ignorância acabam aceitando esse diálogo. A prefeitura vem aqui e faz do jeito deles e vai começar a te cobrar igual cobra na cidade, a energia aqui é igual que você paga na cidade. Aqui é uma área rural e você paga a energia do poste que você não tem e paga no talão. Porque eles têm que respeitar as famílias que já estão aqui há tanto tempo e já sabem o como fazer, o que precisa, só precisa de uma ajuda para poder organizar isso, através de fossa séptica através de um biodigestor, de forma a fazer a água cinza não escorrer no lote com bananeira, então tem várias formas de fazer que não seja dessa maneira tradicional como eles estão propondo.

Entrevistado 5: O tratamento do esgoto também é uma questão ambiental muito importante aqui, mas também não veio nada por parte disso. No meu entendimento também o município, a prefeitura tem que dar os recursos necessários, mas a gente tem que fazer um tratamento de esgoto voltado para a realidade das famílias. Nós não queremos o DAERP fazendo a coleta de esgoto no assentamento igual é feito na cidade, uma por que não funciona é caro demanda muito recurso. Não vou arriscar falar os números, mas por um tantinho de nada do recurso que muitas das vezes seria empregado para fazer esse tipo de coleta a gente faz todo tratamento de uma forma diferente e com muita eficiência. As fossas biodigestoras, fossas biotranspiradoras. A gente já fez isso aqui, tem várias famílias que têm o seu esgoto tratado através dessas técnicas, Então a gente faz um tratamento específico do vaso sanitário, as demais águas do chuveiro, da pia, da máquina, qualquer outra água ela é coletada de uma forma diferente, isso possibilita que você devolva a água para o aquífero sem contaminar.

O acúmulo das experiências que os assentados possuem e das suas práticas concretas não é levado em conta e muitas vezes nem escutadas de forma horizontal. A precarização do território assume e é responsabilidade das diferentes esferas públicas municipal e federal, ao mesmo tempo, em que internamente no assentamento se impõe pela omissão ou ineficácia do poder público. Assim, podemos afirmar que até os dias de hoje existe um conflito em torno da água e do acesso aos direitos básicos pela população assentada.

Em relação específica, ainda recente, sobre o desenvolvimento da ação civil pública a prefeitura de Ribeirão Preto, no dia 8/11/2021, retornou um ofício enviado pelo MST pedindo as informações de como estavam às tratativas. No documento, a prefeitura municipal afirma que está em diálogo para firmar o convênio entre ela, o DAERP e o INCRA por meio da Plataforma Mais Brasil e, também, estão realizando reuniões. Em um total de três reuniões,

em nenhuma delas foram convocados os assentados ou a direção do MST. Ainda segundo o documento existe a viabilidade de instalação de rede de água, porém não há viabilidade da rede de esgoto e para esta questão o INCRA ficou de verificar recursos para a instalação de fossas sépticas.

As soluções apresentadas neste último documento da prefeitura são as mesmas que as próprias famílias estão propondo em relação ao saneamento, em relação à distribuição de água. A viabilidade que eles apontam não é só possível como já existe, de forma precária, mas feita pelas próprias famílias que se organizaram em torno dessa questão há vinte anos. Ações simples como visitas ao território, diálogo com as famílias que vivenciam a realidade e que, por isso, muitas vezes possuem um conhecimento maior até que os próprios técnicos destas instituições, principalmente por entenderem do contexto rural, estas ações, ao não serem realizadas, só podem ser encarados como falta de vontade política e negação da própria organização dos trabalhadores e trabalhadoras.

Do ponto de vista ambiental, e até econômico, o assentamento tem muitas contribuições para a região de Ribeirão Preto, seja pela preservação e recuperação ambiental ou pela produção de alimentos, que hoje é acessada pelas prefeituras da região e pela própria população, mediante a compra direta das cestas agroecológicas. Estas iniciativas são a síntese da proposta de Reforma Agrária Popular formulada nas linhas gerais do MST e vivenciadas em seus territórios.

Frente ao atual estágio da luta de classes e da dimensão que a luta pela reforma agrária alcançou nesse momento histórico, a produção de alimentos saudáveis passa a ser uma das grandes chaves de avanço e diálogo da reforma agrária popular. Estamos diante do desafio de massificar a produção de alimentos em nossos territórios de maneira que esses reflitam nossa concepção de mundo e se converter ferramenta de diálogo e fortalecimento da classe trabalhadora.

Para tanto, a produção de alimentos saudáveis é um pilar fundamental da reforma agrária popular, pois não podemos ser dependentes desse modelo hegemônico de agricultura que destrói e envenena (nós e o planeta) (Hadich e Mafort, 2022, p. 40).

Outra linha política do MST é a solidariedade. Assim, durante a pandemia foram realizadas as Ações Solidárias nas cidades da região de Ribeirão Preto, totalizando mais de 50 toneladas de alimentos advindas de seus acampamentos e assentamentos.

Em audiência pública realizada na Câmara de Vereadores, em outubro de 2021, sobre a Fazenda da Barra, foi pontuada a importância das doações de alimentos realizada pelo MST:

Integrante da União dos Movimentos de Moradia e liderança da Comunidade Cidade Locomotiva, Platinir Nunes disse que o poder público pouco ou nada fez pelas comunidades urbanas em Ribeirão Preto e pelo PDS da Barra. Platinir lembrou a importância da parceria entre o MST e a UMM diante do descaso do governo municipal com a população em situação de vulnerabilidade. A liderança falou sobre as diversas ações solidárias que o MST, em parceria com a Rede Agroflorestal, realizou, em várias comunidades urbanas ao longo da pandemia. "Esse casamento

(UMM/MST) nos alimentou na pandemia. Estou falando de 20 comunidades, milhares de famílias onde tivemos a oportunidade de termos 42 toneladas de alimentos saudáveis doados as comunidades"²⁶.

Mesmo sem o reconhecimento por parte do Estado da importância do assentamento Mário Lago, pelas centenas de famílias que hoje vivem e trabalham na terra, pela produção de alimentos saudáveis e pela sua importância ambiental, o MST hoje consolidou uma gama importante de parceiros da sociedade civil e com as universidades da região. Também é uma referência em agroecologia, o que faz com que receba muitas visitas anuais, nacionais e internacionais, para conhecer a experiência desenvolvida no assentamento. Na visão dos assentados, a mudança do território do período de ocupação em que a fazenda era utilizada para o monocultivo de cana-de-açúcar para os dias atuais é enorme. Seguem alguns relatos sobre essas mudanças:

Entrevistado 5: Mudou totalmente. Por exemplo, se você for ver uma foto dos anos 2000 aqui dessa Fazenda onde existia uma monocultura de cana, hoje você vai ver totalmente diferente. Porque mesmo aquelas pessoas que não praticam o SAF para produção, tem a horta no terreno dele, na proximidade da casa dele já é um SAF, porque é cheio de fruta tem um monte de mangueira, um monte de laranjeira, amoreira, um monte de flor e um monte de passarinho. A fauna voltou totalmente para cá hoje, a gente vê tamanduá-bandeira aqui, a gente vê até onça, aquela onça parda. Existe uma vida de fato no lugar.

Entrevistada 3: Hoje os pássaros vêm aqui, só faltam comer na mão da gente, aparece pássaro de todo jeito, pássaro que eu nunca tinha nem visto. Macaco eu coloco a banana ali eles vem e comem tudinho e enche bem uns 10 ali. Ai o nego disse “quando acabar as bananas eu vou ter que comprar” e eu disse não, porque lá fora as bananas vem com tudo veneno e os macacos não gostam, eles gostam é da orgânica.

Entrevistado 1: Quando a gente chegou aqui, eu praticamente vim aqui no finalzinho de 2003 2004, quando a gente veio era só cana, então hoje eu tenho nas fotos do meu celular e nem gostava muito. Hoje eu acordo e vejo quais passarinhos têm diferentes, tem uns caras que dizem esse passarinho não existe, mas aqui tem. Eu tiro foto de um monte de passarinho assim livre, você vê que a natureza vem se restaurando, mesmo não conseguindo produzir consegue preservar mais, não degrada como o antigo fazendeiro que degradava e destruía para plantar cana. Então, se a nossa evolução com as nossas forças, a nossa luta, já é grande você imagina se o governo tivesse um pouco de sensibilidade e olhasse para isso. Eu acho que a gente está uns dez anos na frente. Nós já mudamos muito tanto o cenário como a vida de algumas famílias que perseveraram e conseguem produzir sem água.

Os desafios colocados ainda são muitos no assentamento, a disputa pelo território permanece tanto pela especulação imobiliária como pelo agronegócio, ambos os setores fortes no município de Ribeirão.

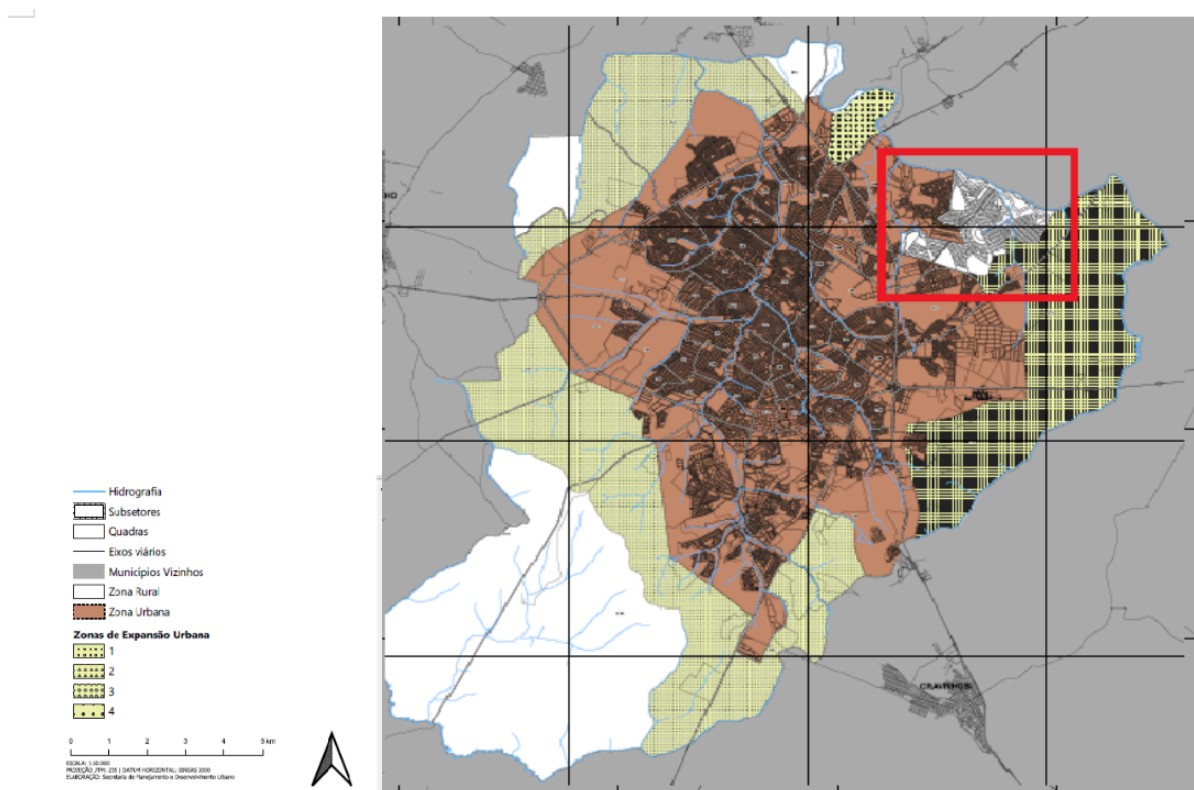
Esta parece ser a tendência seguida por vários proprietários de terra na cidade de Ribeirão Preto, interior do Estado de São Paulo que não possui atualmente nenhuma usina de etanol/ açúcar em atividade, após longo período de ostentação no título "Califórnia brasileira" na década de 1980/1990 e depois com a reestruturação

²⁶ Blog O Calçadão, disponível em: <http://ocalcadao.blogspot.com/2021/10/assentados-da-fazenda-da-barra.html>

produtiva, de "capital nacional do agronegócio" ponto o que parece ser uma contradição é, em realidade, uma comprovação da dupla atuação de uma mesma face orgânica do capital, e o agronegócio e especulação imobiliária (Hadich e Mafort, 2022, p.38).

Em abril de 2023 foi sancionada em Ribeirão Preto a nova Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, o que corrobora com a atuação do capital no município de Ribeirão Preto. Nesta nova lei apenas quatro regiões são classificadas como zona rural, entre elas o PDS da Barra. Ou seja, no município do agronegócio o rural é o assentamento, o que evidencia mais uma vez que este modelo do capital já se transformou em outra coisa que não mais se identifica nem com o campo nem com a agricultura. Como podemos observar no mapa a seguir:

Figura 15 – Mapa da divisão territorial do município de Ribeirão Preto



Fonte: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/files/splan/planod/19-11-07-mapa5a0-ocupacao.pdf>

Os desafios colocados são vários e de diferentes âmbitos, mas as conquistas também são muitas e belas, conquistas das famílias hoje assentadas e da sociedade como um todo. Ao desfiar o projeto do agronegócio e, na prática, mostrar que é possível a produção a partir de outra matriz tecnológica de alimentos saudáveis, e quiçá populares, a história do Mário Lago também apresenta um caminho de uma nova sociabilidade.

Entrevistado 5: Quando eu conheci o movimento entendia especificamente o que dizia a frase luta pela terra quer dizer, eu queria um pedaço de terra para morar e produzir. Hoje eu entendo que a luta pela terra vai muito, além disso. Ela por si só não é o que a gente deseja, o que de fato a gente deseja é que a luta pela terra é um ponto inicial para uma transformação da sociedade. E aí de fato a gente vai ter essa transformação que não é só a luta pela terra, mas é a transformação no jeito de consumir os produtos. Essa conexão volta a estabelecer a conexão do ser humano com a natureza, isso é preciso fazer.

Figura 16 –Agrofloresta no lote do entrevistado 5



Fonte: Acervo de Filipe Augusto Peres

A agroecologia popular construída no MST é uma das sínteses construídas pelo movimento de sua formulação agrário-ambiental, a qual abrange o debate da soberania alimentar, a defesa dos territórios e a reforma agrária, mas também se coloca como alternativa e contraposição do modelo de agricultura capitalista. O reestabelecer da conexão entre ser humano e natureza na fala do entrevistado é um caminho já construído de retomada do valor de uso a partir da agricultura por meio do trabalho dos sujeitos sem terra e a conservação dos bens naturais.

Primeiramente é importante destacar que não é somente o MST que vem enfrentando dificuldades para propagar pelo campo práticas agroecológicas. Tanto no Brasil, quanto no resto do mundo, organizações de diferentes linhas políticas e ideológicas vêm enfrentando os mesmos problemas. É possível afirmar, inclusive, que o *MST está na vanguarda desse processo*, haja visto o número de estudos nacionais e internacionais que tem nesse Movimento o seu foco. [...] Deste modo, é possível afirmar que o MST tem buscado ampliar sua pauta de reivindicações, agregando a ela a dimensão ambiental, sem com isso abrir mão de suas históricas demandas sociais, configurando-se assim como um movimento também agroecológico, conforme já assinalado (Borsatto, 2011, p. 219).

Neste movimento dialético, a partir de seus territórios, com dificuldades e contradições, a questão agrário-ambiental no e do MST, mais do que se incorporando ao longo dos anos, como tentamos demonstrar até aqui, vai também sendo reconhecida socialmente. Ao mesmo tempo, ainda está em construção e abrangem outros elementos, a perspectiva da construção de novas relações sociais ao incorporar os temas da educação, saúde, gênero, entre outros.

6 A PRÁXIS DO MST A PARTIR DO SEU PROJETO AGRÁRIO-AMBIENTAL

Trilhamos até aqui um caminho da construção histórica da concepção agrário-ambiental no e do MST, que são determinadas pelos diferentes contextos históricos, enfrentamento de classes e reposicionamento das lutas. Agregamos ao trazer a experiência do assentamento Mário Lago à tentativa de superar a visão dicotômica da realidade: local x global, base x direção; que apenas restringe a visão de processo e totalidade que aqui tentamos desenvolver.

Partindo da concepção de que os processos sociais se desenvolvem dentro de um terreno contraditório e dentro da perspectiva antagônica das relações sociais capitalistas, não descartamos que é possível desenvolver novas relações sociais, novas bases culturais e produtivas construindo uma nova forma de produção e organização da vida. É o que Marx vai conceber sobre a práxis revolucionária.

A questão de saber se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão de teoria, mas de prática. É na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno do seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou não realidade de um pensamento que se isola da práxis é uma questão puramente escolástica (Marx e Engels, 1986, p. 126).

No plano da práxis como resultado de uma realidade produzida na luta contra-hegemônica, trataremos a seguir de algumas ações mais recentes que o MST vem desenvolvendo e se propondo a construir a partir da sua concepção agrário-ambiental, objeto do nosso estudo. Desse modo, as atividades aqui escolhidas foram selecionadas dentro dessa temática. Sendo elas: as Feiras Nacionais da Reforma Agrária, Curso Nacional de Questão Ambiental e o Plano Nacional Plantar Árvores Produzir Alimentos Saudáveis. Partimos dessas atividades como fruto da práxis desenvolvida pelo movimento ao fazer a denúncia do modelo destruidor da vida, realizam a formação político-ideológica e disputam outro projeto de sociedade.

A produção das ideias, de representações da consciência, está de início diretamente entrelaçada à atividade material e com o intercâmbio material [...] os homens são produtores de suas representações, de suas ideias etc., mas os homens reais e ativos [...]. A consciência jamais pode ser outra do que o ser consciente e o ser dos homens é seu processo de vida real (Marx e Engels, 1986, p. 36).

E se no plano da práxis nossa atuação ocorre em uma realidade histórica que não é por nós escolhida, e sim resultado de uma realidade produzida nas relações de forças, cabe ressaltar que todas as atividades que serão abordadas foram realizadas em um momento complexo da realidade brasileira: pós-golpe da ex-presidenta Dilma, ascensão da extrema direita com o ex-presidente Jair Bolsonaro e a pandemia da COVID-19. No âmbito da reforma

agrária, este foi um período de forte enfrentamento que vai desde um arcabouço de legislações, os entulhos agrários, que modificaram diversas leis agrário-ambientais, o esvaziamento das políticas públicas para a reforma agrária e agricultura familiar até a criminalização dos movimentos sociais, em especial o MST.

Ainda durante o mandato da ex-presidenta Dilma, em abril de 2016, o Tribunal de Contas da União, articulado com a bancada ruralista, realizou uma medida cautelar para que o INCRA paralisasse todas as políticas de reforma agrária. O resultado dessa ação foi à suspensão dos contratos de concessão de uso de cerca de 500 mil famílias assentadas. Ainda neste ano foram assassinados dois militantes do MST, Vilmar Bordim e Leomar Orback, no Paraná, com uma emboscada realizada pela polícia militar e os jagunços da fazenda Araupel. Em novembro do mesmo ano, policiais civis invadiram a Escola Nacional Florestan Fernandes com enorme violência, dispararam tiros e levaram dois militantes presos²⁷.

Figura 17 – Invasão policial na ENFF



Fonte: Arquivo MST.

Em resposta a essas ações de truculência, no dia seguinte foi realizado um ato com cerca de mil pessoas na ENFF em solidariedade ao MST. Este fato deixava claro mais uma

27

<https://mst.org.br/2016/11/07/historico-de-violencia-da-araupel-contra-sem-terra-busca-manter-dominio-sobre-areas-publicas/>

vez a perseguição e criminalização do MST, mas também sua capacidade de mobilização e força política com outros setores da sociedade.

Podemos considerar, até então, como um dos períodos de maior retrocesso aos direitos sociais conquistados desde a redemocratização. Dentre os retrocessos, os mais contundentes foram a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/16, que congelou os gastos públicos em 20 anos, e a Reforma Trabalhista, em 26/04/2017, um ataque à CLT e à intensificação da precarização do trabalho. Ainda no contexto do governo Temer, o Ministério do Desenvolvimento Agrário foi extinto e houve sucessivos cortes aos programas da agricultura familiar como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), a assistência técnica e a obtenção de novas terras. Iniciou-se uma ofensiva jurídica em direção à grilagem das terras públicas pelo capital privado, processo que se seguiria a passos firmes nos próximos anos em direção à espoliação dos bens naturais e a superexploração do trabalho. Só entre os anos de 2016-2018 houve a incorporação de 253,7 milhões de ha pelo capital privado (Martins, 2022).

Com o fim do projeto petista da conciliação de classes e em uma ofensiva neoliberal, não foi necessário apenas derrubar a ex-presidenta Dilma, mas também acabar com possibilidade da eleição do ex-presidente Lula, o que desembocou na sua prisão após a operação Lava Jato.

Nesse contexto, o MST protagonizou, junto com outras organizações, algumas das mais importantes mobilizações de resistências, a vigília em São Bernardo dos Campos, na prisão do Lula, no dia 7 de abril de 2018; a Vigília Lula Livre, em Curitiba, em frente ao prédio da polícia federal onde ele esteve preso, de 7 de abril de 2018 a 8 de novembro de 2019, totalizando 580 dias, e a Marcha Lula Livre, de 10 a 15 de agosto, com mais de 5 mil pessoas e 50 quilômetros de caminhada. Aqui colocamos o protagonismo do MST assim como as táticas de lutas dessas ações utilizadas pelo movimento: das marchas, organização de acampamentos, processos formativos e culturais ao longo das atividades, ações de solidariedade, entre outros²⁸.

Figura 18 – Marcha Lula Livre

²⁸ <https://mst.org.br/2018/08/11/marcha-lula-livre-inicia-com-atos-politicos/>



Fonte: Acervo de Filipe Augusto Peres

O cenário analisado compreendia que a crise estrutural do capitalismo se manifestava em quatro dimensões: a crise econômica, social, ambiental e de saúde. No ano de 2021 existiam 19,3 milhões de pessoas em situação de fome e outros 116,8 milhões conviviam com algum grau de insegurança alimentar (IBGE). Por outro lado, as cinco maiores empresas de grãos (Cargill; Bunge; ADM; Dreyfuss; Monsanto/Bayer) controlavam mais de 50% das sementes e tinham o controle sobre 5 produtos: soja, milho, trigo/centeio, arroz e cevada. Fato que resultou, aliado ao aumento do dólar nas exportações, em um aumento no preço do arroz de 76%; no feijão de 68%; óleo de soja 104 %; e da carne bovina em 17,9% (Relatório ABRA, 2021).

Outro ponto a destacar nessa relação é o avanço das fronteiras agrícolas pelo agronegócio. Em 1988, o Brasil possuía 24,7% da sua área ocupada pela agricultura com o cultivo dos principais produtos da cesta básica (arroz, feijão, mandioca) e, em 2018, essa área despencou para 7,7% (Porto Gonçalves, 2021).

No tocante jurídico instituiu-se a Portaria Conjunta INCRA/MAPA, 01 de Dezembro de 2020, o Programa Titula Brasil, que transferiu para os municípios e para as empresas privadas o dever de vistoriar as áreas públicas de até 2.500ha para a destinação da regularização fundiária. Em outras palavras, institucionalizou-se a grilagem de terras. Com o projeto de Lei nº 191, liberou-se a mineração, uso de sementes transgênicas e aproveitamento da água e do

solo em terras indígenas, resultando um novo genocídio dos povos indígenas²⁹. Estes são uns dos muitos exemplos da barbárie vivenciada no Brasil.

Frente a esse cenário tivemos importantes mobilizações de resistências como os protagonizados pelos estudantes contra os cortes na educação pelo então ministro Abraham Weintraub, onde se estima que os atos foram organizados em mais de 200 cidades e envolveram mais de 1 milhão de pessoas. Ocorreu também greve geral em 14 de junho de 2019; em agosto do mesmo ano a ocupação de Brasília por 100 mil mulheres organizada pela Marcha das Margaridas e no ano de 2020 o 1º Encontro das Mulheres Sem Terra em Brasília, que culminou na ocupação do Ministério da Agricultura denunciando o desmonte das políticas públicas da reforma agrária e para as mulheres (Martins, 2022). No geral essas mobilizações foram possíveis nos dois primeiros anos do governo Bolsonaro, com a pandemia da COVID-19 houve a paralisação das mobilizações de rua.

Novo tocante à questão agrária, o MST seguiu compreendendo que, nessa crise estrutural do capitalismo os bens comuns da natureza serão alvo de permanentes ataques pelo capital internacional buscando reeditar um novo tipo de "acumulação primitiva", agora com base na apropriação privada da água, da biodiversidade dos minerais, do petróleo e, sobretudo, da terra, ampliando conflito no campo (Martins, 2022, p. 377).

Neste sentido, o MST desenvolveu ações que ele mesmo intitulou de “resistência ativa”, realizando ações de solidariedade, com a doação de alimentos in natura e a produção de marmitas em uma campanha chamada de “Periferia Viva”, na campanha “Despejo Zero”, a qual tinha como objetivo suspender os despejos ou remoção de pessoas de suas moradias, inclusive o nome desta campanha surge da articulação do MST e da UMN (União dos Movimentos de Moradia), em Ribeirão Preto. Além de processos massivos de comunicação e formação nas suas redes e meios de comunicação, fazendo-se reinventar as táticas possíveis de luta para o período.

6.1 AS FEIRAS NACIONAIS DA REFORMA AGRÁRIA (FNARA)

As feiras sempre fizeram parte da cultura brasileira e dos agricultores. Vários estados e municípios em que o MST está organizado realizam feiras há muitos anos, esta é uma forma de comercialização direta sem a mediação institucional ou de atravessadores, como também

²⁹ Segundo o relatório “Violência contra os povos indígenas do Brasil – dados de 2021” apenas no ano de 2021 foram registrados 355 casos de violência contra a pessoa indígena, nestes: 176 assassinatos, 148 suicídios, 19 ameaças de morte, 21 lesões corporais dolosas, 21 casos de racismo e discriminação étnico cultural e 14 registros de violência sexual. (<https://mst.org.br/2022/08/19/relatorio-aponta-que-violencia-contra-indigenas-esta-mais-intensa/>).

um dos instrumentos de diálogo com a sociedade, exemplo das cestas agrofloretais já citadas anteriormente.

A primeira Feira Nacional da Reforma Agrária foi realizada no ano de 2015, ainda no contexto recente do VI Congresso Nacional que ocorrera em 2014 e que cunhou a perspectiva da Reforma Agrária Popular. Nos seus 30 anos, o MST se propôs a ser também um articulador da classe trabalhadora para lutas massivas, assim como a construir a unidade do campo da esquerda mediante novas formas de lutas. As FNARA vêm nesta perspectiva de construir um diálogo com a sociedade como afirma a dirigente do setor de produção do MST em entrevista:

A feira é um instrumento de diálogo com a sociedade. O objetivo é debater com a cidade o papel da soberania alimentar, da produção saudável e diversidade de alimentos. Uma produção socialmente justa e ambientalmente sustentável, que leva em consideração quem produz³⁰.

No diálogo com a sociedade, as Feiras também objetivavam mostrar os produtos e conquistas da reforma agrária, fazer a denúncia ao modelo do agronegócio e a paralisação das políticas de reforma agrária, ao mesmo tempo em que, a partir dos espaços organizados nas feiras, mostravam a cultura organizativa Sem Terra e a possibilidade de outro projeto político de sociedade. Um dos pontos interessantes é que a própria organicidade do MST que se reproduz em suas lutas e atividades, também é adotada nas feiras. A divisão de tarefas se dá pelos setores constituídos internamente, seja a Comunicação, a Cultura, a Educação com a Ciranda Infantil, a Juventude, a Produção, entre outros. A organicidade também se dá a partir dos estados participantes que tiram seus coordenadores e dividem as tarefas entre os feirantes. Estes são dias em que um observador atento pode, também, vivenciar a estrutura organizativa do MST.

Os espaços do Movimento são construídos cada qual com uma intencionalidade. As apresentações culturais são divididas em três espaços: um palco principal chamado Arena, no qual ocorrem os grandes shows com artistas da música brasileira; em um palco menor, chamado Terra, são as apresentações com caráter mais da cultura popular e as programações infantis, assim como as apresentações de chão que variam de cortejos a peças teatrais. Outro espaço é a Culinária da Terra, onde cada estado traz sua comida típica regional e todas são preparadas como os produtos dos territórios do MST. Além do espaço da Feira em si, que comercializam os produtos da reforma agrária e tem sua divisão pelas grandes regiões, estados, regionais, até chegar aos assentamentos e acampamentos, presentes e representados durante as feiras. Também são montados espaços de troca de sementes, espaço literário e de

30

<https://mst.org.br/2015/10/14/as-pessoas-nao-comem-um-prato-de-comida-mas-um-calice-de-veno-afirma-dirigente-do-mst/>

exposição das atividades desenvolvidas desde os cursos realizados pelo Pronera, às brigadas de alfabetização e as brigadas internacionalistas. A seguir segue uma sistematização das FNARA com alguns dados gerais.

Tabela 3 – Dados gerais sobre as FNARA

	I FNRA	II FNRA	III FNRA	IV FNRA
Data	22 a 25 de outubro de 2015	4 a 8 de maio de 2017	3 a 6 de maio de 2018	11 e 14 de maio de 2023
Visitantes	80 mil	170 mi	260	330
Produtores	800	800	1215	1200
Toneladas de produtos	200	280	420	500

Fonte: Elaborado pela Autora

As FNARA não ocorreram sequencialmente ao longo dos anos como se pode observar na tabela anterior. No ano de 2016 não foi possível sua realização pelo impeachment de Dilma Roussef, que teve início com a abertura do processo em dezembro de 2015 e seu desfecho em agosto de 2016. Como já apontamos anteriormente, este foi um período que não só o MST, mas o campo da esquerda estava em amplo processo de mobilização social. No ano de 2019, no estado de São Paulo, assumiu o governo João Dória. Este inviabilizou a realização da IV Feira sobre o pretexto de que o parque da Água Branca não comportaria o público esperado pela feira, o que a verdade era um posicionamento político contrário ao MST.

Mesmo sem a realização da Feira, neste ano foram realizados importantes movimentos em prol da sua realização, entre eles: um Banquete em frente ao Teatro Municipal de São Paulo, onde foram servidas duas mil refeições gratuitamente e com a presença de chefs de cozinha, nutricionistas, agricultores, participantes do Conselho Municipal de Alimentação e ativistas; um Almoço da Resistência em defesa da IV Feira Nacional da Reforma Agrária no espaço do Armazém do Campo, em São Paulo, com a presença de apoiadores do MST, jornalistas, artistas, representantes de partidos políticos e movimentos populares; um Ato Público em Defesa da Feira Nacional da Reforma Agrária convocado pelo MST no próprio parque da Água Branca; e um Festival Comida de Verdade, na ocupação 9 de Julho, em

parceria com o MTST. Ainda no cenário das mobilizações, foi aprovado o projeto de Lei nº 17.162, em agosto de 2019, proposto pelo vereador Jair Tatto (PT). Este projeto institui que a Semana da Feira Nacional da Reforma Agrária entre para o Calendário Oficial de Eventos da Cidade de São Paulo. Nos anos de 2020, 2021 e 2022 as FNRA não puderam ser realizadas devido à pandemia da Covid-19.

Estes elementos, mesmo sem concretizar seu objetivo final, a realização da Feira em 2019, demonstraram que a tática que o MST se propunha de dialogar com a sociedade dava frutos, posicionando o movimento como um importante ator político no campo da esquerda brasileira. Mais do que isso, com os temas da agroecologia, alimentação saudável e cuidados com os bens naturais, o MST ampliava suas alianças com outros segmentos da sociedade que passaram a reconhecer as experiências construídas pelo movimento neste campo agrário-ambiental.

Neste campo, dentro da diversidade de atividades que ocorrem simultaneamente nas Feiras, a programação conta com seminários e conferências que proporcionam o debate de assuntos que o MST elenca como prioritário no contexto de cada feira e traz diferentes interlocutores nas composições. Este é um espaço importante na batalha das ideias e na divulgação do posicionamento político do MST junto aos visitantes das Feiras. Analisando os temas abordados durante as feiras, o principal é acerca da questão agrário-ambiental. E aqui consideramos a contribuição do movimento em ampliar o debate da questão ambiental junto à sociedade ou, pelo menos, parte dela relacionando com a luta de classes e com seus desdobramentos sociais, econômicos, políticos e culturais.

Em um fazer-se classe de uma trajetória de quase 40 anos de construção talvez sejam as FNARA um ponto que culminou o reconhecimento das práticas concretas da reforma agrária e legitimou o projeto de Reforma Agrária Popular junto a outros segmentos sociais. Logo, a I FNARA trouxe o lema “alimentar-se é um ato político”, trazendo em seus espaços formativos temas como: Reforma Agrária Popular e Agroecologia; Seminário Políticas Públicas de Comercialização para o Campo; Reforma Agrária e a Função Social da Terra.

Durante a II FNARA os temas enfatizaram o uso de agrotóxicos e a agroecologia como alternativa. Nesta, com o objetivo de ampliar a luta por uma alimentação saudável e fazer o enfrentamento direto ao chamado “Pacote do Veneno”, foi lançada a campanha #ChegaDeAgrotóxicos. Relembrando que neste período ocorria um desmonte dos processos da legislação ambiental em um esvaziamento das políticas públicas para a produção de alimentos com base agroecológica, no de 2016 foi instalada uma comissão especial na Câmara dos Deputados que propunha diversas medidas, entre elas o chamado de “Pacote do

que modificou o sistema de registro de agrotóxicos, alterando o termo para pesticida. Este pacote aprovou e nele liberaram centenas de agrotóxicos no Brasil, muitos deles proibidos em diversos outros países. Um processo que já estava em curso e resultou entre os anos de 2010 a 2015 o registro de 815 agrotóxicos, e entre 2016 e 2020 este número passou para 2009 agrotóxicos liberados (Friedrich, *et al.*, 2021).

O tema dos agrotóxicos foi recorrente em todas as Feiras que se somaram aos debates: Experiências de promoção a agrobiodiversidade; A água e o cuidado com a casa comum; Alimentação saudável e nutrição na educação escolar; Alimentação saudável, um direito de todos e todas; A disputa ideológica em tempos de neofascismo e agronegócio; Agroecologia e meio ambiente; As políticas públicas e a reforma agrária popular; Reforma agrária: conflitos e desafios na atualidade; Pelo direito a alimentação saudável; Agroecologia na boca do povo; entre diversos outros. Nestes debates estavam presentes, além dos militantes do MST, diversos interlocutores entre eles: Universidades, Igreja Católica, Chefes de Cozinha, personalidades públicas, Terra de Direitos, órgãos públicos (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor; Companhia Nacional de Abastecimento; Secretarias de Segurança Alimentar) entre outros.

De acordo com Delweck, dirigente estadual do setor de produção, a feira tem como objetivo: “expor a verdadeira importância da Reforma Agrária na produção de alimentos saudáveis a partir de outro paradigma de produção, que produz a partir de outras relações humanas, com os bens naturais e com a saúde”³¹. Para um objetivo tão complexo, as Feiras tentam publicizar as concepções políticas e análise de conjuntura do MST com os debates e seminários, mas também trazer outras metodologias que sistematizem seus frutos, sejam estas através da cultura, da alimentação ou dos produtos vindos dos 23 estados onde o MST organiza acampamentos e assentamentos.

6.2 O PLANO NACIONAL PLANTAR ÁRVORES PRODUZIR ALIMENTOS SAUDÁVEIS

No ano de 2020 o MST lança a campanha Plantar Árvores e Produzir Alimentos Saudáveis, com o objetivo principal de plantar 100 milhões de árvores em dez anos. Como já apontamos, o contexto do governo Bolsonaro e da pandemia, e após muitos anos de

³¹ Entrevista disponível em: <https://mst.org.br/2023/04/30/comexpectativa-de-reunir-500-toneladas-de-alimentos-mst-nca-4a-feira-nacional-da-reforma-agraria/>

retrocessos nas legislações, a vulnerabilidade e a insegurança alimentar se colocavam na pauta de forma explícita. O Plano traz duas sínteses: “plantar árvores” e “produzir alimentos saudáveis” que, ao mesmo tempo, articularão a concepção agrário-ambiental do MST e sua contraposição ao modelo da agricultura hegemônica como a questão da Fome, assim como o tipo de comida que é consumida. Além disso, o Plano possui um caráter de articulação externa com a sociedade, como vimos na construção das Feiras e de articulação interna nos seus assentamentos e acampamentos.

No campo da sociedade o Plano orienta que os plantios de árvores e comidas possam ser feitos a partir dos espaços que o MST está organizado e em articulação com as forças locais como os movimentos sociais, sindicatos, universidades, Institutos Federais. Em relação à forma do trabalho, estes deveriam ser organizados em mutirões. Nos espaços internos deveriam proporcionar a mística do plantio e fortalecer as experiências existentes nos territórios como as agroflorestas e os quintais produtivos, assim como contribuir para recuperação ambiental. Este Plano também teria um terceiro objetivo de fortalecer as ferramentas internas como as cooperativas, os centros de formação, coletivos, escolas, etc.

Alguns elementos valem ser destacados em relação ao Plano. Um primeiro é a sua proposta de periodização, de dez anos, até 2030. Claro que não daria para se plantar 100 milhões de árvores em um curto período, mas para, além disso, o Plano apesar de ter um caráter de agitação e propaganda, também revela outra dimensão de tempo e processos que pode ser conferido à construção própria dos movimentos sociais: em primeiro lugar, por ser territorializado nacionalmente, a internalização com sua base social é realizada com tempo, através de ações concretas e processos formativos. Não se trata apenas de mais uma campanha e sim de um processo que possa internalizar os objetivos propostos ao passo que sua construção também se realiza no fazer das ações concretas.

Outro elemento é a abordagem dos elementos da questão ambiental em sua totalidade. No entendimento de sua conexão com a questão agrária, não é uma questão específica do rural ou urbano, com o modo de produção capitalista, com as mudanças climáticas e a necessidade de outras formas de relação ser humano e natureza, tal qual sua ligação com a fome e com um projeto de soberania alimentar.

A convicção que se vai formando lentamente no Brasil urbano é a de que a questão fundiária e ambiental, originalmente lida como essencialmente rural, é hoje problema crucial para toda a nação. Cada vez mais cresce a percepção de que enchentes e inundações frequentes em todo o Brasil não são obras do acaso. Muito disto se deve a matas ciliares degradadas, desmatamento ilegal, espaços urbanos desequilibrados de cobertura verde, sistemas hídricos danificados pelo lixo e outras tantas formas de degradação ambiental, que em certo sentido refletem uma cultura

de socialização das perdas e privatização dos lucros, naquilo que se refere à apropriação dos recursos naturais (Delgado, 2010, p. 54).

Como parte da tática de resistência ativa elaborada pelo MST no período, o Plano tem o objetivo de pensar estas questões por outro ponto de vista, o que temos concebido neste trabalho como uma concepção agrário-ambiental própria do MST.

Na região de Ribeirão Preto, onde temos focado este estudo, diversas ações em torno do Plano foram realizadas. Desde plantios em áreas de reservas dos assentamentos, como plantios para recuperação das minas nos acampamentos Alexandra Kollontai, no município de Serrana, e no acampamento Campo e Cidade, município de Jardinópolis. Este último foi fruto de uma articulação com a União dos Movimentos de Moradia (UMM) que o MST, principalmente na região de Ribeirão Preto, tem consolidado.

Destacamos aqui uma das atividades realizadas no arcabouço do Plano em agosto de 2021 realizada na Comunidade da Paz, a “Oficina para implementação de horta agroecológica”. Ela é um exemplo das articulações do MST que são reforçadas pelo Plano. Esta oficina foi fruto de uma articulação do MST com a UMM e com a UFSCar a partir do projeto Agentes Populares de Agroecologia (NEA)³². Na perspectiva de construção de hortas urbanas e fortalecimento com os demais setores da sociedade, esta atividade também foi importante para o conjunto do MST no estado de São Paulo. No dia em que foi realizada estava ocorrendo uma reunião da direção estadual do MST-SP, assim, durante a reunião, por meio virtual, foi possível socializar a oficina durante o ponto do debate do Plano nesta instância como um exemplo concreto de ação. Entre outras ações realizadas dentro do Plano pela regional de Ribeirão Preto estão:

- Plantio de 250 mudas nativas em um raio de 50 metros da nascente de uma mina no Acampamento Alexandra Kollontai (2021);
- Plantio 400 mudas de árvores acampamento Campo e Cidade Paulo Botelho (2022); - Criação do Bosque em Neusa Paviato, nos assentamento Aparecida Segura e Mário Lago (2022).

Em uma circular de janeiro de 2023, a coordenação política do Plano realizou um balanço das ações nos dois primeiros anos nos quais foram 10 milhões de árvores plantadas, entre frutíferas e nativas, e construídos 300 viveiros de mudas. Entre as ações realizadas estavam: processos organizativos, formativos e produtivos; criação de viveiros de mudas; coleta de sementes; plantios de agroflorestas e quintais produtivos e ações de denúncias dos

³² Vídeo completo dessa oficina está disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=JaTWMcu1Tx&t=1568s>

crimes ambientais realizados em território nacional; também se criou um aplicativo chamado Arvoredo para que as pessoas pudessem inserir em um banco de dados seus plantios. Este documento também apresentou quatro dimensões de continuidade para a construção do Plano:

- i) na atualização do nosso Programa Agrário e do entendimento da questão ambiental como tática da luta pela terra e pela Reforma Agrária Popular;
- ii) do plantio de árvores como dimensão produtiva que gera renda e produz comida saudável para nossas famílias e para a sociedade;
- iii) na defesa dos bens comuns e na denúncia das ações do capital de privatização e exploração da natureza e dos nossos territórios;
- iv) na ampliação da relação com a sociedade como um processo contínuo de articulação e de posicionamento do MST diante do debate ambiental (Documento MST, 2023).

A seguir traremos as dimensões colocadas no primeiro e último ponto, que trata da atualização do Programa Agrário e do posicionamento do MST no debate ambiental, mediante a experiência do I Curso Nacional de Questão Ambiental, no entendimento de que este possibilita analisar a construção da dimensão dos processos formativos no interior do MST e abordar, a partir de sua proposta metodológica, as principais temáticas que envolvem a concepção agrário-ambiental em curso.

6.3 CURSO NACIONAL DE QUESTÃO AMBIENTAL

Desde o surgimento do MST o estudo esteve presente entre seus princípios organizativos. Segundo suas normas gerais têm como objetivo: “estimular e dedicar-se aos estudos em todos os aspectos. A Organização que não formar seus próprios quadros políticos, não terá autonomia para conduzir suas lutas” (MST, 2006, p. 31). Assim, em uma perspectiva mais ampla, o MST entende a questão do estudo dentro de um processo de formação o qual visa estabelecer a unidade política e ideológica, o desenvolvimento da consciência político-organizativa e a superação dos desafios a partir de uma leitura da realidade da luta de classes. Também cumpre um papel de garantir o acesso e o direito da população trabalhadora aos conhecimentos socialmente produzidos como também serem os produtores de novos conhecimentos.

A formação dentro de um processo contínuo deve contribuir na elaboração teórica e na produção de novos conhecimentos a partir da realidade e de suas contradições, apontando possibilidades de superação, também como forma de fortalecimento da organicidade do próprio movimento nos seus setores e coletivos. Assim, ao longo destes quase quarenta anos

foram muitos os materiais produzidos pelo MST³³, entre cartilhas, livros, cadernos de estudo e Jornais Sem Terra, e, mais recentemente, também conteúdos de podcast e de outras linguagens para as redes sociais. Nas elaborações teóricas construídas, temos a Educação do Campo, Reforma Agrária Popular, Organicidade, Agroecologia Popular, entre outras.

Este processo formativo tem como base os processos e contradições presentes, mas também envolve um momento de amadurecimento na leitura de determinadas questões pela própria organização. No tocante a elaboração da questão agrário-ambiental como vimos até aqui, ela foi fruto de debates coletivos, das práticas desenvolvidas, das diferentes conjunturas e materialidades encontradas nos territórios nos quais o Movimento se territorializou. Na perspectiva da atualização do seu Programa Agrário de Reforma Agrária Popular, o MST inicia um debate amplo sobre diferentes temas a partir de suas bases, setores e direções e elenca como um dos temas centrais para essa revisão a questão ambiental, no entendimento da necessidade de aprofundar seu entendimento a partir de sua totalidade e articulando a crise ambiental às outras dimensões da crise estrutural do capital.

Por estas razões é realizado o I Curso Nacional de Questão Ambiental, de 25 de abril a 3 de maio de 2022, na ENFF, e com a participação de 50 militantes oriundos de todos os estados que o MST está organizado. O curso se insere nessa perspectiva de elaboração a partir do debate e das estratégias de lutas populares, de organizar de forma mais sistemática sua própria leitura da questão ambiental. Cabe ressaltar novamente que é uma construção teórica, mas também prática e tem o sentido de posicionar o Movimento frente ao enfrentamento do modelo atual e de suas lutas, assim combina uma formação que visa a ação. De acordo com a Proposta Metodológica do curso:

Compreendemos a Formação Política como um princípio organizativo do MST. Ela deve estar voltada para formar militantes, dirigentes e quadros capazes de analisar e atuar para compreender e transformar a realidade. Nesse sentido, a Questão Ambiental se apresenta como uma importante categoria de análise para os movimentos camponeses na atualidade, tornando-se urgente para nós internalizá-la em suas múltiplas dimensões: no campo teórico, ideológico, mas, sobretudo no campo da práxis e das ações políticas e agendas de luta que a leitura desta realidade provoca. Na mesma perspectiva, como viemos construindo nossa análise sobre a Questão Agrária, a Agroecologia, Feminismo Camponês Popular, Cultura e vários temas que fomos acumulando ao longo da nossa história (Proposta metodológica, 2022)

Durante esses anos o MST também desenvolveu uma Pedagogia Sem Terra e um currículo próprio, que articula durante os processos formativos, sejam eles nos cursos formais (em parcerias institucionais) ou em cursos da própria organização, outras dimensões para

³³ Boa parte deste acervo está disponível na Biblioteca da Questão Agrária de forma digitalizada no site do MST: <https://mst.org.br/biblioteca-da-questao-agraria/>.

além do estudo, como a mística, o trabalho militante, a divisão de tarefas e a organização a partir da sua estrutura organizativa. A seguir a programação do curso:

Quadro 4 – Programação do Curso

Período	25/04	26/04	27/04	28/04	29/04	30/04	01/05	02/05	02/05
Mística e Coord. do dia	BAC	CPP	NB 03	NB 02	NB 01	NB 06		BAC	NB 04
Manhã 08 às 12h	Chegadas - Mística e Abertura do Curso	Histórico da Questão Ambiental no Brasil	8h às 9h - tempo leitura -Economia Política: Teoria da Renda Fundiária e Renda da Natureza	Geopolítica da Questão Ambiental	8h às 9h - tempo leitura Governança Global do Meio Ambiente	Projetos em disputa na Crise Ambiental: Capitalismo Verde	Dia do Trabalhador/a Participação no Ato em SP	<i>8h às 9h - TEMPO LEITURA</i> Projetos em disputa na Crise Ambiental: Perspectivas Populares	Perspectivas Populares sobre a Questão Ambiental na Amazônia
Tarde 14h às 18h	Análise de Conjuntura Agrária e Ambiental	Histórico da Questão Ambiental no Brasil -TEMPO TRABALHADO	Economia Política: Teoria da Renda Fundiária e Renda da Natureza -Lançamento Dicionário de Agroecologia	Forças políticas que atuam na Questão Ambiental	Governança Global do Meio Ambiente	Projetos em disputa na Crise Ambiental: Capitalismo Verde		Projetos em disputa na Crise Ambiental: Perspectivas Populares	Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis <i>-Avaliação Final</i>
Noite 20h	Organicidade da turma	Noite da Resistência Cerrado	Noite da Resistência Mata Atlântica	Noite da Resistência Caatinga	Lançamento Livro Agroflorestas e as práticas ecológicas	Noite Cultural Responsável: Curso		Noite da Resistência Pampa	Encerramento: Noite da Resistência Amazônica

Fonte: MST.

Podemos observar alguns dos exemplos dos diferentes tempos pedagógicos que contemplam a proposta de uma formação ampla a partir da programação, desenvolvida nos processos formativos do movimento, para além das aulas em si: como a mística no início de todos os dias, o tempo para leitura, o trabalho militante, a atividade política externa, atividades culturais, entre outros. O curso também é organizado a partir dos núcleos de base (como ocorre nos acampamentos e assentamentos), nos quais são realizadas as divisões de tarefas do curso e o estudo coletivo. Uma nova proposta organizativa deste curso, e que está sendo exercitada no Plano Plantar Árvores e Produzir Alimentos Saudáveis, é a organização por Biomas que perpassam a divisão por estados e grandes regiões. Por meio das Noites de Resistências foi experimentada esta nova forma de organização com os educandos e educandas da turma, a qual tinha como objetivo apresentar cada bioma por meio de diferentes linguagens, seminários, músicas, comidas, filmes, poesias, entre outras.

De acordo com Mészáros (2008), os processos educacionais afirmam o vínculo que este possui com o trabalho, em que a partir das relações de produção de uma determinada sociedade é possível identificar a configuração que a educação assume. O modo de aprender a relação da educação com a materialidade social na qual ela se produz permite perceber que a forma e o conteúdo que se assume no seu desenvolvimento não é algo arbitrário, logo os processos formativos não podem ser inventados, mas sim dependem da construção própria da sociedade no conjunto das práticas sociais. Assim, as metodologias utilizadas de forma geral nos cursos articulam as formas organizativas do movimento e, também, se propõem a criar/experimentar novas formas que refletem em outras propostas de organização para além do próprio curso, como o caso da articulação por biomas que vem sendo construída a partir também do Plano Nacional Plantar Árvores e Produzir Alimentos Saudáveis.

O Curso foi elaborado em oito módulos: 1) Análise de Conjuntura Agrária e Ambiental; 2) Histórico da Questão Ambiental no Brasil; 3) Economia Política - Teoria da Renda Fundiária e Renda da Natureza; 4) Geopolítica da Questão Ambiental; 5) Forças políticas que atuam na Questão Ambiental; 6) Governança Global do Meio Ambiente; 7) Projetos em disputa na Crise Ambiental: Capitalismo Verde e seus mecanismos; 8) Projetos em disputa na Crise Ambiental: Perspectivas Populares sobre a Questão Ambiental. Em sua assessoria estiveram presentes os integrantes do MST, organizações de direitos humanos e ambiental (GRAIN, Terra de Direitos e o Grupo Carta de Belém), Universidade Federal de Juiz de Fora e a USP, representada por um grande teórico brasileiro da questão ambiental, Antônio Diegues.

Cabe ressaltar que para o desenvolvimento dessa pesquisa uma das etapas foi à participação integral durante o curso, como já apontado na metodologia. A partir dessa vivência pudemos observar que em sua maioria os temas eram novos para a maior parte da turma, sendo sua primeira aproximação de forma mais sistemática com estes estudos. Porém, durante os debates notava-se que a apropriação dos temas, não pela elaboração teórica em si, mas pelas vivências dos educandos e educandas era de amplo conhecimento. Neste sentido, era destacada a importância de incorporar os saberes tradicionais nas elaborações e não seu apagamento, entendendo esses sujeitos como fundamentais tanto pelas práticas já acumuladas em torno de outra relação como a natureza desde a produção dos alimentos saudáveis, a agroecologia, a recuperação dos territórios, entre outros.

Outro elemento muito resgatado durante os debates coletivos aconteceram em torno às próprias lutas organizadas pelo Movimento, em grande parte contra as empresas transnacionais do agronegócio, as quais são agentes responsáveis diretamente pela crise

ambiental e pela espoliação da natureza. Estes elementos, agregados às sínteses que apresentamos dos Congressos, em que a dimensão sobre a natureza, seja na sua denúncia sobre sua degradação, seja nas propostas de preservação e recuperação, seja no entendimento de um bem comum que não pode ser mercantilizável, corroboram com a nossa hipótese de que o MST possui uma elaboração própria sobre a questão agrário-ambiental. Esta é própria da construção de um movimento social o qual sua elaboração é construída no fazer-se.

Também a originalidade dessa elaboração reside no fato de como ela se articula com questões mais amplas. Dessa forma, a luta pela reforma agrária é ao mesmo tempo luta social e ambiental. Do ponto de vista social essa elaboração traz dois elementos fundamentais: o primeiro é o sujeito Sem Terra e toda sua forma de se relacionar com a terra, na qual como vimos lhe são uma totalidade que abrange a água, o solo, os alimentos. O segundo é sua perspectiva da luta. O entendimento conceitual só se faz necessário quando articulado a uma dimensão da ação e, principalmente, da transformação. Durante o curso a questão ambiental a temática foi mobilizada também como uma ferramenta de luta, pela possibilidade de ampliar o diálogo com uma parte da sociedade urbana, de fortalecer os laços entre os povos dos campos, das florestas das águas, como pela perspectiva concreta da luta pela terra ao mobilizar as denúncias dos crimes ambientais e articular com o não cumprimento da função social da terra, fato que, como vimos, foi possível no assentamento Mário Lago.

O curso se propôs a construir um referencial teórico sobre o tema ambiental a partir da leitura de um movimento de luta pela terra para que pudesse subsidiar também os estudos para sua militância a partir dos territórios. Outro elemento importante foi que o curso inseriu o debate coletivo de atualização do Programa Agrário do MST, em que a articulação agrário-ambiental do MST está sendo sistematizada a partir de suas experiências e elaborações e será lançado no VII Congresso Nacional do MST previsto para 2024. Outra contribuição do Curso foi que o tema Questão Ambiental passou a ser um componente formativo de todos os cursos da ENFF, o que reflete a importância e a intencionalidade que o movimento vem construindo em sua elaboração sobre a temática ambiental.

Entre construções e desconstruções, na metade do doutorado este trabalho ganhou forma. Neste caminho, muitas vezes ele se confundiu com a minha própria trajetória, o que se tornou um grande desafio. Sua finalização reafirmou a importância e a urgência da investigação de temas tão centrais para produção e reprodução da nossa vida e da nossa Casa Comum.

No transcorrer da pesquisa, nossa inquietação girava em torno de como articular o tema agrário e ambiental enquanto uma totalidade, o que nos levou ao objetivo geral desta investigação: analisar a construção agrário-ambiental do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, compreendendo que este Movimento elabora uma concepção original de questão ambiental em sua articulação com a questão agrária. Ao ter como nosso objeto de pesquisa o MST, enquanto um sujeito coletivo que, em sua trajetória, se confronta permanentemente com estes dois temas encontramos nosso caminho. Caminho que também é permeado pela vontade de trazer ao debate outros atores: os povos dos campos, das florestas e das águas. O que foi possível ao trazer o sujeito Sem Terra.

Ao longo da tese, a intenção foi no sentido de historicamente trazer a temática proposta enquanto uma construção e desmistificar as aparências de que o MST só recentemente incorporou a pauta ambiental. De fato, sua elaboração mais sistematizada sobre o tema está mais consolidada, isto porque, em nosso entendimento, é fruto de uma prática concreta de longos anos e das contradições políticas, sociais e culturais que permeiam a sociedade como um todo. Nosso esforço enquanto pesquisadora foi de investigar e entender esse outro tempo histórico, que não é o mesmo das empresas, do Estado ou da universidade, é um tempo próprio: da organização da classe dentro de um movimento social de massas.

Tendo a história como fio condutor, a construção do texto tentou articular uma dimensão macro, o avanço do capital na agricultura e da configuração de seus atores, uma leitura do MST em linhas mais gerais e nacionais, até o assentamento Mário Lago como uma síntese. Em um esforço deveras desafiador de não cair em etapismos, mas sim compreender a partir da chave articulação-construção.

Postas todas estas questões, nossa primeira tarefa foi apresentar a opção teórica que adotaríamos ao longo do texto e o universo empírico que seria trabalhado. Assim, na perspectiva da acumulação por espoliação, apontamos o campo e a reforma agrária como

central e parte estrutural do modelo de desenvolvimento brasileiro. Nas contradições deste desenvolvimento, focamos nos conflitos rurais e, neste contexto, o surgimento do MST.

Ao tomar emprestada a elaboração no e do campo, a qual o MST utilizou em sua construção da Educação do Campo, em um segundo momento apontamos a questão agrário-ambiental no MST. Aqui, na perspectiva de não se tratarem de questões distintas, levantamos algumas das experiências concretas do Movimento e, nos seus materiais internos, a argumentação tem como base de que esta sempre esteve presente em seu programa agrário.

Mostramos também a partir de um movimento dialético que a temática ambiental foi se estabelecendo em outros espaços, como nas Ciências Sociais e na opinião pública, ao mesmo tempo em que, a passos largos, avançavam as políticas neoliberais de privatizações, a formação de grandes conglomerados com capital transnacional e o ataque aos direitos sociais.

No fazer-se classe do MST sempre estiveram presentes a ofensiva dos grandes grupos ruralistas e a omissão de políticas públicas eficazes pelo Estado brasileiro, o que por si já colocariam muitos desafios. Nestas contradições, chegamos à questão agrário-ambiental do MST e no que elencamos como uma de suas sínteses, o assentamento Mário Lago. O assentamento nos possibilitou apresentar todas estas contradições: a ausência do Estado, o modelo do agronegócio e seu avanço aos bens naturais e, na contramão, o desafio de organizar a classe trabalhadora e a construção de outra relação entre os seres humanos e destes com a natureza. Na chave da articulação-construção, através do assentamento, pudemos também apontar a proposta de um novo modelo de assentamentos com base agroecológica.

Encerramos com a práxis, a incorporação teórica e prática da concepção agrário-ambiental no e do MST, mediante a análise das Feiras Nacionais da Reforma Agrária, o Plano Nacional Plantar Árvores Produzir Alimentos Saudáveis e o Curso Nacional de Questão Ambiental.

Nossa opção por utilizar os materiais do próprio MST como levantamento documental, por um lado nos possibilitou o resgate de como a temática agrário-ambiental se fez presente ao longo de sua trajetória tentando desconstruir uma leitura etapista. Como também analisar estes elementos a partir da chave do fazer-se classe de uma organização social de massas, que lhe confere uma dinâmica própria espacial e temporal. Outro elemento presente nesta construção foi desvencilhar nossa abordagem a partir do Estado e das políticas públicas, como também não apontar a agroecologia como algo que define por si só a concepção agrário-ambiental do MST. Todas estas escolhas também nos colocaram limites, pois apesar de muitos materiais produzidos pelo Movimento, não existe um em específico que traga sua

sistematização sobre o tema proposto. Estes estão difundidos nos cadernos sobre a produção, nas sínteses dos Congressos e, mais recentemente, nos materiais do Plano Nacional de Plantar Árvores e Produzir Alimentos Saudáveis. Assim, trazer o assentamento Mário Lago como síntese dessa construção foi importante para a perspectiva de totalidade e unidade que compreendemos existir no MST.

Cada período histórico carrega novas contradições e desafios. No ano de 2023, com a eleição do presidente Lula, esperava-se um arrefecimento dos ataques contra os movimentos populares. Contudo, logo no início deste ano foi instaurada uma CPI a qual o MST foi alvo, tendo como relator, Ricardo Sales, ex-ministro do Meio Ambiente do governo Bolsonaro. As audiências foram marcadas por ataques ao Movimento e diligências realizadas em assentamentos da reforma agrária com um claro intuito de criminalização e de ser instrumento de agitação e propaganda política para a direita e extrema-direita. No decorrer da CPI foram apresentadas acusações, muitas vezes absurdas, sem serem acompanhadas de provas, levando, inclusive, a que a CPI do MST não conseguisse produzir um relatório final votado e aprovado pelos deputados. Porém, mesmo considerada derrotada a CPI, fica evidente a articulação da bancada ruralista, da direita e extrema-direita em criminalizar os movimentos sociais e a reforma agrária.

O MST se preparava em 2024, para o seu próximo Congresso, previsto para ocorrer no mês de julho, e este início do ano se deu enquanto um momento de amplo debate interno sobre seu Programa Agrário. Porém, com as fortes chuvas que desencadearam enchentes no estado do Rio Grande do Sul no início de maio deste ano³⁴ o MST decide por adiar seu Congresso para julho de 2025 lançando uma carta no dia 16 de maio de 2024³⁵. Desde o início do ano a Cartilha do Programa Agrário tem sido debatida nas instâncias, setores, acampamentos e assentamentos para sua aprovação. Atualmente encontra em uma segunda versão lançada em março, este novo documento traz uma abordagem mais sistemática sobre a agenda ambiental, principalmente no que toca a agricultura 4.0 e uma nova corrida global por terras e bens naturais: seja para transição energética, suprimento alimentar ou fins ecológicos. O que acentua mais uma vez a pressão por terras pelo capital, agora não só na disputa direta visando um avanço nas fronteiras agrícolas.

A Cartilha, ainda em construção, está organizada em quatro grandes blocos: I- Os paradigmas da Reforma Agrária Popular; II- Os pilares do Programa de Reforma Agrária

³⁴ As chuvas no estado do Rio Grande do Sul se iniciaram dia 27 de abril e no dia 2 de maio ocorreram enchentes na capital e em diversos municípios, no total foram 471 cidades, 170 pessoas mortas e 600 mil pessoas que tiveram que abandonar suas casas.

³⁵ <https://mst.org.br/2024/05/16/carta-do-mst-sobre-o-adiamento-do-seu-vii-congresso-nacional/>

Popular; III- Programa de Reforma Agrária Popular; e IV- Sugestões de ações concretas. Nesta o Movimento reafirma o seu Programa de Reforma Agrária Popular como um projeto de transição entre uma proposta de reforma agrária burguesa para uma reforma agrária socialista, que nesta etapa os camponeses e camponesas devem ser os protagonistas das lutas:

Os camponeses e camponesas exercem duas das mais nobres e dignas missões de um ser humano: produzir alimentos e ser os guardiões da biodiversidade. É preciso, a partir da convivência social e com a natureza, possibilitar a formulação e a prática de novos valores culturais. (Cartilha do Programa Agrário, 2024, p.9)

Também reafirma a apropriação privada e mercantilização dos bens da natureza, o que coloca também o desafio de ressignificar a relação ser humano-agricultura-natureza. E traz a denúncia que cada vez mais se faz pertinente:

Nós seres humanos, corremos risco de vida em nosso planeta, tamanha as agressões, crimes e destruições cometidas pelo capital contra a natureza. Agora, além de agricultores e agricultoras teremos que ser zeladores e zeladoras da natureza. Cuidar da biodiversidade e das águas (Cartilha do Programa Agrário, 2024, p.14)

Ao finalizar este trabalho temos a certeza de que os desafios e as agendas de pesquisa sobre a temática cada vez mais se fazem necessárias. Nosso objetivo foi trazer uma nova leitura, até então não realizada sobre a construção agrário-ambiental do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, compreendendo que este Movimento elabora uma concepção original de questão ambiental em sua articulação com a questão agrária. A bibliografia sobre o MST e a questão ambiental ainda é muito centrada nas práticas de agroecologia, que são muito importantes, mas como um fim em si mesmo. Outro ponto que entendemos importante neste trabalho, e que pode acrescentar no que já foi produzido até os dias atuais, é a perspectiva da análise a partir da construção própria dos movimentos sociais, fazendo-se necessário trazer outras abordagens de análise.

Em resposta aos nossos questionamentos iniciais que moveram esta tese, nosso entendimento é que o MST possui uma elaboração própria sobre a questão agrário-ambiental, a qual articula questões teóricas e práticas, porém, em contínua construção, o que é próprio de um sujeito coletivo que está em movimento. Este trabalho se propôs a analisar uma parte do que entendemos como questão agrário-ambiental na perspectiva dos sujeitos que são impactados historicamente e ao mesmo tempo estão na luta por mudanças. Esta é uma tarefa fundamental para o próximo período, o qual necessita de muito mais elaborações e engajamento de outros sujeitos. Com certeza o MST sozinho não é capaz de realizar essa transformação, mas temos a certeza de que, sem ele, esta se torna mais difícil.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados** [online], v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100010>. Acesso em: 15 dez. 2021.

AGUIAR, V. J. **PROPOSTA DA COMUNA DA TERRA NO ASSENTAMENTO MARIO LAGO (PDS FAZENDA DA BARRA) EM RIBEIRÃO PRETO - SP**. 2011. 61 f. TCC (Graduação) - Curso de O Curso Especial de Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

AQUINO, M. **A QUESTÃO AGRÁRIA E O ESTADO BRASILEIRO**: a centralidade nas políticas para o desenvolvimento do campo e o surgimento de novos atores. 2010. 90 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

AQUINO, M. **OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA MINERAÇÃO**: a centralidade nas políticas para o desenvolvimento do campo e o surgimento de novos atores. 2019. 94 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara, 2019.

ARBEX, M. A. **Avaliação dos efeitos do material particulado proveniente da queima da plantação de cana-de-açúcar sobre a morbidade respiratória na população de Araraquara – SP**. 2001. 204p. Tese (Doutorado em Medicina), São Paulo, Universidade de São Paulo, 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

BENETTI, M. D. A internacionalização real do agronegócio brasileiro – 1990-03. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 197-222, 2004. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/260>. Acesso em: 10 nov. 2022.

BEZERRA, A. A.. **O Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e seus temas: 1981-2001**. 2011. 312 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Social, Pontifícia Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

BOITO JR., A.. **As bases políticas de neodesenvolvimentismo**. Trabalho apresentado na edição de 2012 do Fórum Econômico da FGV / São Paulo.

BOITO JR., A.. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. **Revista de Sociologia e Política**, n. 28. Curitiba, 2007.

BORSATTO, R. S.. **A Agroecologia e sua apropriação pelo movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e assentados da reforma agrária**. Campinas: Uniara, 2011.

BRANDÃO, C. R.. A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. *In*: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK,

Danilo Romeu (Orgs.). **Pesquisa participante: a partilha do saber**. Aparecida: Ideias & Letras, 2006a, p. 21-54.

CALCULAR correção monetária IPC do IGP (FGV). [S.l.], 2020. Disponível em: <https://www.ecalculos.com.br/utilitarios/ipc-do-igp-fgv.php>. Acesso em: 13 nov. 2020.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CARDOSO, J. P. **Trajatórias de saber, discursos de poder: o Aquífero Guarani na agenda ambiental contemporânea**. 2022. Tese (Doutorado em Sociologia). São Carlos, São Paulo, Universidade Federal de São Carlos, 2022.

CARVALHO, J. H de. A bróca da cana de açúcar. **Economia e Agricultura**. Rio de Janeiro, ano 2, nº 22. Rio de Janeiro, p. 1-5, 1933.

CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 128-138.

CAVALCANTI, C. Características da governança ambiental no Brasil. **XXIV Reunião da ABA**, FP. 27 “Antropologia e a práxis socioambiental”, Olinda, 2004.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, F.; SERFATI, C. ‘Ecologia’ e Condições Físicas da Reprodução Social: alguns fios condutores marxistas. **Revista Crítica Marxista**, Campinas, Centro de Estudos Marxistas, n. 16, 2003. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/sumario16.html>. Acesso em: 31 de out. de 2007.

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração**. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2004.

CUNHA, J. T. P. da. **De boletim a Jornal Sem Terra: história, práticas e papel na constituição do MST**. 2013. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

DELGADO, G. C., “Especialização primária como limite ao desenvolvimento”, mimeo. *In: Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*, Cidade: Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2012.

DOWBOR, L. **A era do capital improdutivo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

DOWBOR, L. Reestruturação da economia do agronegócio – anos 2000. *In: STEDILE, João Pedro (org.). A questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 57-88.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, B. M.; STÉDILE, J. P. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 1.ed. 1a reimpressão. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

FERNANDES, B. M.; STÉDILE, J. P. **MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**: formação e territorialização em São Paulo. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

FERNANDES, F. **Circuito fechado** - Quatro ensaios sobre o poder institucional. 2ª ed. São Paulo: Globo, 2010.

FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

FIRMIANO, F. D. **A formação cultural dos jovens do MST**: a experiência do assentamento Mário Lago, em Ribeirão Preto (SP) [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

FIRMIANO, F. D. **Desenvolvimento e questão agrária no Brasil: problemas do passado e dilemas para o futuro**. Cidade: Belo Horizonte: Editora UEMG, 2022.

FIRMIANO, F. D. **Movimentos sociais e cidadania**: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) em Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, 2004, 115f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Comunicação Social) – Centro Universitário Moura Lacerda.

FOLADORI, G. A questão ambiental em Marx. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, n.4, p. 140-61, 1997. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cma/article/view/19878> . Acesso em: 06/12/2021 .

FOLADORI, G. O capitalismo e a crise ambiental. **Revista Outubro**, São Paulo, n.5, p. 117-26, 2001. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-5-Artigo-08.pdf> . Acesso em: 6/12/2021 .

FOLADORI, G. O metabolismo com a natureza. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, n.12, p. 105-17, 2001a. Disponível em: www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo7505folad.pdf. Acesso em: 12/04/2022.

FOSTER, J. B.; CLARK, Brett. A dialética do metabolismo socioecológico: Marx, Mészáros e os limites absolutos do capital. **Revista Margem Esquerda**, São Paulo, nº 14, p. 21-29, 2010. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2010/05/18/lancamento-%E2%80%93revista-margem-esquerda-n%C2%BA-14/>. Acesso em: 06/12/2021.

FOSTER, J. B.; CLARK, Brett. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FOSTER, J. B.. A Ecologia da Economia Política de Marx. **Revista O Comuneiro**, Lisboa/Portugal, n.16, 2013. Disponível em: https://www.ocomuneiro.com/nr16_02_johnbellamyfoster.html . Acesso em: 06/12/2021.

FRIEDRICH, K. **Dossiê contra o pacote de veneno e em defesa da vida**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

GASPARIN, G. *et al.* Acampamentos e Assentamentos. *In*: DIAS, A. P. *etal* (org.). **Dicionário de Agroecologia e Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, p. 23-29, 2021.

GONÇALVES, C. W. P. A Nova Questão Agrária e a Reinvenção do Campesinato: o caso do MST. *In*: **OSAL: Observatorio Social de América Latina**. Año 6 n. 16. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

GONÇALVES, R. Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. Rio de Janeiro, n. 31, 2012. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/issue/view/37> . Acesso em: 07/02/2023.

GONÇALVES, R. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n.112, p. 637-671, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/35tRSzsTBxzLLgmThm3rvVF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07/02/2023 .

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, v. 5. Ed. e trad. Carlos Nelson Coutinho; coed. Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GUDYNAS, E. 2016. “Extractivismos en America der Sur: conceptos y sus efectos derrame”. *In*: A. Zhouri, P. Bolados, E. Castro (eds.), **Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Ed. Annablume. p. 23-43, 2002.

HADICH, C.; MAFORT, K. Da ocupação do latifúndio à agrofloresta agroecológica e popular. *In*: **Agrofloresta e prática agroecológica**. Arae Lombarde (org). São Paulo: Expressão Popular, 2022.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Szlak. Coordenação. Antônio Carlos Robert Moraes. São Paulo: Annablume, 2005

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

IBGE. **Sinopse do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49230.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2020.

IHA, M. H.. **A apropriação da agrofloresta na afirmação da reforma agrária**: um estudo sobre o processo de recampesinização no assentamento Mário Lago em Ribeirão Preto - SP. 2017. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

JOAN, M. A. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. 1. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011.

LACERDA, E. **A Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e a disputa pela direção do “novo” rural brasileiro**. Curitiba: SBS, 2011.

LEFF, E. **Ecología y capital: racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable**. México: Siglo Veintiuno, 1994.

MARTINS, J. de S. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARTINS, J. de S. A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. **Tempo Social** [online], v. 15, n. 2, p. 141-175, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702003000200006>. Acesso em: 15 dez. 2021.

MARTINS, J. de S. As mudanças nas relações entre a sociedade e o Estado e a tendência à anomia nos movimentos sociais e nas organizações populares. **Estudos Avançados** [online], v. 14, n. 38, pp. 268-278, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142000000100015>. Acesso em: 15 dez. 2021.

MARTINS, J. de S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, J. de S. **O cativo da terra**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTINS, J. de S. O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Estudos Avançados** [online], v. 15, n. 43, p. 31-36, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300004>. Acesso em: 15 dez. 2021.

MARTINS, J. de S. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MARTINS, J. de S. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a História possível. **Tempo Social** [online], v. 11, n. 2, p. 97-128, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20701999000200007>. Acesso em: 15 dez. 2021.

MARTINS, R. C.; ARBAROTTI, A. E.; CAMPREGHER, R. A representação da agricultura na governança paulista das águas. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. 24, p. 1-23, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/i/2021.v24/> . Acesso em: 31/08/2021 .

MARTINS, R. C.; CUNHA, L. H.. Ruralidades e meio ambiente: a constituição de um campo de investigação na sociologia. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, v. 92, n. 92, p. 1-29, 2020. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/issue/view/7> . Acesso em: 13/04/2021.

MARTINS, R. C.. **A construção social do valor econômico da água: estudo sociológico sobre agricultura, ruralidade e valoração ambiental no estado de São Paulo**. 2004. Tese

(Doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental), Escola de Engenharia de São Carlos (EESC), Universidade de São Paulo, São Carlos, 2004.

MARTINS, R. C.. Modernização e relações de trabalho na agricultura brasileira. **Agrária**, São Paulo, n. 4, p. 165-184, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/125> . Acesso em: 09/11/2023.

MARTINS, R. C.. Sociologia da governança francesa das águas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n.67, p. 83-100, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nXXk4kPjpG5JbzbmXhSpjWL/> . Acesso em: 01/07/2021.

MARX, K. **O Capital**: crítica da Economia Política. Volume III. O Processo Global da Produção Capitalista. Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1984g.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política, livro I. São Paulo: Boi Tempo, 2017.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Ciências Humanas, 1986.

MEDEIROS, L. S. de. ATORES, CONFLITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CAMPO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO. **Caderno CRH** [online]. v. 34, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.43440>. Acesso em: 15 dez. 2021.

MÉSZÁROS, I. **A Crise estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MÉSZÁROS, I. E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **A Cartilha do MST**: a luta pela reforma agrária e por mudanças sociais no Brasil. São Paulo: Secretaria Nacional, 2005a.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **A reforma agrária necessária: por um projeto popular para a agricultura brasileira**. 20 mai. 2009a. Disponível em: <https://mst.org.br/2009/05/20/nossa-proposta-de-reforma-agraria-popular/> . Acesso em: 03 mar. 2011.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Carta do 5º Congresso Nacional do MST**. 2007a. Disponível em: <https://mst.org.br/2007/06/17/carta-do-5o-congresso-nacional-do-mst/> . Acesso em: 03 mar. 2011.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Cartilha “Programa Agrário do MST - Textos para debates e ajustes”**. 1ª edição, 2023.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Documento elaborado para Encontro das Agências de Desenvolvimento**. Porto Alegre, 2003.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Nossas bandeiras**. 2009b. Disponível em: <https://mst.org.br/biblioteca-da-questao-agraria/>. Acesso em: 03 mar. 2011.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **O MST: a luta pela Reforma Agrária e por mudanças sociais no Brasil**. São Paulo: Paulo, 2005.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Orientações políticas e práticas para os delegados do VI Congresso Nacional**. Brasília/DF, 2014.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Programa Agrário do MST: texto em construção para o VI Congresso Nacional**. São Paulo, 2013a.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Programa de Reforma Agrária do MST–1984. *In*: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária 1946-2003**. São Paulo: Expressão Popular, 2005b. p. 177-79.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Proposta de Reforma Agrária Popular do MST. *In*: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013b.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio**. São Paulo, 2000.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Revista Sem Terra: Edição Especial Agroecologia**. São Paulo, 2009-2010.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Sistematização de experiências agroecológicas do MST**. Brasília/DF: CONCRAB, 2007b.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Textos para estudo e debate: **V Congresso Nacional do MST**. São Paulo, junho de 2007c.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Um novo impulso para a organização dos assentamentos e da cooperação**. São Paulo: Setor de produção e cooperação e meio ambiente, 2006.

NAKANO, N. M. *et al.* Saúde e meio ambiente: um estudo sobre a qualidade da água em um Assentamento Rural em Ribeirão Preto, SP. **Enfermagem Brasil**, v. 21, n. 6, p. 740-752, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.33233/eb.v21i6.5279>. Acesso em: 28 nov. 2023.

NUNES, P. J.. **Estratégias de comercialização adotadas por famílias que praticam agrofloresta: um estudo de caso no assentamento Mário Lago, Ribeirão Preto/SP**. 2017.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST. **Revista OSAL** (BuenosAires), 2005. Analisis de casos – Reforma agraria y lucha por la tierra em América Latina. p.1-16. Disponível em http://osal.clacso.org/dev/IMG/_article_PDF/article_109.pdf. Acesso em: 12 fev. 2007.

POULANTZAS, N. **Estado, poder e socialismo**. 4ª Edição. Trad. Rita Lima. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PSIDONIK, J. V. **Luta por moradia em Erechim/RS**: a ação do movimento popular urbano. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2019. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/3341/1/PSIDONIK.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2020.

RODRIGUES, M. A. G. **Política da Questão Ambiental no MST**: a agroecologia como estratégia produtiva e política. Rio de Janeiro, v. 247, 2014.

SAGAN, C. **Pálido ponto azul**. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

SAMPAIO JUNIOR, P de A. NOTAS CRÍTICAS SOBRE A ATUALIDADE E OS DESAFIOS DA QUESTÃO AGRÁRIA. In: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 189-240.

SIMIONI, L. **Biblioteca reabre para atendimentos depois do inventário anual**, 2017.

Disponível em:

<https://www.uffs.edu.br/campi/chapeco/noticias/imagens/biblioteca-reabre-para-atendimentos-depois-do-inventario-anual-foto-lilian-simioni-arquivo-uffs/@@images/image>. Acesso em: 13 nov. 2020.

WALKER, T.; BARBOSA, A. de S. **Dos coronéis à metrópole, fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX**. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000.

ZHOURI, A.; BOLADOS, P.; CASTRO, E. **Mineração na América do Sul**: neoextrativismo e lutas territoriais. São Paulo: Ed. Annablume, 2016.

Sites eletrônicos visitados

www.anvb.org.br

www.brasilefato.com.br

www.ibge.gov.br

www.midiaindependente.org

www.mst.org.br

www.ocalcadoo.blogspot.com/

www.seade.gov.br

www.unica.com.br

www.viacampesina.org

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista

Objetivo 1 – O início: Conhecer a percepção das/os assentados sobre a luta pela terra no assentamento Mário Lago.

Sugestão de pontos a serem abordados:

- Como ficou sabendo sobre o MST e a luta pela fazenda da Barra?
- Qual foi o período que foi para o Mário Lago e o que conhecia sobre a luta pela terra?
- Conte um pouco como era a sua organização no que se refere à vivência na época de acampamento e como era a organização coletiva?
- Quais eram os principais desafios na época de acampamento?

Objetivo 2 – O assentamento: Conhecer a visão das/dos assentados sobre a proposta do PDS/Comuna.

Sugestão de pontos a serem abordados:

- Você participou da discussão sobre o projeto de assentamento? Como se deu esse processo?
- Sabe por que o movimento e as famílias no período optaram por este modelo que leva em conta a questão ambiental?
- Como era a Fazenda quando a ocuparam? Havia cana, como estava as nascentes, o solo...
- Quais as principais lutas no período.

Objetivo 3 – A luta nos dias atuais: Discutir sobre a dimensão legal das responsabilidades sobre a Reforma Agrária

Sugestão de pontos a serem abordados:

- Quais Políticas Públicas já foram acessadas pelas famílias assentadas?
- Qual o papel e as responsabilidades do INCRA, da prefeitura e outros agentes do Estado na implementação do assentamento Mário Lago.
- Quais são os maiores desafios hoje.

Objetivo 4 – A Terra e o meio ambiente: Buscar a compreensão que as/os assentados sobre a dimensão ambiental.

Sugestão de pontos a serem abordados:

- O que você percebe que mudou na Fazenda de quando veio para o assentamento até os dias atuais.
- Em sua opinião o que é a luta pela terra? Ela também é uma luta pela água?
- Qual importância da luta pela água hoje no assentamento?
- Você acha que a luta pela reforma agrária é importante para o meio ambiente? Como?

ANEXO A – Auto de Vistoria INCRA e Ministério Público, 2000



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO



NÚCLEO DE APOIO OPERACIONAL DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE DA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE DE RIBEIRÃO PRETO
Fazenda da Barra - Auto de Visita e Constatação - Pág. 1

Fl. n.º 18

Promotoria Civil de Rib. Preto



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO



NÚCLEO DE APOIO OPERACIONAL DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE DA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE DE RIBEIRÃO PRETO
Fazenda da Barra - Auto de Visita e Constatação - Pág. 2

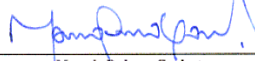
Fl. n.º 18

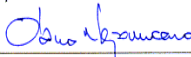
Promotoria Civil de Rib. Preto

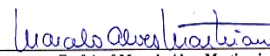
Auto de Visita e Constatação

1. Aos 4 dias do mês de maio de 2000, foi realizada uma vistoria ambiental na FAZENDA DA BARRA, gleba com área correspondente a 1.790,80 ha, localizada na margem esquerda do RIO PARDO. Participaram da vistoria o Dr. MARCELO PEDROSO GOULART, Promotor de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ribeirão Preto; o Engº Agrº OLAVO NEPOMUCENO, Assistente Técnico das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente da região de Ribeirão Preto; o Engº Agrº MARCELO ALVES MARTIRANI, Diretor Regional do DEPRN (Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais), o Engº Agrº VITOR EMANUEL GIGLIO FERREIRA, da Equipe Técnica do DEPRN; o Engº Químico FERNANDO ANTÔNIO COSTA SCAVASSIN, Gerente de Projetos da Unidade Multifuncional do IBAMA em Ribeirão Preto; o Eng. Agrimensor ORIVALDO JOSÉ DE PAULA, do IBAMA de Ribeirão Preto, o Engº MÁRIO GERALDO CORREA, Diretor de Recursos Hídricos do DAEE (Departamento de Águas e Energia Elétrica), o Engº JOÃO CARLOS DE FREITAS SILVA, do DAEE de Ribeirão Preto, assim como uma patrulha da 4ª Cia da Polícia Florestal e de Mananciais formada pelo Sargento Maurício e os Soldados Saulo e Tadeu.
2. Durante a vistoria foram observados aspectos relacionados à regularidade florestal da propriedade, principalmente no que toca à preservação da vegetação considerada de preservação permanente (MATAS CILIARES - art. 2º do Código Florestal) e da RESERVA FLORESTAL LEGAL. Na oportunidade foram ainda realizadas discussões acerca da conservação de recursos naturais como o solo agrícola e as coleções d'água, uma vez que a área vistoriada está inserida na zona de recarga do Aquífero Guarani (Botucatu - Pirambóia). As constatações, bem como as conclusões consensuais acerca dos aspectos técnicos observados durante a vistoria serão objeto de um laudo que será elaborado pela equipe de técnicos.

Ribeirão Preto, 09 de maio de 2000.


Marcelo Pedroso Goulart
Promotor de Justiça do Meio Ambiente de Ribeirão Preto


Engº Agrº Olavo Neponuceno
Assistente Técnico de Promotoria I - Área Reg. de Ribeirão Preto



Engº Agrº Marcelo Alves Martirani
Diretor Regional do DEPRN (DEPRN 4)

Engº Agrº Vitor Emmanuel Giglio Ferreira
DEPRN - Equipe Técnica

Engº Quím. Fernando Antônio Costa Scavassin
Gerente de Projetos da Unidade Multifuncional do IBAMA - Ribeirão Preto

Engº Agrimensor Orivaldo José de Paula
IBAMA - Ribeirão Preto

Engº Mário Geraldo Correa
Diretor de Recursos Hídricos do DAEE - Ribeirão Preto

Engº João Carlos de Freitas Silva
DAEE - Ribeirão Preto